

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO**

CRISTIANE DO NASCIMENTO BRANDÃO

**TURISMO INDÍGENA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E
SUSTENTÁVEL: ESTUDO MULTICASOS EM COMUNIDADES INDÍGENAS DE
RORAIMA.**

**SÃO PAULO
2012**

CRISTIANE DO NASCIMENTO BRANDÃO

**TURISMO INDÍGENA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E
SUSTENTÁVEL: ESTUDO MULTICASOS EM COMUNIDADES INDÍGENAS DE
RORAIMA.**

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas.

Campo do conhecimento: Administração de Empresas.

Linha de Pesquisa: Gestão Socioambiental.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Barbieri

**SÃO PAULO
2012**

Brandão, Cristiane do Nascimento.

Turismo indígena como fator de desenvolvimento local e sustentável: Estudo multicascos em comunidades indígenas de Roraima. Cristiane do Nascimento Brandão – 2012. 159 f.

Orientador: José Carlos Barbieri

Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Turismo - Roraima. 2. Índios. 3. Desenvolvimento regional - Roraima. 4. Áreas indígenas - Roraima. I. Barbieri, José Carlos. II. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 379.85

CRISTIANE DO NASCIMENTO BRANDÃO

**TURISMO INDÍGENA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E
SUSTENTÁVEL: ESTUDO MULTICASOS EM COMUNIDADES INDÍGENAS DE
RORAIMA.**

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas.

Campo do conhecimento: Administração de Empresas.

Data de aprovação:

____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Carlos Barbieri (Orientador)
FGV/EAESP

Prof^a. Dra. Antonia Marisa Canton
FGV/EAESP

Prof^a. Dra. Patricia Diana Edith Belfort de
Souza Camargo Ortiz Monteiro
Universidade de Taubaté, UNITAU

Dedicatória

Ao meu pai Tenilson Brandão (*in memoriam*) que me inspirou a lutar pelo que é justo e pelo que é certo. Sua presença e memória me apoiaram e me mantiveram equilibrada durante essa jornada e vão continuar a fazê-lo nas próximas etapas da vida.

Agradecimentos

À minha amada mãe Maria Luiza, minha companheira, amiga e alma gêmea, meu porto seguro de todas as horas.

Ao meu orientador, professor José Carlos Barbieri, pela oportunidade, dedicação, credibilidade e paciência ao longo de todo o mestrado.

Ao amigo e parceiro Edgar Reyes Junior que esteve presente em todos os momentos dessa jornada, sempre me fazendo sentir mais confiante.

Ao professor Haroldo Eurico Amoras dos Santos, pela oportunidade, compreensão e apoio durante esta caminhada.

Aos meus queridos avós Onildo Assunção e Joaquina Pereira, e a tia Juracy pelo incentivo constante e pelas orações que tanto acalmaram meu coração e deram coragem pra continuar firme nesse propósito.

Estendo esses agradecimentos a toda a minha família, a grande família, irmãos, tios, tias (tia Dores, Mitha e Carmem), primos e primas que orgulhosos sempre torceram por mim. Obrigada!!!

Às amigas de infância Sandra Mendes, Cilma Cristina, Izabelle Nascimento e Scheila Carneiro, pela amizade, carinho e por compreenderem minha ausência nas nossas reuniões.

Às amigas mestradas Aline Fernandes, Rosângela Sarmento e Thamiris Rodrigues; e doutorandas Fernanda Cristina e Joseane Pereira, que direta ou indiretamente colaboraram e compartilharam cada momento dessa jornada.

Às professoras Marisa Canton e Patrícia Ortiz pelas valiosas contribuições na qualificação do projeto.

À Márcia Ostorero, secretária do POI, pessoa formidável com quem sempre pude contar.

Ao professor Renato Orsato pelas contribuições ao projeto durante o seminário de pesquisa.

Ao CNPq (Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela concessão da bolsa de mestrado.

Aos meus colegas de trabalho do Departamento de Turismo de Roraima - DETUR, com quem dividi os últimos sete anos, pela torcida e apoio.

Ao Estado de Roraima, por meio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, que financiou esta pesquisa.

Ao Sr Ponciano, chefe do Parque Nacional Monte Roraima/IBAMA, pelo apoio durante a pesquisa.

E por fim, agradeço aos Povos Indígenas de Roraima, sem os quais a realização desta pesquisa não teria sido possível. Agradeço por terem recebido de braços abertos esta pesquisadora e por terem ficado a disposição, muitas vezes deixando de lado seus afazeres. Que não desistam da luta por um desenvolvimento sustentável.

Epígrafe

“A menor realidade indivisível é, em minha opinião, inteligente e está esperando para ser usada pelos espíritos humanos se os convidarmos a buscá-la. Corremos demais, com as mãos nervosas e as mentes preocupadas. Somos impacientes quanto aos resultados. O que precisamos, é do reforço da alma proporcionado pelo poder invisível esperando para ser usado. Sei que existem reservatórios de força espiritual dos quais nós, descuidadamente nos afastamos. Acredito que um dia seremos capazes de conhecer bem essa fonte de poder e domínio do espírito para criarmos alguma coisa nós mesmos”

Henry Ford

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar como o turismo influencia no desenvolvimento local dos povos indígenas de Roraima. Partindo-se da premissa de que o turismo, dependendo do modo como for realizado, pode promover o desenvolvimento local, a pesquisa se desdobra nos seguintes objetivos: i) Identificar os aspectos político-legais do turismo em áreas indígenas; ii) Descrever o histórico e organização do turismo indígena; iii) Analisar os impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais do turismo nas comunidades indígenas. A pesquisa se justifica pela necessidade de conhecer as possíveis consequências das atividades turísticas nessas áreas e a visão dos indígenas, além disso, é uma área relativamente recente e com poucos estudos no Brasil. Além disso, observa-se que no Estado de Roraima, os indígenas elegeram o turismo como atividade capaz de proporcionar autonomia aos membros da comunidade, bem como, a preservação de sua cultura e de seus valores tradicionais. Considerando que a questão de pesquisa é adequada para ser respondida por meio de estudo de caso, a estratégia de pesquisa adotada foi a de estudo de casos múltiplos. Visto que existem diversas iniciativas no estado de Roraima relacionadas com o turismo indígena, ainda que incipiente comparativamente ao que ocorre em outros países, conforme mencionado na literatura revisada, essas iniciativas são as unidades de análise dessa pesquisa. Foi utilizada a abordagem de métodos mistos, que segundo Creswell (2010) consiste na coleta sequencial de dados qualitativos e quantitativos, tendo em vista que a coleta de diversos tipos de dados proporciona um melhor entendimento do problema de pesquisa. Na etapa qualitativa os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo. Já na etapa quantitativa foi realizada estatística descritiva e análise fatorial exploratória, com a utilização do software SPSS versão 18.0. A pesquisa concluiu que, quanto às políticas indigenistas e sua relação com o turismo, ainda existe um vazio jurídico, pois a atividade não possui regulamentação específica. Verificou-se ainda, que as comunidades indígenas têm organizado e desenvolvido o turismo de maneira autônoma, sem qualquer participação do poder público. As principais dificuldades quanto a atuação do turismo é a falta de apoio do governo nas esferas Municipal, Estadual e Federal, principalmente no que se refere a regulamentação, apoio e investimentos em infraestrutura e políticas públicas de incentivo ao turismo.

Palavras-Chave: Turismo indígena. Desenvolvimento local sustentável. Povos indígenas.

ABSTRACT

The study aims to examine how tourism affects the local development of indigenous people of Roraima. Based on the assumption that tourism, depending on how it is conducted, can promote local development, research unfolds itself in the following objectives: i) Identify the political and legal aspects of tourism in indigenous areas, ii) describe the history and organization of indigenous tourism, iii) analyze the social, cultural, economic and environmental impacts of tourism on indigenous communities. The research is justified by the need to know the possible consequences of tourism activities in these areas and the vision of the natives, furthermore, is a relatively recent and few studies in Brazil. Furthermore, we observed that in the State of Roraima, the indigenous have elected tourism as an activity able to provide autonomy to community members, well as the preservation of their culture and traditional values. The research question is able to be answered adequately by case study, this way the research strategy adopted has been to multiple case study. Because there are several initiatives in the state of Roraima, although emerging in comparison to what occurs in other countries, as noted in the literature reviewed, these initiatives are the units of analysis of this research. We used a mixed methods approach, which according to Creswell (2010) consists of the sequential collection of qualitative and quantitative data in order that the collection of various types of data provides a better understanding of the research problem. In the qualitative data was analyzed using content analysis. In the quantitative stage was conducted descriptive statistics and exploratory factor analysis, using the SPSS version 18.0. The research concluded that, for the indigenous policies and their relation to tourism, there is still a legal vacuum, because the activity does not have specific regulations. It was also found that indigenous communities have organized and developed tourism as an autonomous unit without any involvement of the government. The main difficulties in the performance of tourism are the lack of support from the government, especially as regards the regulation, support and infrastructure investments and public policies to encourage tourism.

Keywords: Indigenous tourism. Sustainable local development. Indigenous People.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Aspectos de ética e responsabilidade social.....	21
Figura 2 - Região, roteiro e rota turística.	28
Figura 3 - Partes interessadas do turismo sustentável.....	36
Figura 4 - Matriz do turismo indígena.....	41
Figura 5 - Operacionalização da pesquisa.....	66
Figura 6 - Reserva Indígena São Marcos em Roraima.....	69
Figura 7 - Comunidade indígena Bananal.....	73
Figura 8 - Vista da comunidade indígena Bananal.	73
Figura 9 - Inscrições rupestres, sítio arqueológico na trilha do Coatá, Nova Esperança.....	76
Figura 10 - Toca do “Curupira” Trilha em Nova Esperança.....	76
Figura 11 - Foto Boca da Mata.....	78
Figura 12 - Percentual de renda proveniente do turismo.....	119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definições de turismo indígena.....	40
Quadro 2 - Classificação das abordagens do ecoturismo.....	47
Quadro 3 - Tipos e finalidades dos indicadores.....	55
Quadro 4 - Gênero.....	116
Quadro 5 - Situação de emprego.....	116
Quadro 6 - Renda.....	117
Quadro 7 - Faixa etária.....	117
Quadro 8 – Área do turismo em que atua.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização do turismo nas comunidades indígenas (CIs).....	96
Tabela 2 - Desenvolvimento do turismo nas comunidades indígenas (CIs).....	101
Tabela 3 - Influência do Turismo na dimensão ambiental.....	106
Tabela 4 - Influência do Turismo na dimensão sociocultural.....	108
Tabela 5 - Influência do Turismo na dimensão econômica.....	110
Tabela 6 - Infraestrutura para o turismo.....	113
Tabela 7 - Verificação unidimensionalidade Social.....	120
Tabela 8 - Grau de variância explicada dimensão social.....	121
Tabela 9 - Análise unidimensionalidade dimensão social.....	121
Tabela 10 - Pesos dimensão social.....	122
Tabela 11 - Análise unidimensionalidade dimensão cultural.....	122
Tabela 12 - Pesos dimensão cultural.....	123
Tabela 13 - Análise unidimensionalidade dimensão ambiental.....	123
Tabela 14 - Pesos dimensão ambiental.....	124
Tabela 15 - Análise unidimensionalidade dimensão econômica.....	124
Tabela 16 - Pesos dimensão econômica.....	125
Tabela 17 - Análise das dimensões por gênero.....	125
Tabela 18 - Análise das dimensões por atividade (agricultura)	126
Tabela 19 - Análise das dimensões por atividade (turismo).....	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDB	CONVENÇÃO DA BIODIVERSIDADE
CDS	COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CER	CENTRAL ELÉTRICA DE RORAIMA
CMMAD	COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
CNUMAD	CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
EMBRATUR	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
FUNAI	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
OIT	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
OMT	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PNGATI	POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS
PNMT	PROGRAMA DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO
PNUMA	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE
PRODETUR	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
PROECOTUR	PROGRAMA DE ECOTURISMO DA AMAZÔNIA LEGAL
PTC	PROGRAMA TERRITÓRIO DA CIDADANIA
PTEI	PLANO TERRITORIAL DE ETNODESENVOLVIMENTO INDÍGENA
SPI	SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO
TBC	TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA
TI	TERRA INDÍGENA
UNWTO	UNITED NATIONS WORLD TOURISM

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 APRESENTAÇÃO.....	15
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS.....	16
1.3 JUSTIFICATIVA.....	16
CAPÍTULO 2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	18
2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL	21
2.3 TURISMO	24
2.4 TURISMO SUSTENTÁVEL.....	31
2.4.1 Turismo Indígena.....	37
2.4.2 Ecoturismo	43
2.5 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....	49
2.6 INDICADORES DE TURISMO SUSTENTÁVEL.....	53
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	57
3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA	57
3.3 MÉTODO DE PESQUISA.....	58
3.3.1 Etapa Qualitativa.....	59
3.3.2 Etapa Quantitativa	62
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	67
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DA RESERVA SÃO MARCOS – RORAIMA	67
4.2 COMUNIDADES INDÍGENAS BANANAL, NOVA ESPERANÇA E BOCA DA MATA	70
4.2.1 CI Bananal.....	71
4.2.2 CI Nova Esperança.....	74

4.2.3 CI Boca da Mata.....	77
4.3 ANÁLISE DA POLÍTICA INDIGENISTA RELACIONADA AO TURISMO.....	79
4.3.1 A tutela do Estado sobre os povos indígenas.....	80
4.3.2 As Convenções da OIT.....	84
4.3.3 Posicionamento da FUNAI/Roraima em relação ao turismo indígena.....	87
4.4 ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS.....	95
4.5 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS.....	115
4.4.1 Análise Sócio demográfica.....	116
4.4.2 Análise dos impactos do turismo nas dimensões social, cultural, ambiental e econômica	119
4.4.2.1 Análise Fatorial intrabloco dimensão social.....	120
4.4.2.2 Análise Fatorial intrabloco dimensão cultural.....	122
4.4.2.3 Análise Fatorial intrabloco dimensão ambiental.....	123
4.4.2.4 Análise Fatorial intrabloco dimensão econômica.....	124
4.4.3 Comparação de Grupos.....	125
CAPÍTULO 5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	128
5.1 POLÍTICA INDIGENISTA E TURISMO.....	128
5.2 HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TURISMO INDÍGENA.....	129
5.3 IMPACTOS SOCIAIS, CULTURAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS DO TURISMO INDÍGENA NA PERSPECTIVA DOS RESIDENTES.....	132
5.4 INFLUÊNCIAS DO TURISMO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	134
CAPÍTULO 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERENCIAS.....	141
APÊNDICE 1 – TESTE DE NORMALIDADE.....	153
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS LIDERANÇAS INDÍGENAS	154
APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ÓRGÃO INDIGENISTA.....	155
APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO IMPACTOS DO TURISMO.....	156

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

O turismo indígena vem se consolidando no contexto internacional e tem sido amplamente divulgado, prova disso é o aumento das pesquisas científicas sobre este campo de estudo. De acordo com Weaver (2010) as pesquisas sobre turismo indígena têm crescido exponencialmente na Nova Zelândia, no Canadá, na Austrália e nos Estados Unidos, entretanto, ainda são poucos os estudos realizados na América do Sul.

Para os povos indígenas, a introdução do turismo apresenta oportunidades para o desenvolvimento econômico, melhoria nos padrões de vida e emprego. Diversos estudiosos têm debatido os efeitos positivos e negativos do turismo sobre as culturas indígenas. Em função disso, o conceito de turismo sustentável vem ganhando popularidade como uma forma de mitigar os efeitos negativos do turismo e incentivar suas influências positivas. Iniciativas baseadas nos princípios do desenvolvimento sustentável vêm sendo incentivadas de modo a preservar os atributos físicos e ambientais, econômicos e socioculturais das comunidades de acolhimento de modo geral.

O turismo indígena ainda não é reconhecido como um segmento da indústria do turismo brasileiro, tampouco possui regulamentação. Ainda assim, há notícias de diversas iniciativas espalhadas pelo país. Entretanto, não se sabe ao certo como a atividade está organizada e se realmente produz benefícios aos povos indígenas, dado que são poucos os estudos empíricos sobre esta temática, principalmente na região amazônica, onde se concentra a maior parte da população indígena no País. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 817 mil pessoas, ou seja, 0,42% da população brasileira se declararam indígenas no censo demográfico de 2010, representando um crescimento de 11% em comparação com o censo de 2000.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

No estado de Roraima encontram-se 49.637 indígenas divididos em dez etnias, são elas: Macuxi, Wapixana, Ianomami, Taurepang, Waimiri/Atroari, Way Way, Mayongong, Yekuana, Ingariko e Patamona. As Terras Indígenas em Roraima somam 103.443,17 Km² que equivale a 46,12% do território do Estado.

Esses indígenas, até pouco tempo, viviam principalmente do cultivo da mandioca, da caça e da pesca, entretanto, essa realidade tem se modificado, e cada vez mais se observa a constante busca por atividades que viabilizem a sustentabilidade econômica das comunidades. Há quase uma década, as comunidades indígenas Nova Esperança, Bananal e Boca da Mata, localizadas na Terra Indígena (TI) São Marcos, ao norte do estado de Roraima tem vislumbrado no turismo uma alternativa para o desenvolvimento local. Esses grupos indígenas têm se mostrado empreendedores atuantes, que negociam parcerias com empresas privadas, elaboram projetos para obter financiamentos e tem assumido papel relevante na estrutura do setor. Nesse sentido, procura-se responder a seguinte questão de pesquisa: **Como o turismo pode influenciar no desenvolvimento local sustentável dos povos indígenas de Roraima?**

Partindo-se da premissa de que o turismo, dependendo do modo como for realizado, pode promover o desenvolvimento local sustentável para os povos indígenas, a pesquisa tem por objetivo responder a questão acima desdobrada nos seguintes objetivos específicos:

1. Identificar os aspectos político-legais do turismo em áreas indígenas;
2. Descrever o histórico e organização do turismo indígena;
3. Analisar os impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais do turismo nas comunidades indígenas.

1.3 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa foi realizada em três comunidades indígenas: Bananal, Nova Esperança e Boca da Mata, pertencentes à Terra Indígena São Marcos, homologada em 1991 por meio do Decreto Presidencial 312/91, localizada no município de Pacaraima, estado de Roraima.

Este estudo se justificou pela preocupação com os impactos que o turismo pode gerar nas áreas indígenas, se não forem tomadas medidas que incluam as dimensões da sustentabilidade em seu desenvolvimento. Além disso, observa-se que em Roraima, os indígenas elegeram o turismo como atividade capaz de proporcionar autonomia aos membros da comunidade, bem como, a preservação de sua cultura e de seus valores tradicionais. Outra preocupação comum nas comunidades indígenas é quanto à migração, principalmente dos jovens, para a cidade em busca de emprego. Assim, mais uma vez eles têm apostado no turismo como uma forma de aumentar a oferta de postos de trabalho, de modo a garantir o sustento e a permanência desses jovens nas aldeias.

Outro ponto a destacar é a não regulamentação do turismo indígena no Brasil, que tem ocasionado insegurança tanto para os indígenas quanto para as agências de turismo. Nesse caso, a pesquisa teve o intuito de provocar a discussão sobre a regulamentação do turismo em Terras Indígenas, além de analisar a legislação pertinente. Podendo ainda fornecer subsídios para elaboração de políticas públicas para o turismo indígena; estimular a redução da dependência econômica das comunidades indígenas diante do poder público por meio do turismo e salientar a importância socioeconômica do turismo para o estado de Roraima. A contribuição científica é no sentido de ampliar o campo de estudo do turismo indígena, tanto no que se refere à compreensão do fenômeno, como a gestão e análise dos impactos advindos da atividade.

O trabalho está organizado em seis capítulos incluindo este. O capítulo seguinte aborda os aspectos teóricos que vão embasar a pesquisa; na sequência apresentam-se os procedimentos metodológicos do estudo; a análise dos dados; em seguida a discussão dos resultados encontrados e por fim as considerações finais.

CAPÍTULO 2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A partir da década de 1970 foram publicados numerosos informes que mencionavam a preocupação em manter o crescimento econômico sem destruir o meio natural e social. Assim, é oportuno citar documentos pioneiros como a declaração final da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, que contém 19 princípios e representa um manifesto ambiental que aborda a necessidade de inspirar e guiar os povos do mundo inteiro na preservação e melhoria do ambiente humano. A declaração proclama que “defender e melhorar o ambiente humano para gerações presentes e futuras tornou-se um imperativo para a humanidade” (UNEP, 1972).

Mais tarde, em 1983 foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O trabalho dessa comissão resultou no relatório denominado “Nosso Futuro Comum”, conhecido também como “Relatório Brundtland”. Lançado em 1987, abordou a necessidade um novo modelo de desenvolvimento capaz de compatibilizar crescimento econômico, distribuição da riqueza e preservação ambiental. Dessa forma, define-se desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades e as aspirações do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações terem satisfeitas as suas necessidades (CMMAD, 1991; SWARBROOKE, 2000; HUNTER, 2002).

Posteriormente, em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como “Rio-92” ou “Cúpula da Terra” realizada no Rio de Janeiro, a expressão desenvolvimento sustentável ganhou popularidade. Na ocasião da Rio-92, foi criada a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e a Agenda 21, o objetivo da comissão é de apoiar, encorajar e supervisionar os governos, a Organizações das Nações Unidas, dentre outros grupos, como setores comercial e industrial,

organizações não-governamentais e demais setores da sociedade civil, sobre as providências que deveriam tomar para cumprir os acordos firmados durante a Cúpula da Terra. Os pontos centrais acerca do desenvolvimento sustentável, apresentados no relatório Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1991), tornaram-se a base para a elaboração da agenda 21, que pode ser definida como um “instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica” (CNUMAD, 1992). Os 179 países que participaram da Rio-92, concordaram e assinaram a Agenda 21 Global. O documento, composto de 40 capítulos é reconhecido como uma parceria mundial para fazer frente aos desafios do meio ambiente e do desenvolvimento.

Para Lélé (1991, p. 613), o movimento desenvolvimento sustentável “não foi capaz de desenvolver um conjunto de conceitos, critérios e políticas coerentes ou consistentes, tanto do ponto de vista interno como da realidade social e física”. O autor menciona algumas proposições que deveriam ser analisadas, como: rejeitar as tentativas que se concentram no crescimento econômico como meio para a eliminação da pobreza e degradação ambiental; aceitar a existência de causas estruturais, tecnológicas e culturais no que se refere a pobreza e a degradação ambiental; compreender as múltiplas dimensões da sustentabilidade e tentar desenvolver critérios e princípios para elas; definir que os padrões, os níveis de demanda e uso de recursos seja compatível com as diferentes formas ou níveis de sustentabilidade ecológica e social, bem como, as diferentes noções de equidade e justiça social (LÉLÉ, 1991).

Por outro lado, a CMMAD (1991) pondera a retomada do crescimento econômico como condição fundamental para erradicar a pobreza, entretanto, aponta para a necessidade de modificar o modelo de crescimento, de modo que se torne mais justo, equitativo, orientado para satisfação das necessidades básicas de alimentação, habitação e saúde, bem como, a alteração da matriz energética priorizando as fontes renováveis.

Diante da complexidade e da amplitude que envolve o tema desenvolvimento sustentável, Sachs (1993) desmembra a sustentabilidade em seis dimensões, quais sejam: ambiental ou ecológica, social, econômica, cultural, espacial e política. A

sustentabilidade ambiental envolve medidas para reduzir o consumo de recursos naturais e a produção de resíduos, intensificar pesquisas, o desenvolvimento e utilização de tecnologias limpas, de forma a evitar danos ao meio ambiente, reduzir as emissões de poluentes, substituir combustíveis fósseis por outros renováveis, dentre outras ações. Sustentabilidade social tem o objetivo de melhorar substancialmente as condições de vida das populações, reduzir as distâncias entre os padrões de vida dos grupos sociais e garantir os seus direitos. Sustentabilidade econômica diz respeito à alocação e gestão eficiente dos recursos, de modo que se promova prosperidade para todos com o menor custo possível e sem infringir os direitos da população (SACHS, 1993).

Já a dimensão cultural busca concepções endógenas de desenvolvimento que respeite as particularidades das diferentes culturas, de modo que se construam modelos de desenvolvimento que atendam as especificidades de cada local e de cada ecossistema (SACHS, 2000). Sustentabilidade espacial, para o autor, trata de uma configuração, rural e urbana, mais equilibrada e de uma melhor distribuição do território, preocupada com a diminuição da concentração excessiva das cidades e a proteção de ecossistemas frágeis. Finalmente a dimensão política da sustentabilidade diz respeito aos direitos e as garantias de todos os povos, como a liberdade de associação, de expressão, de acesso às informações, enfatizando, de modo geral, a importância da democracia e da cidadania (SACHS, 2000).

A segmentação por atividades ou por setores, conforme destacam Brandão et al (2010), é outra forma de operacionalizar as propostas desenvolvimento sustentável, assim, verifica-se sustentabilidade na construção civil, na arquitetura sustentável, finanças sustentáveis, turismo sustentável, entre outros setores econômicos. Ressalta-se que cada uma das dimensões ainda que sejam desagregadas para facilitar o entendimento acerca do desenvolvimento sustentável, não podem ser desenvolvidas isoladamente, pois estão inter-relacionadas.

Nesse contexto, a partir dos anos 1980, houve um crescimento no padrão de ética dos negócios. Relatos de ações antiéticas ou irresponsáveis por parte das empresas provocaram inúmeros escândalos e, as crescentes pressões públicas e políticas passaram a exigir que as organizações assumissem uma postura mais ética em relação a várias questões, como apresentado na Figura 1 (SWARBROKE, 2000).

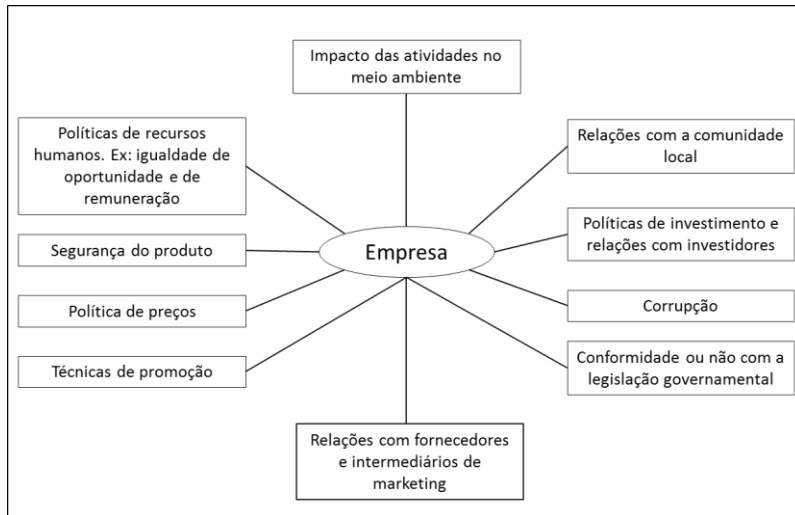


Figura 1 - Aspectos de ética e responsabilidade social.
 Fonte: SWARBROOKE, 2000.

Assim, para Swarbrooke (2000) o conceito de desenvolvimento sustentável se ajusta à tendência de que as empresas são estimuladas a se responsabilizarem com mais acuidade no que se refere ao meio ambiente, tendo em vista que ao destruírem os recursos dos quais depende seu negócio, o futuro da empresa estará em risco. Segundo o autor, quando não agem voluntariamente, os governos tendem a regulamentar suas atividades. Dessa forma, elas tentam provar, que na perspectiva do desenvolvimento sustentável, elas são parte da solução e não do problema.

2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL

A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, da Assembleia Geral da ONU, estabeleceu uma nova forma de direito humano, o direito ao desenvolvimento, um direito inalienável do ser humano (Resolução 41/128 de 1986). Pela Resolução, todas as pessoas e todos os povos têm o direito de participar e contribuir para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político, e de beneficiar-se desse desenvolvimento, de modo que todos os direitos e liberdades fundamentais do homem possam ser realizados plenamente. Sendo assim, o desenvolvimento é condição para que todos os demais direitos humanos possam ser exercidos plenamente.

Compartilhando dessa mesma visão, Buarque (1996), conceitua o desenvolvimento local como “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Para o autor, deve-se mobilizar e explorar todas as potencialidades locais, a fim de que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, no contexto social, econômico e ambiental, tornando-se assim, consistente e sustentável (BUARQUE, 1996). Da mesma forma, para Perez e Carrillo (2000) apud Spinola (2006), desenvolvimento local é o processo que dinamiza a sociedade e ativa a economia com o aproveitamento dos recursos endógenos existentes, de modo a estimular o crescimento econômico, sob a forma de criação de emprego, geração de riqueza, e melhoria na qualidade de vida da população local.

O conceito de “local” não se refere a pequeno, mas considera “a maioria dos setores que trabalha com a questão de que o “local” não é um espaço micro, podendo ser tomado como um município ou, inclusive, como uma região compreendendo vários municípios” (IPEA, 1996, p. 23). Quanto ao conceito de “comunidade”, Berg (2004) define como uma unidade geograficamente delimitada dentro de uma sociedade mais ampla. Permitindo uma considerável homogeneidade cultural, interações e relacionamentos entre os membros. Dessa forma, demandam organização e mobilização para ressaltar suas próprias potencialidades (BERG, 2004).

Segundo o consenso geral da Oitava Rodada de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária, “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável” é uma forma de promover o desenvolvimento que torne possível a sustentabilidade das comunidades, de maneira que estas sejam capazes, não apenas de suprir suas necessidades imediatas, mas principalmente que possam descobrir suas vocações e potencialidades transformando-as em benefícios locais (IPEA, 1996). Assim, o desenvolvimento local sustentável refere-se a uma nova dinâmica econômica, não apenas preocupada com a criação de novos postos de trabalho, mas como uma forma de construir um modelo de desenvolvimento mais sustentável.

O Desenvolvimento local sustentável deve abranger as dimensões econômica, social, cultural, ambiental e político institucional. Tendo como prioridade a melhoria na qualidade de vida das comunidades e o alcance de um *modus vivendi* mais sustentável (IPEA, 1996). Nessa perspectiva, a integração do turismo pode ser compatível com as condições sociais, ambientais e econômicas de comunidades indígenas, desde que o planejamento e gestão da atividade ocorram de modo participativo, e contemple a constituição de um poder endógeno por parte das comunidades capaz de torna-las auto gerenciadas e autônomas (SPINOLA, 2006).

Por esse mesmo viés, Acereza (2002) salienta que o turismo poderia contribuir para a geração de novos postos de trabalho, utilizando-se turisticamente dos recursos naturais e culturais disponíveis. Entretanto, o autor acrescenta que deve-se checar previamente as reais possibilidades de o turismo ser usado como fator de desenvolvimento local. Isso vai depender da pré-disposição da comunidade, da disponibilidade de atrativos, dentre outras questões. Além disso, para que o desenvolvimento seja duradouro, deve trazer melhorias concretas e permanentes. Nesse sentido, Jara (1998) conclui que o desenvolvimento local sustentável é uma estratégia que permite visualizar perspectivas concretas de desenvolvimento humano, de segurança alimentar e de saúde, descobrindo ou despertando as vocações locais e as potencialidades específicas.

Para Sansolo (2009), o conceito de desenvolvimento reforça a centralidade dos atores e do saber local no processo de transformação de sua realidade. Porém, continua o autor, as ações de políticas públicas, por tratarem o tema de maneira homogênea, acabam por ignorar aspectos culturais e paisagísticos de cada região. Como consequência comprometem as condições sociais e ambientais, além de descaracterizar as heranças culturais de comunidades tradicionais. Assim, Lopez-Guzmán (2011) afirma que é necessário estudar a forma como a comunidade participa do processo de desenvolvimento da região.

Nesse contexto, para Fragoso (2005, p. 64) desenvolvimento local é a “possibilidade das populações poderem expressar uma ideia de futuro num território visto de forma aberta e flexível, onde esteja ausente a noção do espaço como fronteira, concretizando ações que possam ajudar à (re)construção desse futuro”. Buarque (1999) complementa que o desenvolvimento local, está ligado as iniciativas

inovadoras e mobilizadoras da coletividade, com a articulação de potencialidades locais da comunidade. Tais potencialidades podem favorecer a introdução do turismo como atividade econômica capaz de influenciar no desenvolvimento das comunidades.

2.3 TURISMO

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), turismo é definido como o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas a lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado (OMT, 2001; UN, 2008). Já para Murphy (2004), turismo é considerado uma das maiores indústrias do mundo. Segundo o autor, trata-se de um sistema complexo de partes integradas, que para cada dimensão recebe a atenção em diferentes momentos e locais, dependendo da finalidade específica. Da mesma forma, Bosh e Kambiz (2010) comentam que o turismo é um sistema dinâmico e complexo que envolve várias partes interessadas, com entendimentos, sistema de exploração e objetivos de gestão diferentes. Trata-se, portanto, de um fenômeno social, cultural e econômico que traz consigo a circulação de pessoas (MURPHY, 2004; BOSH E KAMBIZ, 2010).

Para Brasil (2004) o turismo é considerado como o setor econômico mais promissor e dinâmico do mundo e tem um impacto direto sobre cerca de 50 outros setores, além de demandar um complexo conjunto de ações setoriais para garantir seu desenvolvimento. Nesse contexto, Reid et al (2010) reforçam a ideia de que a indústria do turismo é uma das maiores e de mais rápido crescimento no mundo. Ainda segundo os autores, é também uma das indústrias mais dinâmicas, com relação a fatores como a globalização, economia, concorrência, tecnologia e exigências dos consumidores por mudança, todos impactando significativamente sobre o setor.

É um fenômeno de grande importância social e econômica da sociedade moderna e está diretamente ligado aos aspectos históricos, tais como aumento do tempo livre, melhorias das comunicações, transporte moderno e urbanização (UN, 2008). Composto por uma série de elementos tangíveis e intangíveis, tais como recursos físicos, infraestrutura, instalações, produtos e serviços (REID ET AL, 2010). Nesse sentido, Timur (2004) complementa que a indústria do turismo cria oportunidades de negócios, empregos, renda e divisas, proporcionando um leque de serviços. Estes serviços incluem o transporte, alojamento, alimentação, bebidas, viagens, dentre outros.

Por outro lado, a indústria do turismo depende também dos recursos naturais e culturais para atrair turistas. Nesse contexto, Murphy (2004) destaca a necessidade de regulamentação e de uma política para o setor. Para o autor, a política é o componente mais detalhado e rigoroso do planejamento do turismo. Para Lohmann e Netto (2008) a política pública compreende a direção dada pelo poder público federal, estadual e municipal ao desenvolvimento do turismo, sempre considerando os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais. Ainda segundo os autores, as políticas públicas podem ser elaboradas tanto para fomentar o turismo interno, quanto para competir no concorrido mercado internacional, mas em ambas as situações, deve ser composta por: planejamento, estratégias, objetivos e ações específicas para o setor. Dredge e Jenkins (2003) reforçam que os instrumentos de regulação também são indispensáveis para ajudar os governos resolverem questões e problemas com o turismo. Os autores afirmam que é de fundamental importância a criação de um aparato legal robusto, além de planejamento e um sistema gestão eficiente.

Da mesma forma, Reid et al (2010) asseveram que o planejamento é um passo vital para facilitar o processo de tomada de decisões estratégicas a respeito da natureza apropriada e escala de empreendimentos turísticos relacionados a um destino. Para a OMT (2005), o planejamento fornece a base para alcançar o desenvolvimento do turismo de maneira integrada, controlável e sustentável. No entendimento de Reid et al (2010) o turismo deve ter um acompanhamento adequado e controlado de seus efeitos. Assim, Cruz (2002) menciona a importância da política como instrumento norteador do processo de planejamento. Quanto a

essa afirmativa, a OMT (2001) expressa a importância da política pública da seguinte maneira:

(...) as funções do setor são de grande importância, uma vez que, em comparação a outras políticas setoriais, se caracteriza por uma grande complexidade que vem determinada por duas circunstâncias: a variedade de subsetes que formam o que se conhece por setor turístico – restaurantes, alojamentos, agências de viagem, etc – que amplia a tomada de decisões gerais, pois cada subsetor tem problemas diferentes e específicos; e a heterogeneidade do setor que gera maiores problemas para as administrações públicas em função da coordenação do mercado. (OMT, 2001, p.158).

Nesse contexto, a OMT (2005) conclui que o planejamento do turismo é um processo sistemático de definição de objetivos, estudos e análises, formulação de planos e implantação, seguida de uma gestão contínua, e dá-se a vários níveis que vão desde os níveis nacional, regional e local. O planejamento é, na verdade, um aspecto fundamental para se atingir o desenvolvimento sustentável, conceito considerado crucial para a sobrevivência e o sucesso do setor do turismo (REID et al, 2010).

No contexto brasileiro, até o ano de 2002 no âmbito do Executivo Federal, o órgão máximo do turismo era o Ministério do Esporte e Turismo, ao qual estava subordinado o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, Lei nº 8.181 de 1991, com a atribuição de “propor, estimular, promover, executar e fazer executar” a Política Nacional de Turismo. Nesse contexto, Cruz (2002) destaca os principais programas nacionais sobre os quais se assentou a política nacional para o setor. O primeiro deles é o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que teve como objetivo “a descentralização da gestão pública da atividade para a escala municipal e está baseada na metodologia ZOPP¹, metodologia de planejamento participativo desenvolvida pelo governo alemão, adaptada para o Brasil” (CRUZ, 2000, p. 35). Depois foi criado o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) e posteriormente o Programa de Ecoturismo da Amazônia (PROECOTUR). A região Nordeste foi a primeira região a ser contemplada pelo

¹ Planejamento de Projetos Orientados por Objetivos.

PRODETUR-NE. Cruz (2002) destaca que o objetivo do programa consistia, principalmente, na melhoria das condições da infraestrutura básica das localidades por ele contempladas. Já o PRODETUR-SUL tinha como missão, o financiamento de infraestrutura turística de modo geral. A autora destaca que o PROECOTUR previa tanto a construção de infraestrutura básica para o turismo, quanto o financiamento de empreendimentos turísticos, tendo como área de abrangência a região da Amazônia Legal.

Em janeiro de 2003 foi criado o Ministério do Turismo, que priorizou o turismo como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico do país. Segundo Brasil (2004), turismo é uma atividade multifacetada interrelacionada com vários segmentos econômicos e demanda um conjunto de ações e planos setoriais complexos para seu desenvolvimento. Nesse contexto, foi criado o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003-2007, que segundo Brasil (2004, p.14),

É o ele entre os governos Federal, Estadual e Municipal, e ente entidades não governamentais, a iniciativa privada e toda a sociedade. Deve ser fator de integração de objetivos, otimização de recursos e junção de esforços para incrementar a qualidade e a competitividade, aumentando a oferta de produtos brasileiros nos mercados nacional e internacional. (BRASIL, 2004, p.14).

O plano tem como objetivo o planejamento e a gestão estratégica do turismo brasileiro, e propõe uma gestão compartilhada, participativa e descentralizada, com a finalidade de promover o desenvolvimento do turismo em todo o País (BRASIL, 2009). Além disso, visa transformar a atividade em um importante indutor da inclusão social, que pode ser alcançada por dois caminhos: o da produção, através da criação de novos postos de trabalho, ocupação e renda; e a do consumo, com a absorção de novos turistas no mercado interno (BRASIL, 2004).

Para por em prática o PNT 2003-2007, foram criados diversos macro programas, sendo principal deles o Programa de Regionalização do Turismo, que é “um modelo de gestão política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação

intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões” (BRASIL, 2004, p.11). O programa de Regionalização do turismo propõe o desenvolvimento do turismo de maneira regionalizada, como parte da política de descentralização, adotou-se o formato de “região turística” como referência espacial, na qual está inserido o produto turístico (BRASIL, 2007).

Por região turística entende-se “o espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território” (BRASIL, 2004, p.28). Já o roteiro turístico, é um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística. A Figura 2 mostra o esquema de integração entre regiões turísticas, roteiros e rotas turísticas.

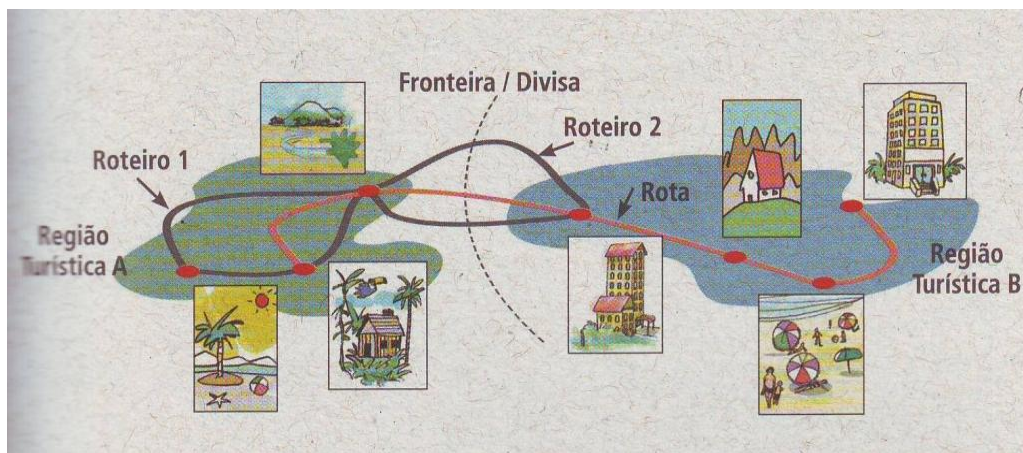


Figura 2 - Região turística, roteiro e rota turística.
Fonte: Brasil, 2007.

A rota turística é um itinerário que, muitas vezes, se utiliza da história como atrativo, a exemplo da Estrada Real (que liga os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro), onde os turistas seguem a trilha percorrida por personagens de uma determinada época (BRASIL, 2007). Diferente da rota, o roteiro não possui uma sequência de visitação, podendo começar de qualquer ponto. O roteiro pode perpassar mais de uma região turística.

Segundo Brasil (2009) um resultado do processo de gestão descentralizada, é a estruturação, o desenvolvimento e a sustentabilidade das regiões turísticas. Tendo

em vista que o surgimento de diversas oportunidades de cooperação intra e interestaduais favorecem a oferta de roteiros com identidade única, capazes de surpreender e atrair maior fluxo de turistas, sejam eles nacionais ou internacionais (BRASIL, 2007).

Atualmente, o Brasil possui, segundo o Ministério do Turismo, 276 regiões turísticas e 3.635 municípios, seguindo o modelo de gestão e desenvolvimento do programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2009). Tais roteiros são caracterizados por apresentarem infraestrutura básica e turística, bem como, atrativos qualificados, ou seja, são capazes de atrair ou distribuir turistas (BRASIL, 2009). Em outras palavras, estes roteiros possuem uma oferta turística, que segundo o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR, 1984), está relacionada com a disponibilidade de atrativos turísticos, bens e serviços, que tendem a fazer com que haja pessoas interessadas em conhecer. Para Brasil (2009), estas localidades tem a missão de induzir o desenvolvimento regional e dinamizar a economia da região turística que abriga os roteiros.

O turismo também pode ser uma atividade importante econômica e socialmente para pequenas comunidades. Estes locais muitas vezes, podem atuar como pontos de passagem para regiões turísticas. Muitas delas dispõem de atrações próprias, como locais históricos, entretenimentos, dentre outros (OMT, 2001). O turismo em pequenas comunidades pode proporcionar benefícios econômicos substanciais, como emprego e rendimentos, além de melhorias e benfeitorias por meio de programas de preservação do patrimônio histórico, o que beneficiaria em contrapartida toda a população local, conforme destaca a OMT (2001). Entretanto podem ocorrer algumas situações adversas, como por exemplo, a competição entre estes e outros destinos turísticos maiores e mais conhecidos. Tendo em vista, que o turismo é um fenômeno orientado pela demanda, e se refere às atividades de visitantes e de seu papel na aquisição de bens e serviços. Também pode ser considerado a partir da perspectiva da oferta, caso em que o turismo significa um conjunto de atividades produtivas destinadas a servir principalmente os visitantes (UN, 2008).

Murphy (2004) menciona que a indústria do turismo tem o foco nas necessidades e expectativas dos visitantes. Assim, nenhum planejamento turístico

pode deixar de pensar nos segmentos do mercado turístico (LOHMANN E NETTO, 2008). Para Brasil (2007), a segmentação é uma forma de organizar o turismo de modo que seja possível seu planejamento e gestão. Os segmentos são estabelecidos de acordo com a identificação da oferta e demanda. Principalmente a demanda, que define e identifica um determinado grupo de consumidores, observadas suas decisões, preferências e motivações.

Dessa forma, o Ministério do Turismo priorizou doze segmentos, a saber: turismo cultural, ecoturismo, turismo de aventura, turismo náutico, turismo de pesca, turismo de esportes, turismo social, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de sol e praia, turismo de negócios e eventos, turismo rural e turismo de saúde (BRASIL, 2007). Nota-se que dentre os segmentos priorizados, não está contemplado o etnoturismo ou o turismo indígena, apesar da marcante presença da cultura indígena no país.

Brasil (2007) explica ainda, que os produtos e roteiros turísticos, de modo geral, são definidos com base na oferta (em relação à demanda), de modo a caracterizar segmentos ou tipos de turismo específicos. Dessa maneira, as características dos segmentos da oferta é que determinam a identidade do roteiro e servem de base para a estruturação de produtos, sempre em função da demanda.

Com relação ao faturamento dessa indústria, no Brasil, segundo o IBGE (2007) a renda gerada pelas atividades de turismo foi de R\$ 73,9 bilhões em 2006 e de R\$ 82,7 bilhões em 2007, o que representa um crescimento de 4,8%. Já em 2011, o turismo registrou um aumento de 15,8% nos desembarques domésticos, com relação ao ano de 2010. O desembarque internacional também teve crescimento semelhante, de 13,9%, subindo de 7,9 milhões para 9 milhões entre 2010 e 2011 (BRASIL, 2012). A aproximação de megaeventos como a Copa das Confederações, Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos abrem perspectivas para o setor. Os benefícios poderão ser percebidos pelos diversos setores, como meios de hospedagem, indústria gastronômica, agências de viagem, organizadoras de eventos, taxistas, guias, locadoras de automóveis, todos serão contemplados com o giro da economia.

Segundo Brasil (2006) o momento é propício para transformar os recursos turísticos existentes nas diversas regiões do país em produtos turísticos efetivos, de forma a proporcionar o desenvolvimento sustentável da atividade, além da valorização e proteção do patrimônio natural, cultural e o respeito às diversidades regionais. Pode ser a oportunidade para ampliar os segmentos do turismo, e posicionar o turismo indígena e/ou o ecoturismo indígena como parte do portfólio do turismo brasileiro.

2.4 TURISMO SUSTENTÁVEL

Sabe-se que o turismo é uma das muitas forças externas que influenciam a direção e as opções para o desenvolvimento local. Entretanto, é pertinente o questionamento da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CSD) em saber se “o turismo pode ser sustentável, isto é, se ele pode contribuir para desenvolvimento local sustentável, abordado no contexto da Agenda 21” (CSD, 1999). O Relatório Brundtland, mencionado anteriormente, formalizou o conceito de desenvolvimento sustentável como uma questão global, assim, essa expressão tem se expandido para abranger todas as formas de desenvolvimento e atividades econômicas, incluindo o turismo.

Do ponto de vista do turismo, vários pesquisadores ampliaram o significado de desenvolvimento sustentável em um conceito que implica viabilidade em longo prazo e boa qualidade dos recursos naturais e humanos (BRAMWELL E LANE, 1993). Outros sugerem que a sustentabilidade inclui a qualidade de vida das comunidades de acolhimento, a satisfação do visitante e uso adequado dos recursos naturais e sociais (HUNTER E GREEN, 1995; OMT, 2004).

No turismo, o conceito de sustentabilidade foi inicialmente estabelecido como uma noção de que existe a necessidade de equilibrar a inter-relação entre turismo e meio ambiente; que deve haver um compromisso em minimizar conflitos; e o planejamento deve ser exercido, de tal maneira, que a viabilidade da indústria em longo prazo seja salvaguardada (HUNTER E GREEN, 1995). Seja qual for o

posicionamento, um tema comum entre essas perspectivas é que o desenvolvimento do turismo sustentável inclui um foco em alcançar algum nível de harmonia entre os grupos de partes interessadas para desenvolver uma qualidade de vida duradoura (SWARBROOKE, 2000; BYRD, 2007). No entanto, para Swarbrooke (2000), a interpretação do termo permanece vaga, sem mencionar os métodos para sua implementação.

A definição mais utilizada na literatura de turismo sustentável foi desenvolvida pela OMT (2005), que o define como:

o turismo que contribui para a gestão de todos os recursos de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte de vida” (OMT, 2005).

Descrevem o desenvolvimento do turismo sustentável como um processo que atende às necessidades atuais dos turistas e das comunidades receptoras, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações futuras (UNWTO, 2005).

Outros autores apresentam suas contribuições acerca do turismo sustentável, Swarbrooke (2000, p.19), por exemplo, o define como “turismo que é economicamente viável, mas que não destrói os recursos dos quais o turismo do futuro dependerá, principalmente o meio físico e o tecido social da comunidade local”. Segundo o autor, turismo sustentável teve início a partir do final da década de 1980. Porém, antes disso, na década de 1960, a publicação do relatório “*Fourth Wave, The Challenge of Leisure*” de Michael Dowers, alertou para os possíveis impactos do crescimento das atividades de lazer. Mais tarde, já na década de 1970, houve o reconhecimento dos potenciais impactos negativos do turismo de massa. A partir dos anos 1980, este tipo de turismo passou a ser questionado devido à influência do desenvolvimento sustentável e daí por diante iniciou-se a busca por novas alternativas, tomando como base as dimensões da sustentabilidade. Nessa

mesma época, Swarbrooke (2000) comenta que surgiu a expressão “turismo verde”, que refletia o aumento no interesse por questões ambientais.

Na década de 1990, foram elaborados pelo *Tourism Concern*, os princípios do turismo sustentável, que de acordo com Wall (1997) apud Simmons (1999), sugere uma gestão compartilhada que envolve: melhoria da qualidade de vida da população local; desenvolvimento do turismo em conjunto com outras atividades econômicas do local; diversificação da economia local e práticas comprometidas com as gerações futuras. Daí por diante, a expressão “turismo sustentável” tornou-se frequente e passou a incluir e reconhecer a importância das comunidades locais e indígenas no seu processo (SWARBROOKE, 2000).

Como mencionado anteriormente, o objetivo do turismo sustentável é satisfazer as necessidades básicas da sociedade e ampliar a oportunidade para uma maior qualidade de vida (UNWTO, 2005). Segundo Byrd (2007) para atingir este objetivo, deve haver uma estrutura social que facilite a resolução de conflitos. Em seguida, o sistema econômico deve ser capaz de produzir uma fonte contínua de excedentes e uma fonte de conhecimento técnico. A preocupação com a conservação do meio ambiente deve ser permanente, pois o desenvolvimento sustentável não é um processo estático, mas flexível e adaptável.

Nesse contexto, o desenvolvimento do turismo sustentável requer a participação de todos os interessados (cidadãos, empresários e líderes comunitários), bem como, uma forte liderança política para garantir consenso nas decisões (WTO, 2004). O foco na participação das partes interessadas realça ainda mais a sua capacidade de lidar com vários problemas percebidos (WTO, 2004; BYRD, 2007; TIMUR E GETZ, 2009; BUTTS E SINGH, 2010). Outra questão abordada por Byrd (2007) é que as decisões sobre o desenvolvimento do turismo são feitas de cima para baixo, onde “especialistas” ou o poder público tomam as decisões que muitas vezes não refletem os interesses e opiniões da comunidade local. Butts e Singh (2010) afirmam que o desenvolvimento do turismo sustentável deve ter como foco principal as comunidades do presente, mas, sem deixar de buscar maneiras de salvaguardar as futuras comunidades. Byrd (2007) complementa que este foco é, em parte, devido à natureza intrínseca que o turismo

tem de gerar efeitos tanto positivos quanto negativos sobre a comunidade, a economia e ao meio ambiente.

Alcançar o turismo sustentável requer monitoramento constante dos impactos, introduzindo medidas preventivas e/ou corretivas sempre que necessário, além disso, deve-se assegurar uma experiência significativa para os turistas, elevando sua consciência sobre as questões da sustentabilidade e promovendo práticas de turismo sustentável entre eles (OMT, 2004). Tais práticas de sustentabilidade estão se tornando cada vez mais comum, indivíduos e corporações estão pensando cada vez mais sobre o assunto e discutindo-o com mais frequência. Questões de sustentabilidade tornaram-se parte essencial do tecido social e político na maioria dos países, e o envolvimento de todos os intervenientes, incluindo as comunidades, tem sido amplamente discutido (JAYAWARDENA et al, 2008).

Para Fennell (2002), o turismo sustentável está associado aos principais setores da economia mundial, e depende dos níveis de produção primário, secundário e terciário. Daí a dificuldade de defini-lo em termos simples. Além disso, está presente nas questões socioculturais, econômicas e ambientais, como dito anteriormente. No entendimento de Johnston e Tyrrel (2007) as definições operacionais do turismo sustentável são, em geral, condizentes com uma variedade de segmentos do turismo o que pode gerar controvérsias a respeito de qual versão do turismo sustentável uma região pretende obter. Segundo os autores, conflitos com os objetivos do turismo sustentável implicam que o conceito proposto não transmite informações suficientes para definir uma política de turismo sustentável, já que enseja detalhes sobre que elementos devem ser sustentáveis, o nível em que estes elementos devem ser sustentados e o grupo de *stakeholders* que serão beneficiados.

Os autores exemplificam que, se num determinado destino turístico procura-se manter o número de visitantes, o tamanho dos lucros, a qualidade de alguns ou de todos os recursos ambientais, a qualidade da experiência turística, o número de postos de trabalho, a qualidade de vida dos moradores locais ou alguma combinação desses e outros elementos; estes objetivos não são suscetíveis de serem sustentável simultaneamente (JOHNSTON E TYRREL, 2007). Dessa maneira, para Nizic et al (2010) ter uma estrutura de gestão com metas claras e

coerentes, determinadas em conjunto por todas as partes interessadas e com base na realidade das localidades e das regiões, além de usar da melhor maneira possível os recursos disponíveis, é um dos principais desafios do turismo sustentável. Pois conforme mencionam Johnston e Tyrrel (2007), os objetivos da comunidade de acolhimento com relação ao turismo, muitas vezes diferem daqueles de indústria do turismo, ou seja, as soluções mais desejáveis para a indústria do turismo podem não ser desejáveis para os residentes locais.

Em outras palavras, a busca pelos resultados do turismo sustentável devem combinar resultados ambientalmente sustentáveis, com soluções de compromisso socialmente aceitáveis, que se encontra em algum lugar do ponto ótimo de cada grupo distinto. Entretanto, em quase todos os casos, não existe um “ótimo universal” sustentável; e na grande maioria dos casos não existe uma solução ideal que maximize os lucros para a indústria e traga os mesmos resultados para os residentes locais. Sempre haverá um grupo que estará em situação inferior a outro, ou num ponto abaixo do ideal, segundo a perspectiva do primeiro, conforme mencionam Johnston e Tyrrel (2007). Além disso, fatores como a pressão política e outros objetivos, a exemplo do crescimento sustentável nos lucros ou na qualidade de vida, podem não ser compatíveis com a sustentabilidade ambiental e provavelmente não alcançável (JOHNSTON E TYRREL, 2007; LANDORF, 2009; NIZIC, 2010).

Nesse contexto, Swarbooke (2000) concorda que o turismo sustentável é uma área ampla, que atinge uma infinidade de partes interessadas, descritas na Figura 4. Em função dessa rede tão complexa de *stakeholders*, torna-se difícil chegar a um consenso sobre o significado de turismo sustentável e de como ele pode ser alcançado.

Dentre as partes interessadas do turismo estão: Órgãos governamentais (governos nacionais e locais, conselhos regionais, entre outros); A indústria do turismo (composta por operadoras de viagem, transportadores, setor hoteleiro, etc); Grupos de pressão (ambientalistas, direitos humanos, direito dos trabalhadores); Mídia (especialista em viagem ou noticiários); Especialistas (consultores, pesquisadores e acadêmicos); Setor voluntário (ONGs, filantropia); Turistas (mercado

de massa ou ecoturismo); Comunidade local (diretamente ou indiretamente empregado no turismo, pessoas com negócios locais).

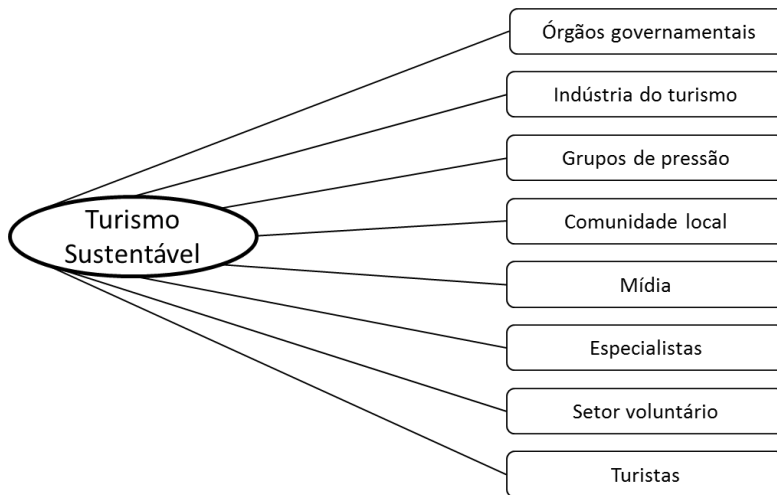


Figura 3 - Partes interessadas do turismo sustentável.
Fonte: Swarbrooke, 2000.

Para Lim e Cooper (2009) e Douglas (2006) muitos pesquisadores têm visto a sustentabilidade em termos puramente ambientais desenvolvidos de acordo com modelos, que muitas vezes não têm uma dimensão de gestão ou mecanismos de *feedback*. Segundo os autores, estes modelos incluem ferramentas de avaliação, tais como indicadores de sustentabilidade, avaliação de impacto ambiental, avaliação do ciclo de vida e auditoria ambiental, entretanto, não há ferramentas que abordem as demais dimensões sociais, econômicas e culturais em todos os níveis.

Dessa forma, os processos de gestão dos destinos turísticos devem ser baseados num conceito que permita a identificação de soluções eficiente e eficazes, sobre uma estrutura holística que inclua política, planejamento e desenvolvimento de forma a garantir que os benefícios do turismo sejam distribuídos equitativamente entre todas as partes interessadas (DOUGLAS, 2006; RUHANEN, 2006; LIM E COOPER, 2009).

Segundo a OMT (2002) as diretrizes de desenvolvimento e das práticas de gestão do turismo sustentável, são aplicáveis a todas as formas de turismo em todos os tipos de destinos, incluindo o turismo de massa e os vários segmentos do turismo. Os princípios de sustentabilidade, como mencionado anteriormente, referem-se aos aspectos ambientais, econômicos e socioculturais do

desenvolvimento do turismo, e um equilíbrio adequado deve ser estabelecido entre estas três dimensões para garantir a sua sustentabilidade em longo prazo.

Assim, o turismo sustentável deve: 1) Fazer uma utilização ótima dos recursos ambientais que constituem o elemento chave no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o patrimônio natural e a biodiversidade. 2) Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, conservar o seu patrimônio cultural e valores tradicionais, além de contribuir para a compreensão e tolerância intercultural. 3) Assegurar viabilidade e longo prazo das operações econômicas, proporcionando benefícios socioeconômicos a todos os interessados e que sejam distribuídos de forma justa, contribuindo para a redução da pobreza (WTO, 2001).

Antes de prosseguir, é preciso esclarecer que, o turismo sustentável é um conceito e não um segmento, portanto, não deve ser confundido com ecoturismo, turismo cultural, turismo de aventura, turismo indígena, entre outros. Swarbrooke (2000) e Brasil (2004) evidenciam que, apesar destes segmentos estarem relacionados com o turismo sustentável de alguma maneira, nenhum deles é seu sinônimo. Com base no exposto, a OMT e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) referem-se ao ecoturismo, por exemplo, como um segmento do turismo, enquanto que os princípios do turismo sustentável são aplicáveis e devem servir de premissas para todos os tipos de turismo em quaisquer destinos como será mostrado a seguir.

2.4.1 Turismo Indígena

Durante a realização da CNUMAD em 1992, foi aprovada a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, estabelecendo que “os povos indígenas, bem como outras comunidades locais, desempenham um papel fundamental na gestão e no desenvolvimento do meio ambiente, em função de seus conhecimentos e práticas tradicionais”. Além disso, afirma que “os Estados devem conhecer e apoiar sua identidade, cultura e interesses, além de assegurar sua

participação efetiva no processo de busca pelo desenvolvimento sustentável” (princípio 12). A ONU define as comunidades, os povos e as nações indígenas como aqueles que,

[...] consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão dedicados a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos (Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas, 2009).

A Agenda 21 é outro documento que possui capítulos específicos dedicados às populações indígenas e suas comunidades. A Seção III, Capítulo 26 da Agenda 21 reconhece que as populações indígenas e suas comunidades têm uma relação histórica com suas terras, e em geral, descendem dos habitantes originais dessas terras e desenvolveram durante muitas gerações conhecimento tradicional e holístico dos recursos naturais e do meio ambiente.

Da mesma forma, o Artigo 8 da Convenção da Biodiversidade (CDB) estabelece que os Estados membros da Convenção devem “respeitar, preservar e manter o conhecimento, as inovações e as práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica”.

Como se observa, são muitos os documentos que tratam dos direitos dos povos indígenas e de sua influência na conservação do meio ambiente. Nesse contexto, Swarbrooke (2000) entende que o modo de vida dos povos indígenas pode contribuir para a conservação do meio ambiente, em especial a conservação da biodiversidade.

As Nações Unidas identificaram cerca de 370 milhões de pessoas ou aproximadamente 5% da população do mundo como indígenas. Estão presentes em cerca de 70 países, destacando-se: norte do Canadá, Finlândia e Rússia, no Alasca, no deserto do Saara, América do Sul e Central, Austrália e Oceania, África Subsaariana e na África do Sul, e Sudeste da Ásia. Assim, cada etnia possui uma

cultura própria e adaptada às suas necessidades, organizadas em um contexto específico onde a natureza é fundamental para o desenvolvimento de seu modo de vida (WEAVER, 2010).

A inserção de atividades econômicas, a exemplo do turismo, em áreas indígenas deve levar em conta os princípios e objetivos dos documentos mencionados acima e o que se entende por turismo sustentável (BRANDÃO et al, 2010). Como explica Swarbrooke (2000), a relação entre povos indígenas e o turismo não é recente, porém permanece complexa e ambígua.

O turismo indígena, de acordo com Hinch e Butler (1996), surgiu como um campo da investigação científica, a partir da década de 1970, com trabalhos de investigação antropológica. Mais tarde, na década de 1990, o campo foi inserido no contexto de desenvolvimento econômico estratégico, que aperfeiçoou e analisou a relação contenciosa entre: comunidades indígenas, áreas protegidas e ecoturismo (SMITH, 2006). Foi durante essas duas fases que questões relevantes começaram a ser moldadas de forma mais explícita dentro de um contexto de sustentabilidade. Também tem sido evidente uma abordagem cada vez mais multi-disciplinar e interdisciplinar na evolução do subcampo, decorrente da crescente participação de geógrafos, economistas, sociólogos, ecologistas políticos e outros cientistas sociais (HINCH E BUTLER, 1996; SMITH, 2006).

Por suas raízes antropológicas o turismo indígena foi por vezes entendido, simplesmente, como um subconjunto do "turismo cultural" (BLUNDELL, 1995). Sinclair (2003) situa o subcampo mais claramente como um fenômeno interdisciplinar dentro dos estudos do turismo, considerando-o como um subconjunto do "turismo alternativo" e do ecoturismo. Hinch e Butler (1996, p. 9) em uma tentativa de demarcar o turismo indígena como uma entidade mais ampla e autônoma, definem-o como "atividade turística em que os povos indígenas estão diretamente envolvidos, quer através do controle ou por verem a sua cultura servir como a essência da atração".

Nesse contexto, Parker (1993) apud Zeppel (2006) afirma que na Austrália, o turismo indígena ou aborígene é aquele em que o produto turístico é de propriedade, emprega ou é operado pelos povos indígenas. Já no Canadá, o turismo indígena é

reconhecido como todo produto ou serviço de turismo, que é operado por indígenas. As definições de turismo indígena são importantes, pois permitem o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dessa atividade, a partir de uma perspectiva de sustentabilidade (SWARBROOKE, 2000; ZEPPEL, 2006). No Quadro 1, estão resumidas algumas definições de diversos autores acerca do turismo indígena:

Definição	Autor(es)
Na Austrália, turismo indígena ou aborígene é aquele em que o produto turístico é de propriedade, emprega ou é operado pelos povos indígenas. No Canadá o turismo indígena é reconhecido como qualquer produto ou serviço de turismo, que é operado por indígenas.	Parker (1993) apud Zepell (2006).
"Atividade turística em que os povos indígenas estão diretamente envolvidos, quer através do controle ou por verem a sua cultura servir como a essência da atração".	Hinch e Butler (1996, p.9)
Turismo indígena se caracteriza pela busca pelo exótico, intocado, em sua forma autêntica.	Hitchcock (1999).
Um fenômeno interdisciplinar dentro dos estudos do turismo, considerando-o como um subconjunto de "turismo alternativo" e do ecoturismo.	Sinclair (2003)
O etno turismo envolve a exibição da cultura e do estilo de vida indígena para os visitantes. Isso se dá por meio de interações pessoais, facilitando a comunicação intercultural e a educação. Como resultado, constrói-se uma maior compreensão e tolerância entre diferentes culturas.	Bolnick (2003).
Atividades que atraem turistas para fazer visitas às aldeias indígenas, a observação de danças e cerimônias, compras de artesanato, dentre outras curiosidades.	Smith (2006).

Quadro 1 - Definições de turismo indígena.

Fonte: Elaborado pela autora.

Hinch e Butler (1996) fornecem uma interpretação sobre o turismo indígena identificando dois temas chave: controle e cultura. A questão do controle no desenvolvimento do turismo é importante, porque quem tem o controle, normalmente pode determinar fatores críticos, como a velocidade e a natureza do desenvolvimento da atividade. A natureza cultural do produto também é importante, pois, segundo os autores, quando a atração é focada em cultura indígena é um indicador de etnoturismo. Essa relação se torna mais evidente na Figura 4.

A matriz de Hinch e Butler (1996) é usada como uma estrutura para contextualizar e visualizar o turismo indígena a partir de duas variáveis contínuas (controle e produto ou tema indígena) que são relevantes para o a atividade. O eixo

de controle representa o nível de controle que os povos indígenas têm sobre o desenvolvimento do turismo. Isto varia de nenhum controle a controle total, incluindo propriedade e gestão dentre vários graus de envolvimento indígena.

O eixo seguinte representa o grau em que a atração turística está baseada em um tema indígena ou se caracteriza como produto indígena. As combinações dos resultados variam nas seguintes classificações: ausência de cultura indígena; cultura indígena controlada e cultura indígena diversificada.

		CONTROLE INDÍGENA	
		Baixo Grau de Controle	Alto Grau de Controle
TEMA INDÍGENA	Tema Indígena Presente	Ausência de Cultura	Cultura Controlada
	Tema Indígena Ausente	Turismo Não Indígena	Cultura Indígena Diversificada

Figura 4 - Matriz do turismo indígena.

Fonte: Hinch e Butler (1996 apud BUTLER E HINCH, 2007).

No entanto, quando o tema indígena está ausente na atração do turismo (produto) e onde não é controlada por povos indígenas, este é classificado como o turismo não indígena (HINCH E BUTLER, 1996).

De outra maneira, Scheyvens (1999) identificou quatro níveis de empoderamento, sob os quais é possível acompanhar e avaliar o impacto do turismo sobre os povos indígenas e outras comunidades locais, são eles: o empoderamento econômico, empoderamento psicológico, o empoderamento social e o empoderamento político.

O empoderamento econômico, conforme a autora, refere-se aos ganhos duradouros e distribuídos de maneira equitativa, e que manifestam melhorias físicas visíveis. O empoderamento psicológico refere-se à incorporação de maior autoestima, valorização da cultura e confiança dos povos indígenas. Já o

empoderamento social implica a manutenção ou melhoria do equilíbrio e da coesão da comunidade. Enquanto que o empoderamento político envolve estruturas de governança local representativas, sensíveis e eficazes. Sofield (2003) conclui que como em todas as aplicações de turismo sustentável, a decisão de dotar uma determinada comunidade de empoderamento em um ou mais desses aspectos, é subjetiva, dado o problema de identificação de limiares que justifiquem tal decisão.

Para Ryan e Aicken (2005) até então, existe um paradoxo. De um lado, um acanhado interesse do poder público sobre as reivindicações dos povos indígenas quanto à garantia dos direitos sobre suas terras tradicionais, estabelecidos na Convenção da Biodiversidade. Do outro lado, os órgãos de turismo que promovem: a) importância do turismo com base na cultura dos povos indígenas, apresentando um portfólio de produtos turísticos diversificados que um país tem a oferecer visando atender uma demanda crescente da “cultura indígena”; enquanto b) asseguram a promessa de que o turismo pode gerar renda e emprego para as comunidades tradicionalmente marginalizadas. Dessa maneira, segundo os autores, não se podem negar as dificuldades da atividade. Por exemplo, muitas comunidades são, não apenas socialmente, mas espacialmente marginalizadas, já que muitos acessos são limitados.

Assim, existe o risco dos povos indígenas tornarem-se reféns de grupos de empresários, pois mesmo que as comunidades indígenas sejam artisticamente criativas, a sua capacidade para alcançar o turismo muitas vezes se limita em função de recursos finitos e, em consequência, a patronagem é muitas vezes necessária (RYAN E AICKEN, 2005).

Notzke (2004) menciona que a partir da década de 1990 houve uma rápida proliferação de empreendimentos de turismo indígena. Em muitos países, a exemplo do Canadá, povos indígenas tem sido objeto do “olhar turístico” e estão presentes nas imagens que foram usadas para embelezar a atratividade do país como um destino turístico. A esse respeito, Harron e Weiler (1992) apud Zeppel (2006) comentam que o marketing expressa muitas vezes, apenas meia verdade, perpetuando estereótipos de aboriginalidade como uma “curiosidade inanimada” e não como uma cultura viva e complexa. Em função disso, Notzke (2004) comenta que cada vez mais, os povos indígenas estão assumindo o controle sobre a gestão

do turismo em suas terras. Assim, passam a ser observados não como o “exótico” a ser visitado e explorado, mas como indivíduos que atuam no processo de planejamento e gestão sustentável do turismo (HARRON E WEILER, 1992).

No entendimento de Butler (1999), dizer que o turismo sustentável é o caminho para o futuro, em função do crescente interesse no conceito, não garante o seu sucesso. O autor afirma que existe uma forte tendência no desejo de promover o turismo sustentável em qualquer forma de turismo em pequena escala, a exemplo do turismo indígena. Entretanto, mesmo que a atividade seja focada no turismo sustentável em qualquer uma de suas dimensões, seja especialmente desenvolvido por ou para os residentes locais, sem a utilização de indicadores precisos, confiáveis e monitoramento, não se pode comentar sobre a sustentabilidade de qualquer destino turístico.

Harron e weiler (1992) comentam que o turismo indígena tem forte ligação com o ecoturismo, com o turismo de natureza, além do turismo cultural. Para os autores, existem inúmeras razões para desfrutar deste segmento do turismo. Alguns são motivados pela curiosidade, outros pelo aspecto humanístico, alguns querem encontros de curta duração, enquanto que outros querem vivenciar experiências indígenas. Seja qual for a motivação, a demanda se torna cada vez mais crescente, influenciada principalmente pelo marketing que ressalta o patrimônio natural e cultural dos povos indígenas.

2.4.2 Ecoturismo

O período compreendido entre o início dos anos 1980 e a década de 1990, foi propício para a discussão sobre as questões ambientais. Buscava-se conciliar desenvolvimento e conservação do ambiente (DALE, 2005 apud BRASIL, 2004). O turismo de massa vinha sendo bastante criticado por agredir a paisagem natural e cultural; e a vida nas grandes cidades já exigia uma nova conduta à procura de melhores qualidades de vida. Assim, incentivava-se a procura por novas maneiras de vivenciar e usufruir as paisagens naturais, encontrar um espaço fora do urbano e

do caos, que possibilitasse calma e aliviasse o estresse (BRASIL, 2004; KINKER, 2002).

Os primeiros estudos sobre o turismo ecológico, no Brasil, tiveram início na década de 1980. A EMBRATUR iniciou um projeto denominado “Turismo Ecológico”, e posteriormente criou a Comissão Técnica Nacional em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com o objetivo de organizar o segmento (BRASIL, 2004). Em 1983, o termo ecoturismo foi criado e popularizado por Ceballos-Lascurain, referindo-se a viagens à áreas relativamente preservadas com o objetivo específico de lazer, de estudar ou admirar a paisagem, a fauna e a flora, assim como, qualquer manifestação cultural existente (PARKS ET AL, 2009; ZHOU E IKEDA, 2010; KINKER, 2002).

A partir de então, o conceito evoluiu cientificamente baseando-se em uma abordagem de planejamento, desenvolvimento e gestão sustentável, conforme Parks et al (2009). Segundo os autores a definição de ecoturismo inclui os seguintes elementos: natureza como base, participação ativa das comunidades locais, viagens educacionais, interpretação dos ambientes naturais, componentes sociais e culturais, envolvimento e retorno para a comunidade, gestão ambientalmente sustentável. Da mesma forma, para que o turismo de natureza possa ser chamado de ecoturismo, é preciso que exista conservação do ambiente visitado, conscientização ambiental (da comunidade de acolhimento e do turista) e desenvolvimento local e regional integrado (KINKER, 2002).

Outra definição de ecoturismo foi dada pelo *International Union for Conservation of Nature* IUCN (1996) “é a viagem ambientalmente responsável e de baixo impacto, para visitar áreas naturais relativamente intactas, a fim de desfrutar e apreciar a natureza e a cultura, promovendo a conservação e o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais”. Além disso, quando executado corretamente, o ecoturismo pode gerar outros benefícios, tais como: obtenção de fundos para a conservação e promoção da conscientização ambiental dos viajantes por meio de suas experiências.

Nesse contexto, Rome (1999) afirma que o ecoturismo é uma estratégia muito utilizada em áreas protegidas nos países em desenvolvimento, tanto para apoiar a

conservação, como para oferecer oportunidades de geração de renda às populações locais ou circunvizinhas. A autora afirma que o ecoturismo é visto como uma abordagem positiva para promover o desenvolvimento sustentável em áreas naturais em todo o mundo. Da mesma forma, Parks e Allen (2009) entendem que o ecoturismo tornou-se uma importante fonte de receita para os países em desenvolvimento, entretanto, pondera que a expressão ecoturismo, muitas vezes tem sido aplicada de maneira purista, tornando-o inconsistente. Esta falta de consistência, explicam os autores, tem sido problemática para o desenvolvimento deste segmento. Pois com o crescimento contínuo do turismo e o surgimento do ecoturismo como um segmento distinto da indústria do turismo, torna-se cada vez mais relevante compreender o seu desenvolvimento (PARKS E ALLEN, 2009).

Nessa perspectiva, monitorar os impactos, avaliar os dados referentes aos objetivos e atividades, é uma forma de medir o progresso e mudanças dos projetos de ecoturismo. O permanente acompanhamento complementado por avaliação e realização de modificações consistentes na gestão, pode ajudar a atenuar impactos negativos (ROME, 1999; FERREL e MARION, 2001). O Ministério do Turismo defende que o ecoturismo apresenta suas bases no desenvolvimento sustentável. Além disso, adota princípios e critérios que consideram a gestão socioambiental dos recursos naturais, de forma a minimizar impactos negativos e maximizar os positivos, tanto de ordem social, quanto os econômicos (Brasil, 2004). O ecoturismo enfatiza a importância do planejamento participativo, no qual as partes interessadas são fundamentais em todas as fases do processo de desenvolvimento (FERREL e MARION, 200; BYRD, 2007).

Himberg (2006) discute as oportunidades de desenvolvimento baseado no ecoturismo em comunidades do Quênia, na África. Segundo a autora, comunidades como *Taita Hills* e *South-Eastern* demonstraram potencial para o ecoturismo, que foi inserido na localidade com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade ecológica e social das comunidades locais. O Quênia é um dos destinos mais populares da África, devido à diversidade de seus recursos naturais, faunístico e uma ampla rede de áreas protegidas. Lá, o ecoturismo tem sido promovido desde os anos 1980, como uma forma de gestão e conservação dos recursos naturais locais e para gerar alternativas de emprego, renda e revitalização das tradições locais (HIMBERG,

2006). Contudo, muitos desses projetos não conseguiram envolver as comunidades locais, que acabaram sendo excluídas do planejamento e gestão do ecoturismo, dessa forma, não são motivados a participar dos esforços de conservação. A autora adverte que o desenvolvimento do ecoturismo deve ser cuidadosamente planejado, garantindo o envolvimento das comunidades locais.

Observa-se que nem sempre existe unanimidade quanto ao caráter sustentável do ecoturismo, Swarbrooke (2000), por exemplo, entende que o ecoturismo tem sido uma questão controversa no contexto da sustentabilidade, pois, segundo ele, os ecoturistas estão interessados em ver os ecossistemas ativos e não necessariamente estão motivados a proteger o meio ambiente. Assim, se porventura, cem pessoas comprarem um produto de ecoturismo e, divulgarem aos conhecidos e amigos, esse número com certeza aumentaria em pouco tempo. Dessa forma, este segmento não é por natureza turismo de pequena escala. O autor complementa que se o ecoturismo expandisse em uma área sem regulamentação, poderia tornar-se tão prejudicial quanto qualquer outro segmento do turismo.

Da mesma maneira, Parks e Allen (2009) comentam que o segmento é bom na teoria, entretanto, em sua execução comumente causa danos em vez de preservar a natureza ou a cultura. Isso ocorre, segundo os autores, porque muitos países não têm padrões para o que pode ser chamado “eco”, e falta legislação para proteger os locais do uso excessivo ou da degradação. O aumento no número de visitantes, facilmente, tende a exceder a capacidade de carga destes locais, ocasionando danos às áreas naturais. E o envolvimento equitativo entre população e empresas locais no planejamento, execução e gestão de um projeto de ecoturismo nem sempre é cumprida (SWARBROOKE, 2000; PARKS E ALLEN, 2009).

É importante mencionar que os ecoturistas não são um grupo homogêneo, mas apresentam uma variedade de motivações e comportamentos, localização geográfica e demografia, conforme (WEAVER, 2001; HIMBERG, 2006). Eles apresentam, segundo Weiver (2001), níveis diferenciados de antropocentrismo e biocentrismo. Nesse caso, ao planejar o ecoturismo, a segmentação de mercado precisa ser considerada, a fim de direcionar de maneira correta as estratégias de marketing. Para o autor, esta segmentação pode ser realizada em dois níveis: em primeiro lugar por determinação de como os turistas em geral se diferem dos

ecoturistas e, em segundo lugar, identificando os ecoturistas que podem ser segmentados em um continuum que varia entre conservador e contemporâneo, de acordo com sua motivação, atitudes e comportamentos.

O autor explica que o ecoturista conservador é aquele que tem uma atitude fortemente biocêntrica, que implica num profundo compromisso com as questões ambientais; tem desejo por uma interação profunda com o meio ambiente natural; é fisicamente ativo e prefere experiências desafiadoras envolvendo contato com a natureza; não requer serviços extravagantes no local e gosta de viajar em grupo pequeno; gosta de fazer seus próprios planos de viagem, de forma que haja tempo suficiente para apreciar os espaços naturais. Por outro lado, o ecoturista contemporâneo apresentam tendências antropocêntricas; seu compromisso com as questões ambientais e desejo de se envolver com a natureza não é tão profundo quanto o do ecoturista conservador; as experiências não devem ser muito extenuantes fisicamente; preferem experiências de curta duração e; precisam de infraestrutura turística como alojamento, alimentação adequada, estacionamentos e outros serviços. Normalmente, preferem visitas guiadas, trilhas de interpretação, etc.; não se importam de viajar em grupos grandes e preferem ter planos de viagem feitos por meio de agências e operadores turísticos (WEIVER, 2001; WEAVER; LAWTON, 2002).

Da mesma forma que existe mais de um perfil de ecoturista, Parks e Allen (2009) comentam que é possível classificar um empreendimento de ecoturismo de acordo com o seu objetivo. Sua classificação está em uma linha contínua, onde em uma das extremidades está a preocupação vigilante sobre o ambiente e, na outra extremidade está o foco sobre as perspectivas lucrativas do meio ambiente, conforme mostra o Quadro 2.

	Puristas	Pragmática	Oportunista
Objetivo 1	Preservar	Apoiar	Gastar
Objetivo 2	Manter	Sustentar	Lucrar
Objetivo 3	Educar	Entreter	Explorar
Tamanho	Pequeno	Médio	Grande
Proprietários	Moradores locais	Moradores externos	Forasteiros

Quadro 2 - Classificação das abordagens do ecoturismo.

Fonte: PARKS E ALLEN, 2009.

O quadro acima ilustra a disparidade entre a abordagem purista de proteção, a abordagem pragmática, e a abordagem exploradora/oportunista do ecoturismo. Juntos, esses pontos de vista distintos acabam delineando um padrão de classificação de uma ampla gama de empreendimentos de ecoturismo (PARKS; ALLEN, 2009). Com base nessa classificação, os autores sugerem três questionamentos importantes: 1) Que tipo de ecoturismo contribuirá para a preservação do ambiente e das culturas para as gerações futuras? 2) O ecoturismo tem contribuído para melhorar o bem estar econômico e social de povos indígenas, em áreas onde está sendo desenvolvido? 3) Existe política pública que regulamente a indústria do ecoturismo para garantir a sustentabilidade?

Nesse contexto, Brasil (2006) destaca o ecoturismo como um segmento que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações. A atividade se caracteriza pelo contato com ambientes naturais, pela realização de atividades que possam proporcionar a vivência e o conhecimento da natureza e pela proteção das áreas onde ocorre. Assim, o ecoturismo pode ser entendido como as atividades turísticas baseadas na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental. Dessa forma, Parks e Allen (2009) afirmam que o ecoturismo preenche um nicho de mercado formado por indivíduos dotados de consciência ambiental e alto poder aquisitivo. Ainda assim, deve-se regulamentar e gerenciar o número de visitantes, de modo a garantir que não se ultrapasse a capacidade de carga do atrativo e que não comprometa a sustentabilidade.

Para Brasil (2007, p.13), “o que diferencia o ecoturismo de outros segmentos é que ele abrange, em sua conceituação, a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais, a promoção da conservação da natureza e do desenvolvimento sustentável”. Conforme Himberg (2008), o ecoturismo tem sido utilizado como uma forma sustentável de gestão dos recursos naturais locais (florestas, terras agrícolas, água) e proporcionar benefícios às comunidades locais, como alternativas de emprego e renda, a revitalização das tradições locais e conservação do ambiente natural.

Dessa forma, verifica-se que o Ecoturismo tem relação estreita com o turismo em áreas indígenas, pois se utiliza de atrativos culturais, é realizado em áreas naturais, envolve a comunidade local e deve se basear na sustentabilidade.

2.5 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Segundo Butts e Singh (2010, p. 179) “Turismo de Base Comunitária (TBC) é um meio de envolver as comunidades na gestão dos recursos ambientais e culturais, bem como, nas práticas que contribuem e dão incentivos a essas atividades”, se baseia na participação ativa da comunidade local. Kalson (2009) complementa que, além de sua contribuição potencial para o desenvolvimento sustentável, o turismo de base comunitária é dito ser capaz de trazer benefícios imediatos tanto para as comunidades receptoras quanto para os visitantes. Segundo o autor, a criação de eventos na comunidade, pode favorecer este tipo de turismo, ao mesmo tempo em que ajuda a criar uma relação entre comunidade local e visitante.

Assim, turismo de base comunitária pode ser visto como uma forma de capacitar as comunidades locais e proteger o meio ambiente, por meio do desenvolvimento de novas oportunidades de emprego, reforçando a economia local, a preservação do conhecimento tradicional e práticas indígenas e a conscientização pública (BUTTS, 2010). Para Lopez-Guzmán et al (2011), um fator fundamental deve ser salientado: a decisão de explorar os recursos naturais e culturais, a fim de elaborar políticas de desenvolvimento deve partir da própria comunidade local. Nesse sentido, Maldonado (2009) explica que a introdução de uma determinada atividade, a exemplo do turismo, não deve suplantiar ou competir com outras atividades tradicionais. Mas deve sim, ser um complemento na economia e ocupação, de forma que as atividades desenvolvidas nas comunidades sejam potencializadas e dinamizadas.

De acordo com Lopez-Guzmán et al (2011), no início do século XXI, observou-se uma alteração no gosto dos turistas, que passaram a optar por novas formas de turismo. O que pode ter ocorrido devido ao conhecimento sobre novos

destinos, até certo ponto inexplorado pelos turistas ou pela busca de um destino com maior enfoque sobre os costumes, história, ética e sobre a cultura específica do local. Aliado a isso, existe por parte das comunidades, a vontade de sobrepujar a pobreza e para isso, buscam fontes alternativas de renda.

Maldonado (2009) menciona atividades como o turismo e os “eco negócios”, como potenciais ainda pouco explorados, que podem contribuir para a melhoria da economia, se geridos sob determinadas condições. Podendo contribuir para a valorização do patrimônio ambiental e cultural, além de gerar vantagens competitivas para os negócios comunitários. Dessa maneira, TBC pode ser considerado um instrumento para inclusão social e promoção do desenvolvimento sustentável, no qual a população se insere ativamente, auxilia em todo o processo de construção, planejamento e organização de uma determinada atividade (CORDIOLI, 2001; CORIOLANO, 2003).

Ainda no entendimento de Maldonado (2009), TBC é uma forma de organização empresarial que tem como base a propriedade e a autogestão dos recursos das comunidades, sejam eles ambientais ou culturais. Seguindo práticas de cooperação, equidade na distribuição de renda e outros benefícios gerados pelas atividades turísticas. Segundo Snow (1998), embora possam existir efeitos negativos inevitáveis associados ao turismo, as comunidades podem melhorar alguns desses problemas ao formular um plano claro e disseminar pela comunidade seu conteúdo. No caso de comunidades indígenas, os benefícios são maximizados quando são informados e orientados por seus próprios líderes. Segundo o autor, onde a cultura indígena é mais forte, ou seja, menos influenciada pela sociedade não indígena, o turismo pode causar sua deterioração. Entretanto, onde ela é mais fraca, o turismo pode dar incentivos para a sua regeneração (SNOW, 1998, BYRD, 2007).

O turismo, conforme Simpson (2008) pode ser retratado, por um lado, como destruidor da cultura, minando as normas sociais e econômicas, degradando estruturas sociais, despojando as comunidades de individualidade. Por outro lado, é visto como um agente de oportunidades aos pobres e desfavorecidos, proporcionando benefícios econômicos e, promovendo o intercâmbio social e aumentando os meios de subsistência. Snow (1998) comenta que os povos indígenas devem ser parceiros e não as vítimas no desenvolvimento econômico de

suas comunidades. Além disso, afirma que as oportunidades econômicas não devem simplesmente gerar dinheiro, mas também promover os sistemas culturais e sociais dos povos indígenas. Adams (1991) apud Snow (1998) argumenta que os povos indígenas devem ter controle sobre a língua, território, comunidade, rituais, reprodução e expansão, se quiserem ter uma chance razoável de prosperar.

Simpson (2008) entende que existem diferenças fundamentais entre o TBC e outros tipos de turismo. Um dos princípios que o define é a transferência de benefícios para uma comunidade, independentemente da localização, tamanho, nível de riqueza, envolvimento, propriedade ou controle. A interpretação e definição de turismo de base comunitária centra na questão da propriedade, gestão e/ou controle de projetos de turismo (SIMPSON, 2008). Segundo o autor, o TBC está centrado no fornecimento de meios de subsistência e outros benefícios para a comunidade como um todo. Já para Ruiz et al (2008), TBC significa prover a comunidade de autonomia e propriedade, conservação dos recursos naturais e culturais, desenvolvimento social e econômico, e qualidade na experiência do visitante.

O TBC possui, pelo menos, uma característica que se assemelha ao ecoturismo: a plena participação da comunidade. A ausência deste elemento inviabilizaria as experiências ecoturísticas e traria efeitos negativos (SIMPSON, 2008; RUIZ ET AL, 2008). Ruiz et al (2008) acrescenta que o TBC transcende o turismo baseado na natureza e pode se desenvolver em qualquer outro âmbito do setor turístico, seja cultural, aventura, dentre outros. O autor conclui que, comunidade não é lugar onde “todos são iguais”, mas sem ela não existe turismo de base comunitária.

As questões locais têm influência direta sobre a experiência turística. Assim, os ambientes turísticos devem ser criados em harmonia com o clima social, onde os moradores são beneficiados com o turismo e não se tornam suas vítimas (LI, 2004; OKASAKI, 2008). Okasaki (2008) acrescenta que a imagem do turismo se baseia nos ativos da comunidade local, incluindo não apenas os moradores, mas também o ambiente natural, a infraestrutura, instalações e eventos, em função disso, a cooperação da comunidade de acolhimento é essencial para desenvolver esses acessos de forma adequada. Ainda nesse contexto, Mc'Alpin (2008) argumenta que

TBC oferece uma fonte potencial de renda para as comunidades e depende dos recursos naturais e culturais disponíveis. O autor comenta o sucesso das experiências de TBC em comunidades no Sul do Chile, em que os moradores confirmam que por meio do turismo obtêm os benefícios da floresta sem cortá-la.

No Brasil, de acordo com Sansolo e Bursztyn (2005) as experiências de TBC concentram-se na região Nordeste, e ocorrem em pequenas comunidades, aldeias e vilas. Os autores não encontraram experiências que ocorrem em um município como um todo, prevalendo relações de proximidades. Constatou-se ainda uma ocorrência maior nas proximidades ou no interior de áreas protegidas, em aproximadamente 80% dos casos. O que remete novamente ao ecoturismo, que tem ocorrência maior nessas áreas e promove a conservação dos recursos naturais e culturais locais, tornando as comunidades mais conscientes do valor desses recursos (MC'ALPIN, 2008; SIMPSON, 2008; RUIZ ET AL, 2008).

Simpson (2008) acrescenta que os princípios do TBC são altamente relevantes para a gestão e operação de todas as iniciativas de turismo. Nas quais são enfatizadas o papel de entidades como: indústria, governos e organizações não governamentais, ligadas na gestão do turismo, e levam em conta as necessidades das comunidades em todas as situações e em todos os ambientes. Sem o apoio das comunidades locais o desenvolvimento do TBC é incerto, pois este se baseia na participação ativa daquela (LI, 2004; LOPEZ-GUZMÁN et al, 2005; KIBICHO, 2008;).

Como preconiza a OMT, o turismo, quando bem planejado, desenvolvido e gerenciado, gera empregos e renda para o local, oferece oportunidades para empresários locais e pode melhorar os padrões de vida dos residentes (OMT, 2003). Entretanto, Okasaki (2008) menciona que embora muitos estudos sugiram a participação da comunidade, as ações práticas necessárias para promovê-lo dificilmente têm sido articuladas. Já no exemplo dado por Bagul (2005), sobre o ecoturismo de base comunitária, realizado na ilha de Sabah localizada no sul da China, o autor esclarece que a comunidade é composta principalmente por agricultores e alguns poucos funcionários do governo. Naquela localidade, a comunidade teve uma boa aceitação em relação ao ecoturismo, todos participam e

recebem os benefícios da atividade. Entretanto, as oportunidades de emprego são pequenas e a renda gerada com o ecoturismo ainda é secundária.

Observa-se que o conceito de TBC é relevante no contexto do turismo indígena, tendo em vista que se trata de inserir a atividade nas comunidades, aproveitando seu potencial natural e cultural. Como mencionam Fuller et al (2007) as paisagens naturais e culturais são indivisíveis. Assim, para as comunidades indígenas em particular, é indispensável que a importância da cultura seja reconhecida. Neste contexto, recomenda-se que no ecoturismo indígena, sejam incluídos os seguintes elementos: os componentes natural e cultural; sustentabilidade e a educação (FULLER et al, 2007).

O presente capítulo apresentou os conceitos e perspectivas sobre desenvolvimento local sustentável, turismo sustentável, ecoturismo, turismo de base comunitária, bem como, sobre o turismo indígena. Mostrou abordagens propostas por diversos autores. As reflexões apresentadas mostraram que, de alguma maneira, que as compreensões acerca dessas temáticas estão correlacionadas ou vêm sendo inseridas no contexto uma das outras. Assim, também se pode mencionar que tais conceitos têm sido levados à prática, a partir da aplicabilidade em uma atividade econômica a exemplo do turismo indígena. Observa-se, que o desenvolvimento sustentável do turismo, ainda que seja considerado utópico por alguns autores, tem sido tratado com fins de consolidação de seus princípios e aspirações. Tais princípios estão fortemente ligados ao desenvolvimento do turismo indígena, como se pode observar nos capítulos seguintes.

2.6 INDICADORES DE TURISMO SUSTENTÁVEL

Segundo a OMT (2004) os indicadores são conjuntos de informações formalmente selecionadas para serem usadas em uma base regular de forma a medir importantes mudanças no desenvolvimento e gestão do turismo. São medidas da existência ou da gravidade de problemas atuais; sinais de problemas futuros;

medidas de risco e necessidade potencial de ação e; meios para identificar e medir os resultados de ações antrópicas.

Os indicadores podem fornecer orientações cruciais para a tomada de decisões. Eles podem traduzir o conhecimento das ciências física e social em unidades gerenciáveis de informações, que podem facilitar o processo de tomada de decisão. Podem ajudar a medir e calibrar o progresso em direção às metas de desenvolvimento sustentável e fornecer um aviso prévio, soando o alarme a tempo de evitar danos econômicos, sociais e ambientais (UN, 2001).

Nesse sentido, Ciegis (2009) concorda que os indicadores são desenvolvidos como uma ferramenta simplificada, que facilita a comunicação, e serve de base para as decisões políticas em busca de sustentabilidade. Para o autor, os indicadores e índices de sustentabilidade utilizados para medir características e processos humanos e ambientais, devem garantir sua continuidade e funcionalidade.

Para Gallopin (1997) apud Roberts e Tribes (2008) um indicador é um sinal, é algo que ajuda a entender onde você está, a direção que está seguindo e quão longe se está daquilo que quer ser. Mitchell (1996) define um indicador como um meio criado para reduzir uma grande quantidade de dados até sua forma mais simples, retendo significado essencial para as questões solicitadas. Nesse entendimento, os indicadores podem medir: a) alterações nos fatores internos e na própria estrutura do turismo; b) mudanças nos fatores externos que afetam o turismo; c) os impactos causados pelo turismo, dentre outros. Informações quantitativas e qualitativas podem ser usadas nos indicadores de sustentabilidade (MITCHELL, 1996).

Um indicador é normalmente escolhido entre uma gama de possíveis conjuntos de dados ou fontes de informação, pois é significativo com relação a questões fundamentais às quais os gestores de turismo devem responder. A utilização do referido indicador pode levar a ações destinadas a antecipar e prevenir indesejáveis (ou insustentáveis) situações no destino (WTO, 2004).

Para o IBGE os indicadores reportam-se a fenômenos de curto, médio e longo prazo. Tornam viável o “acesso integrado à informação já disponível sobre temas relevantes para o desenvolvimento, assim como apontam a necessidade de geração

de novas informações” (IBGE, 2008). Servem ainda para identificar variações, comportamentos, processos e tendências.

Nessa perspectiva, a OMT criou um conjunto de indicadores básicos, elaborados para uso em diversos destinos turístico. Depois, foram sendo criados indicadores complementares concebidos para tipos específicos de destinos, como: resorts costeiros, cultural, ecoturismo, dentre outros, de maneira que acabaram por complementar as informações do conjunto anterior. De acordo com a OMT (2001) existem diferentes tipos de indicadores, cada um com sua finalidade própria. Embora os mais úteis sejam aqueles que ajudam a prever problemas, existem vários outros gêneros conforme mostra a Quadro 3.

Tipos	Finalidade (exemplo)
Indicadores de alerta	Mensurar o declínio no número de turistas que pretendem regressar.
Indicadores de pressões sobre o sistema	Mensurar a escassez de água, ou índices de criminalidade.
Indicadores do estado atual da indústria	Mensurar taxa de ocupação, a satisfação do turista.
Indicadores de mensuração do impacto do desenvolvimento do turismo sobre os ambientes biofísicos e socioeconômicos	Mensurar os índices do nível de desmatamento, mudanças de padrões de consumo e níveis de renda nas comunidades locais.
Indicadores de esforço de gestão	Mensurar o custo de limpeza de descontaminação costeira.
Indicadores de medidas do efeito de gestão	Mensurar se os níveis de poluição mudaram; mensurar se maior número de turistas de retornaram.

Quadro 3 - Tipos e finalidades dos indicadores
Fonte: Baseado em OMT, 2001.

Em qualquer destino, os melhores indicadores são aqueles que respondem aos principais riscos e preocupações em relação à sustentabilidade do turismo, e também fornecem informações que podem ajudar a esclarecer questões e dar respostas. Os indicadores normalmente respondem a questões relativas aos recursos naturais de um destino, as preocupações relativas à sustentabilidade econômica, as questões relativas aos bens culturais e valores sociais, e mais amplamente a questões de organização e gestão do destino (WTO, 2004).

Nesse contexto, o desenvolvimento e a utilização de indicadores são, cada vez mais vistos, como uma parte fundamental do planejamento e gestão dos

destinos e um elemento integrante dos esforços para promover o desenvolvimento sustentável do turismo em todas as escalas (WTO, 2004).

Desse modo, segundo Brasil (2004), o destino turístico deve ser monitorado e avaliado constantemente, bem como, seus avanços e retrocessos devem ser monitorados e medidos por meio de indicadores, tendo em vista que não existe sustentabilidade permanente, em função dos seus fatores condicionantes serem muitos e se modificarem ao longo do tempo. Assim, se é possível afirmar que o turismo contribui para a sustentabilidade das comunidades indígenas, essa contribuição deve ser passível de medição.

Outro fator a considerar no turismo indígena, é que quando a reputação de um destino cresce mais turistas chegam, muitas vezes modificando o mercado local e afetando a população residente em algum momento. O aumento do fluxo turístico, por outro lado, impacta nos recursos locais, os moradores modificam lugares ou atividades tradicionais e provocam alterações no estilo de vida tradicional. Em alguns casos, as comunidades podem se tornar hostis aos turistas, culpando-os por todos os problemas. Todas estas questões podem surgir, a menos que as comunidades estejam ativamente envolvidas no planejamento e gestão do turismo. Ajudando a definir as condições em que elas desejam que o turismo ocorra em sua comunidade, definindo o que é ou não negociável (WTO, 2004).

CAPÍTULO 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo destina-se a descrever a metodologia de pesquisa utilizada na dissertação, detalhada nos seguintes tópicos: caracterização da pesquisa, estratégia e método de pesquisa, instrumentos de coleta de dados, análise e interpretação dos dados e estrutura geral do estudo.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo se caracteriza como exploratório, dado que existem poucos trabalhos na área; e descritivo, pois descreve e analisa como o turismo pode influenciar no desenvolvimento local sustentável dos povos indígenas de Roraima.

Os estudos exploratórios, segundo Dencker (1998) tem como objetivo um conhecimento maior dos problemas e não necessitam de hipóteses, são na verdade, estudos preliminares que visam familiarizar-se com a realidade existente por meio da observação sistemática para a elaboração de diagnóstico situacional. Já para Hair (2005) são orientados para a descoberta, não requer a elaboração de hipóteses a serem testadas, restringindo-se a definir objetivos e buscar informações adicionais sobre determinado assunto de estudo.

Por sua vez, a pesquisa descritiva tem como objetivo a descrição das características de uma determinada população, bem como o estabelecimento de relações entre as variáveis (DENCKER, 1998). Busca descobrir, de maneira precisa, a frequência com que um fenômeno ocorre, bem como, suas características e natureza.

3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A estratégia de pesquisa adotada foi o estudo de caso, que segundo Creswell (2010) possibilita uma investigação que preserva as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real. Essa estratégia de pesquisa contribui com o conhecimento de fenômenos individuais, organizacionais, políticos, sociais, grupais e relacionados, suscitados pelo desejo de compreender fenômenos sociais complexos (CRESWELL, 2010; YIN, 2010).

Considerando que a questão da pesquisa é adequada para ser respondida por meio de estudo de caso, conforme ensina Yin (2005) e, considerando também que há diversas iniciativas no Estado de Roraima relacionadas com o turismo indígena, ainda que incipiente comparativamente ao que ocorre em outros países, conforme mencionado na literatura revisada, essas iniciativas foram examinadas, e são as unidades de análise dessa pesquisa. As unidades de análise estão entre os componentes mais importantes para o estudo de caso, conforme o autor citado. Desse modo, foram analisadas três iniciativas de turismo em área indígena no estado de Roraima, a saber: Comunidade Indígena Nova Esperança, Comunidade Indígena de Bananal e Comunidade Indígena da Boca da Mata.

3.3 MÉTODO DE PESQUISA

Na pesquisa utilizou-se a abordagem de métodos mistos, que segundo Creswell (2010) consiste na coleta sequencial de dados qualitativos e quantitativos, tendo em vista que a coleta de diversos tipos de dados proporciona um melhor entendimento do problema de pesquisa. Creswell (2010) afirma que a pesquisa deve ser conduzida de acordo com a intenção do pesquisador, assim, neste caso, quando dados qualitativos são coletados primeiro, a intenção é explorar o tópico com participantes locais. Em seguida, o pesquisador coleta dados de um grande número de pessoas, de forma a expandir o entendimento. Dessa maneira, a pesquisa teve início com entrevista qualitativa com fins exploratórios e, posteriormente, seguiu-se com o método quantitativo de levantamento, aplicado a uma população mais ampla. Foram entrevistadas as lideranças indígenas - pessoas que coordenam ou

trabalham diretamente no turismo - nas três comunidades indígenas: Bananal, Nova Esperança e Boca da Mata. Assim, a pesquisa foi composta de duas etapas, sendo a primeira qualitativa e a outra quantitativa.

3.3.1 Etapa Qualitativa

Na etapa qualitativa foram utilizados três procedimentos de coleta de dados, a saber: entrevistas, observação e análise de documentos. De acordo com Berg (2004) entrevista pode ser definida como uma espécie de interação face a face entre pesquisador e interlocutor, onde o investigador está interessado em compreender o fenômeno estudado, segundo a percepção dos sujeitos. Para Denzin (2001) apud Berg (2004) a entrevista deve ser mais do que um mero dispositivo de coleta de informações, precisam ser reflexivas e refletir o aspecto performático da vida e das ciências sociais.

Nesse estudo, utilizou-se a entrevista estruturada para que cada entrevistado tivesse a mesma oportunidade de responder as perguntas. Pois de acordo com Hair (2005), o entrevistador deve usar a mesma sequência e conduzir a entrevista exatamente do mesmo modo para evitar tendenciosidade que possa resultar de práticas incoerentes. Na entrevista estruturada o entrevistador utiliza um cronograma de entrevista formalmente estruturado, e deve fazer a pergunta exatamente como foi formulada (BERG, 2004). Como dito anteriormente, as entrevistas foram realizadas com as lideranças e demais membros comunitários que trabalham diretamente com turismo nas três comunidades.

O roteiro de entrevista, composto de trinta questões, foi construído com base na revisão da literatura apresentada anteriormente. Conforme Flick (2009) as perguntas são controladas pela teoria. São voltadas para a literatura científica sobre o tópico ou se baseiam nas suposições teóricas do pesquisador.

A entrevista foi aplicada face a face, de maneira individual. Por meio delas, também foi possível identificar todos os atores-chave envolvidos direta ou indiretamente no turismo indígena. Ao todo foram entrevistadas 40 pessoas, e cada

entrevista durou entre vinte e trinta minutos. As entrevistas foram gravadas com a devida autorização de cada entrevistado, como recomenda Hair (2005). Depois foram transcritas, revisadas e lidas, para ter uma percepção geral das informações e refletir sobre seu significado.

Durante todo o período da pesquisa, também foi realizada a observação não participante. Segundo Alves-Mazzotti (1998) “os comportamentos a serem observados não são predeterminados, mas são observados e relatados da forma como ocorrem, visando a descrição e compreensão do que está ocorrendo numa dada situação”. Para o autor, a observação apresenta algumas vantagens, por exemplo: independe do nível de conhecimento ou da capacidade verbal dos sujeitos, permite explorar tópicos que os informantes não se sentem a vontade para discutir e permite identificar o comportamento não intencional dos sujeitos. Tendo em vista que a equipe de pesquisa ficou por sete dias em cada uma das três comunidades, foi possível acompanhar a rotina dos moradores, seus costumes e práticas. Durante o período na comunidade, realizou-se registro dos dados por meio de notas de campo, que foram digitadas e comparadas com os dados gerados por meio da entrevista.

Ainda durante o período da pesquisa, foram coletados diversos documentos (projetos, relatórios oficiais, normas e leis, atas de reuniões, pareceres, diários, jornais, etc), pois segundo Creswell (2010) documentos podem esclarecer muita coisa sobre os princípios e normas que regem um determinado grupo, suas relações com diferentes subgrupos. Para Alves-Mazzotti (1998) a “análise de documentos pode ser utilizada tanto como uma técnica exploratória (indicando aspectos a serem focalizados por outras técnicas), como para checagem e complementação dos dados obtidos por meio de outras técnicas”. Já Yin (2005) concorda que a utilização de documentos é importante para valorizar as evidências e fornecer outros detalhes específicos que podem corroborar com informações encontradas em outras fontes.

Essa etapa foi importante, pois, por meio da coleta e leitura deste material, foram identificados e analisados os aspectos político-legais do turismo em áreas indígenas. Além disso, o material também foi selecionado e relacionado aos dados provenientes das entrevistas e das observações.

As entrevistas foram realizadas com dois públicos-alvo. O primeiro composto por servidores da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, totalizando 10 entrevistados, que receberam a denominação de EF-1 a EF-10. O segundo público-alvo, constituiu-se de 40 indígenas das três comunidades em que se realizou a pesquisa, designados de E-1 a E-40.

Os dados foram analisados utilizando-se a técnica de análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, seja ela escrita ou falada. A organização da análise foi realizada da seguinte maneira: 1) realizou-se a pré-análise do material, que consiste na escolha e organização do mesmo; 2) exploração do material, que se trata das operações de classificação, categorização, codificação e enumeração do material; e 3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação, que se refere a tornar os dados significativos e válidos (BARDIN, 1977).

Seguindo-se a sequência descrita acima, foram criadas seis categorias e trinta subcategorias de análise. Para Bardin (1977) “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero”. Em outras palavras, as categorias são as classes que reúnem um grupo de elementos, aqui denominas subcategorias. As subcategorias foram devidamente codificadas, que segundo Bardin (1977), é o processo em que os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, que permitem uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo. Em seguida, foram escolhidas as unidades de registro, que são as unidades de significação a codificar. As unidades de registro foram codificadas por meio de temas, que conforme menciona Bardin (1977, p.106) “são utilizados como unidades de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, crenças e tendências”, bem como, a respostas a questões abertas de entrevistas individuais ou em grupo.

A fase seguinte consistiu na definição da unidade de contexto, que “é a unidade de compreensão para codificar a unidade de registro” (BARDIN, 1977, p.106). Em outras palavras, servem para compreender as unidades de registro. Posteriormente, seguiu-se com a enumeração das unidades de registro, acrescentando o número “1” quando a resposta estava presente e “0” quando

ausente. Este procedimento facilitou a etapa de contagem das respostas, que foi realizada por meio de frequência. A etapa seguinte foi a interpretação dados e posteriormente a discussão dos mesmos.

3.3.2 Etapa Quantitativa

A etapa quantitativa foi realizada por meio da aplicação de questionário. Esta fase buscou atender ao terceiro objetivo proposto nesta pesquisa: analisar os impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais do turismo nas comunidades indígenas na perspectiva dos residentes.

O instrumento de pesquisa utilizado nesta pesquisa foi adaptado de dois trabalhos: O primeiro é o *Tourism Optimisation Management Mode – TOMM*, OMT (2004), modelo de gestão sustentável do turismo de base comunitária, cujo objetivo é monitorar os impactos do turismo em longo prazo. Com esse instrumento, é possível monitorar as questões ambientais, econômicas, sociais e culturais, até o número e o tipo de turistas que visitam a localidade, bem como, o tipo de experiência e o nível de satisfação do visitante. Contudo, no presente estudo será utilizada somente a estrutura que diz respeito à análise dos impactos nas dimensões ambientais, econômicas, sociais e culturais. O segundo instrumento utilizado, foi desenvolvido pelo *Workshop on Indicators for the Sustainable Development of Tourism*, OMT (2000), cujo objetivo consistiu no desenvolvimento e teste de indicadores de turismo sustentável para o destino turístico de Beruwala, Sri Lanka. O principal motivo que levou à escolha destes dois questionários, é que ambos foram elaborados para a análise dos impactos do turismo em pequenas comunidades, podendo assim atender o propósito desse estudo.

O questionário foi adaptado, de forma a atender os objetivos deste estudo. Segundo Neuman (2003) um bom questionário forma um conjunto integrado. O pesquisador tece um conjunto de questões que fluem suavemente, e que estejam ligadas a cada uma das variáveis, ao problema ou questão de pesquisa. Dessa forma, o instrumento foi constituído de duas seções: uma referente às características sócio demográficas dos entrevistados, como idade, gênero, situação de emprego e

ganhos com o turismo. A segunda consistiu na verificação dos impactos ambientais, culturais, sociais e econômicos provenientes do turismo nas comunidades indígenas. Como o questionário foi elaborado em inglês foi necessária tradução. Realizou-se, portanto, a tradução reversa da seguinte maneira: um professor de inglês brasileiro fez a tradução para o português. Depois um cidadão de origem britânica, que tem o inglês como primeira língua, mas com fluência em português, fez a tradução para o inglês. Dessa forma foi possível comparar o texto com o resultado e verificar se houve alguma distorção na tradução.

Após a tradução realizou-se o pré-teste do questionário com dez indígenas. Durante o pré-teste, somente dois respondentes apresentaram dificuldades no entendimento de algumas questões. Dessa forma, o pesquisador teve que explicar de maneira mais simples para que o entrevistado compreendesse e escolhesse a opção mais adequada, com base em seu entendimento.

Na sequência, foi definida população alvo, que segundo Hair (2005, p. 239) “é o grupo completo de objetos ou elementos relevantes para a pesquisa, e são importantes por possuírem as informações que o projeto de pesquisa se propõe a coletar”. Assim, a população alvo desta pesquisa foram os indígenas com idade igual ou superior a 15 anos, residentes das comunidades indígenas Bananal, Boca da Mata e Nova Esperança, que formaram as unidades de análise desta pesquisa. A coleta dos dados foi realizada entre os meses de março a junho de 2012. Os dados foram coletados *in loco* nas três comunidades mencionadas. O trabalho de campo contou com a participação de uma pesquisadora e uma assistente. Para a coleta de dados, a equipe permaneceu por sete dias em cada comunidade. Durante a aplicação dos questionários, tomaram-se os devidos cuidados para garantir que os respondentes tivessem o entendimento acerca de todas as questões. De modo que, a escolha das respostas ocorresse de maneira consciente e segura.

Quanto a análise dos dados, Siegel (1975) comenta a respeito de alguns pontos necessários na escolha dos testes estatísticos, a saber: o poder, ou seja, a probabilidade de rejeitar a hipótese nula quando esta deve ser rejeitada; a maneira como a amostra foi extraída; a natureza da população e o tipo de escala utilizada. A partir destes pontos foram desenvolvidas as suposições para os modelos paramétricos, que segundo Field (2005) são: (i) Independência: as respostas de um

entrevistado não influencia as respostas dos demais. (ii) Distribuição normal: as respostas obtidas foram retiradas de uma população distribuída normalmente. (iii) Homogeneidade de variância: população de mesma variância, isto é, as variações nas respostas da amostra deve ser a mesma de quando se obtiver de uma população. (iv) Dados intervalares: nos modelos paramétricos são exigidas escalas intervalares.

Nesse contexto, a amostra da pesquisa é constituída de 210 respostas válidas. Como o questionário possui 40 afirmações proporcionou uma razão de 5 casos por variável, utilizando uma escala intervalar de 5 pontos (5 – concordo totalmente até 1 – discordo totalmente). Hair (2005) alega como aceitável um mínimo de 5 casos por variável, porém para uma confiabilidade maior de análise seria necessário manter uma proporção acima de 10 casos por variável. Em função disso, optou-se pela análise fatorial intrabloco, para verificar se as variáveis formam uma dimensão, ou seja, avaliar a unidimensionalidade do construto, como mencionam Mondadori e Ladeira (2007). Utilizou-se o procedimento *Categorical Principal Components Analysis* – CATPCA indicado por Meulman e Heiser (2005), que é um método que visa resumir um grupo de dados, de maneira similar ao modelo de análise convencional. É uma opção alternativa quando as suposições de linearidade entre as variáveis, escalas intervalares e distribuição normal não são atendidas.

Após a aplicação dos questionários aos respondentes, verificou-se a dificuldade de atender todos os pressupostos referidos acima. No que se refere à independência e a escala de mensuração (tipo Likert) foi possível atingir estas suposições, dado que os questionários foram aplicados individualmente e construído com respostas intervalares. A preferência pela escala intervalar é que possibilitou medir a percepção dos indígenas das três comunidades pesquisadas em relação aos impactos sociais, culturais, ambientais e econômicos do turismo. Conforme Hair (2005), uma escala intervalar pode ser utilizada para medir conceitos como atitudes, percepções, sentimentos, opiniões e valores. Com base no resultado do teste de normalidade, verificou-se que as suposições de homocedasticidade e normalidade não foram atendidas. Depois de verificados os pressupostos, definiu-se o método com foco nas provas não paramétricas. Tais análises, de acordo com Levine et al

(2000) e Pontes (2005), requerem procedimentos menos rígidos, além de manter suas propriedades independentemente da forma de distribuição dos dados.

Decidiu-se fazer a comparação entre dois grupos, neste caso, recomenda-se realizar o teste t. Contudo, quando o pressuposto como a normalidade não são confirmados, deve-se realizar a estatística Mann-Whitney, que é o teste não paramétrico equivalente (LEVINE *et al*, 2000). A estatística mostra os valores de *mean-rank*, que são utilizadas para identificar qual dos grupos apresentou opinião positiva a respeito da sustentabilidade no turismo nos aspectos social, cultural, ambiental e econômico. Neste caso, o valor de p (Asymp. Sig.) é um critério para definir se existe ou não diferenças significativas entre os grupos.

Para análise dos dados foi utilizada estatística descritiva (frequências) para caracterizar a amostra (etapa sócio demográfica do questionário); análise fatorial para verificar se a dimensão proposta é unidimensional (a técnica específica para realização do resumo foi a CATPCA) e; alpha de Cronbach utilizado para verificar a consistência da dimensão. Por último foram realizadas provas não paramétricas de Mann-Whitney, para a comparação entre grupos. As análises foram viabilizadas por meio do software SPSS versão 18.0.

As etapas mencionadas anteriormente foram sistematizadas na Figura 5.

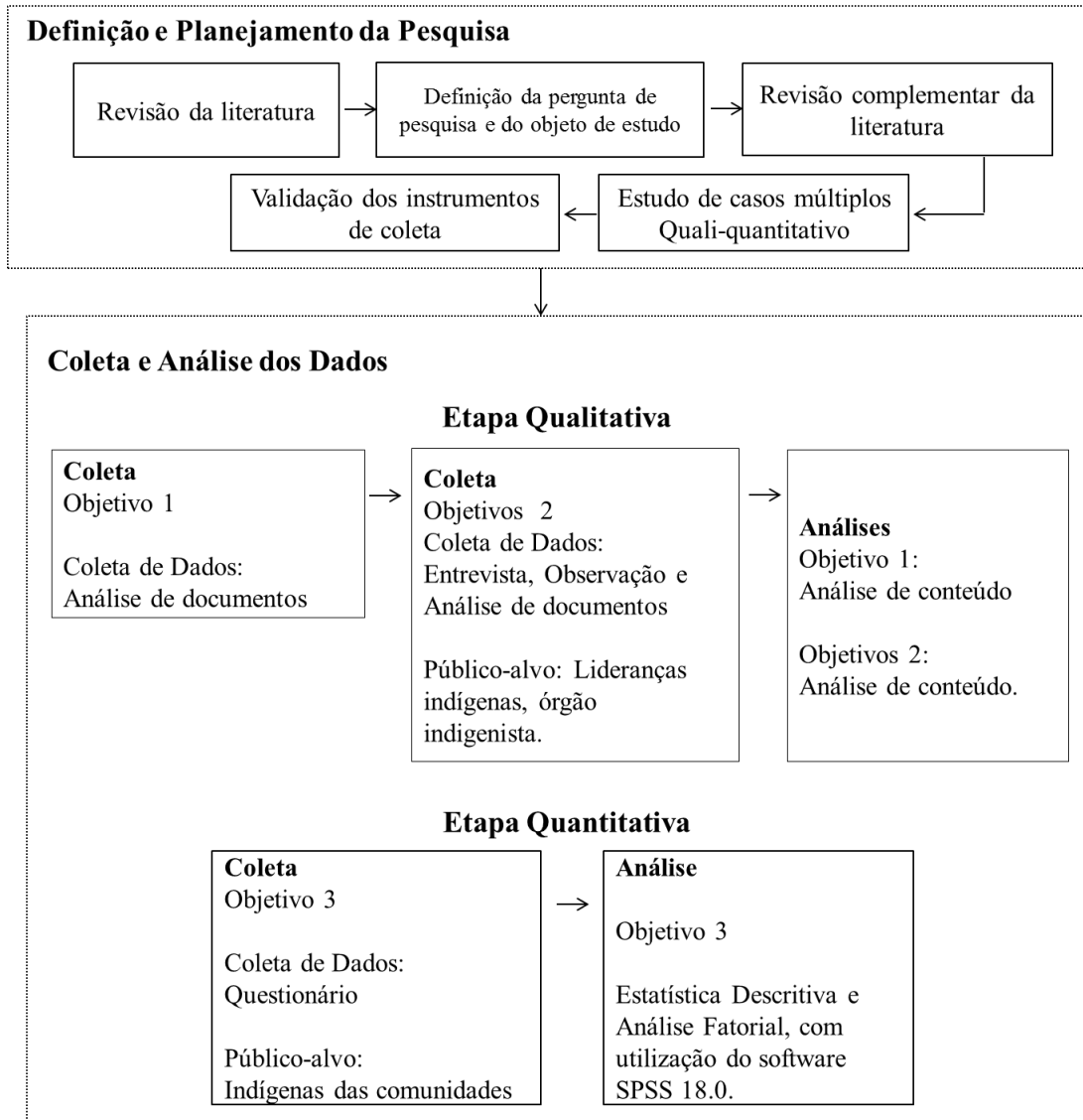


Figura 5 - Operacionalização da pesquisa.
Fonte: Elaboração própria.

CAPÍTULO 4. ANÁLISE DOS DADOS

INTRODUÇÃO

O presente capítulo apresenta a análise dos dados coletados. Primeiramente será apresentada a contextualização da TI São Marcos e as comunidades indígenas em que foi realizada a pesquisa.

Depois serão abordados os aspectos da regulamentação; das políticas indigenistas e sua relação com o turismo, que atenderam ao primeiro objetivo desta pesquisa, que consistiu em identificar os aspectos político-legais do turismo em áreas indígenas. Esta etapa é composta pelos seguintes pontos: A tutela do Estado sobre os povos indígenas; As Convenções da OIT e; Posicionamento da FUNAI/Roraima em relação ao turismo indígena.

Em seguida, será apresentada a análise da etapa qualitativa, que buscou atender ao segundo objetivo que consistiu em: descrever o histórico e a organização do turismo indígena nas três comunidades pesquisadas. E posteriormente apresenta-se a etapa quantitativa dos dados, que atendeu ao terceiro objetivo: analisar os impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais do turismo nas comunidades indígenas sobre a perspectiva dos residentes.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DA RESERVA SÃO MARCOS - RORAIMA

A Amazônia é constituída de diversas sub-regiões geográficas, etnias e ecossistemas diferentes. Roraima, criado em 1988, é um estado que compõe estas diferenças dentro de seu espaço territorial. Está situado no extremo norte do país, faz fronteira ao Norte com a República Bolivariana da Venezuela; ao Sul faz divisa com os Estados do Amazonas e Pará; a Leste faz fronteira com a República Cooperativista da Guiana e a Oeste com o Estado do Amazonas e a República

Bolivariana da Venezuela (RORAIMA, 2009). Abriga o ponto mais setentrional do Brasil – o Monte Caburaí, com mais de 5 graus de latitude norte. Cortado ao sul pela linha do Equador, o estado de Roraima possui a maior parte de seu território no hemisfério norte (RORAIMA, 2009). O Estado possui 15 municípios, incluindo a capital Boa Vista. Possui uma área de 224.298,98 Km², com população de 451.227 habitantes e densidade demográfica de 2,01 hab/km² (IBGE, 2010).

A área do Estado de Roraima é composta por: Reservas Indígenas (FUNAI) 103.443,17 Km², totalizando 46,12%; áreas de preservação (IBAMA) 15.879,08 Km², 7,08%; área sob domínio do INCRA 81.509,25 Km², representando 36,34%; área do Ministério da Defesa 1.748,61 Km², 0,78%; já a área do Estado é de 21.718,87 Km², totalizando 9,68% (RORAIMA, 2009). Tendo em vista que as áreas da FUNAI, IBAMA e do Ministério da Defesa não podem receber atividades econômicas tradicionais, o que restringe o desenvolvimento do Estado, reforça-se a importância do turismo como atividade econômica alternativa.

A Terra Indígena São Marcos situa-se ao norte do Estado de Roraima, é a maior em extensão de terras já demarcadas em área de lavrado e a única cortada por rodovia federal asfaltada, e possui uma extensão total de 654.110 hectares (RORAIMA, 2009). A criação desta Reserva indígena remonta à história da colonização do Rio Branco pelos portugueses e coincide com a introdução da pecuária nos campos naturais da região (FUNAI, 2003).

No final do século XVIII foi criada a fazenda São Marcos, cujos limites descritos pelo Ministério da Fazenda, coincidem precisamente aos da atual Terra Indígena de São Marcos. Consideradas latifúndios de propriedade da União e de peso geopolítico por estarem situados nas fronteiras em litígio, foram entregues ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que posteriormente instalou um posto indígena em sua sede. A área de atuação deste órgão consistia no atendimento às populações indígenas, principalmente nas questões referentes ao desenvolvimento da agropecuária. Mais tarde, o órgão foi extinto em função da criação da FUNAI (ANDRELLO, 2004).

A Terra Indígena São Marcos foi demarcada em 1976 e, homologada em 1991 pelo Decreto Presidencial nº 312 de 29/10/1991 (RORAIMA, 2010). Dentro dos

limites da TI São Marcos (Figura 6) habitam quatro etnias indígenas: Macuxi e Taurepang, de filiação linguística Caribe; Wapixana e Saporá, de filiação Aruak. As etnias Taurepang e Saporá são as menos numerosas e se concentram na região norte; a Wapixana na região sul e a Macuxi, a mais numerosa, encontra-se dispersa por toda a área. Conforme levantamento realizado em 2003 pela FUNAI, a população residente na área é de 3.554 índios distribuídos em 42 aldeias (FUNAI, 2003; ANDRELLLO, 2004).

A estrutura social é similar entre as três etnias. As aldeias ficam dispersas ao longo do perímetro da reserva e geralmente ocupam margens de cursos d'água secundários.

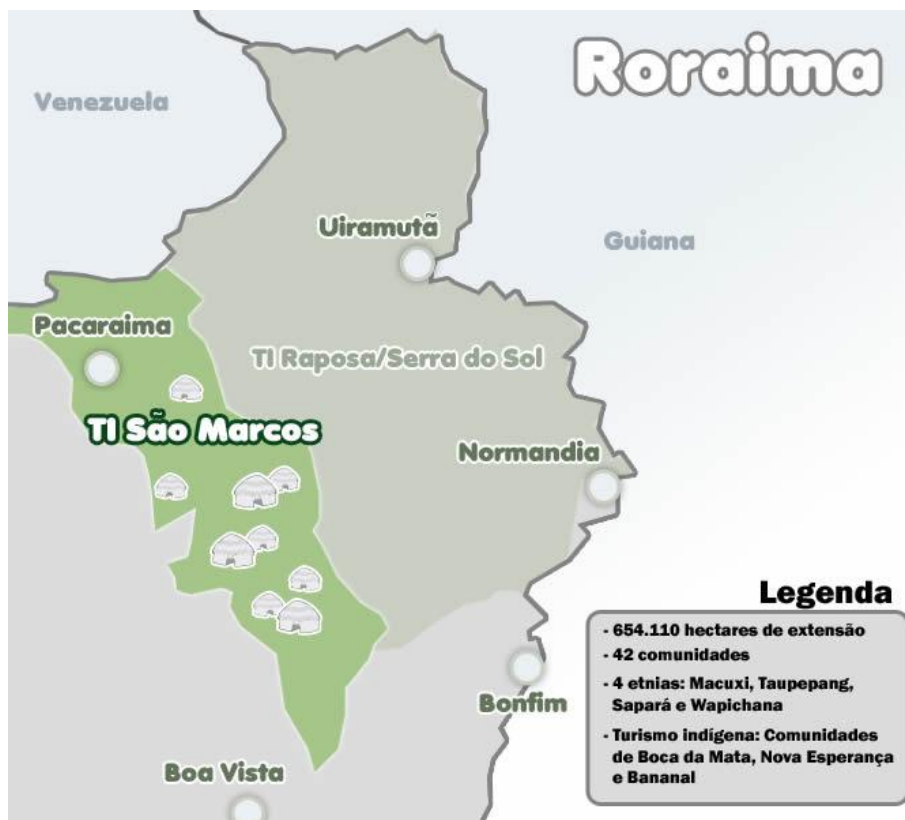


Figura 6 - Reserva Indígena de São Marcos em Roraima.
Fonte: Portal Amazônia.

Existe uma concepção de livre acesso dos indivíduos à terra e aos recursos naturais. Quanto à organização social, esta se baseia no parentesco e as aldeias têm marcante autonomia política. São lideradas por um Tuxaua eleito pela

comunidade. Não existem conflitos entre as três etnias e o índice de casamentos entre eles é alto (FUNAI, 2003).

No que se refere à economia, os indígenas da TI São Marcos vivem basicamente da agricultura e da pecuária de subsistência. Algumas aldeias se destacam no desenvolvimento do turismo, atividade inserida pelos próprios indígenas há aproximadamente dez anos. Ao acompanharem os resultados positivos provenientes do turismo, outras lideranças começaram se organizar para introduzir o turismo como atividade econômica.

4.2 COMUNIDADES INDÍGENAS BANANAL, NOVA ESPERANÇA E BOCA DA MATA

O interesse em realizar a pesquisa nessas comunidades, se deu função de as mesmas apresentarem certa autonomia com relação à decisão de desenvolver o turismo indígena. O interesse pela atividade partiu das próprias comunidades. Outra razão, é que há pelo menos dez anos as aldeias tem se destacado no Estado de Roraima, como as únicas comunidades indígenas que participaram das oficinas do PNMT, na década de 1990 e em 2001 das oficinas do PROECOTUR.

De maneira independente as comunidades seguem firmes no propósito de consolidarem-se como destino turístico. Assim, as lideranças das comunidades solicitaram capacitação para o turismo junto ao Departamento Estadual de Turismo, SEBRAE e Instituto Federal de Roraima - IFERR. As comunidades foram atendidas com cursos de: Qualidade no atendimento ao turista; Guia local; Boas práticas na manipulação de alimentos; Técnicas de primeiros socorros, dentre outros, realizados entre 2002 e 2007. Mais tarde, em 2008, as comunidades Bananal e Boca da Mata também receberam curso de Planejamento do turismo, oferecido pelo Ministério do Meio Ambiente.

O caso dessas três comunidades é emblemático, dado que as mesmas apresentam um perfil empreendedor. Mesmo com todos os entraves, como ausência de regulamentação do turismo indígena, despreparo na atuação da FUNAI, ausência

de apoio do poder público em priorizar o turismo, infraestrutura incipiente, dentre outros fatores, elas continuam trabalhando com o turismo, recebendo grupos pequenos e pouco frequentes. Pois acreditam que o turismo indígena pode contribuir para a geração de emprego, renda e melhoria na qualidade de vida da população.

4.2.1 Comunidade Indígena Bananal

A comunidade indígena Bananal, foi criada em 1969 com o nome de Macayapan (Bananal, na língua indígena Wapixana), fundada por Bento Louredo da Silva e sua esposa Rosa Contrera, ambos venezuelanos que migraram para Brasil (Roraima), com seus oito filhos. Mais tarde, em 1972 a comunidade popularizou-se com o nome de Bananal, devido à plantação de banana nativa existente. Quanto a população, que teve início com a família de Bento Louredo, cresceu com a chegada de outros “parentes”, casados ou não, que se agregaram à comunidade. Atualmente vivem cerca de 200 habitantes. Viviam principalmente da agricultura, que até hoje é a principal fonte de renda (Souza², 2012).

A comunidade conta com uma escola estadual, que atende desde a educação infantil, até o ensino médio. A energia elétrica é fornecida por meio de um gerador, fornecido e abastecido pela Central Elétrica de Roraima (CER), concessionária de energia do estado de Roraima, que atende cerca de 80% da população.

Quanto ao abastecimento de água, é captada de fonte natural. A comunidade construiu uma barragem de onde a água é captada por gravidade. A água é encanada e abastece toda a população. Periodicamente é realizada a limpeza da caixa d'água. Existe um posto de saúde na sede da comunidade, que é composto por um agente de saúde que atende diariamente, e um médico que atende a cada três meses.

A comunidade promove duas grandes festas que reúne outras comunidades, são elas, a Festa da Damorida, no dia do índio e a Feira de Artesanato, que ocorre

² Referência a entrevista com Souza, Z. F., residente da comunidade Bananal. Entrevista concedida em 04/04/2012.

no mês de julho. Maior parte da população, 98% é Adventista do Sétimo Dia. Assim, a vida na comunidade é marcada pelas atividades da igreja. O sábado é integralmente dedicado à realização de longos cultos (compostos por sermões, orações e cantos) dos quais não se admite ausência (ANDRELLO, 2004).

A comunidade é formada pelas etnias, Taurepang (maioria), Macuxi e Wapixana. Maior parte da população trabalha na agricultura e pecuária. A comunidade abastece o município de Pacaraima (RR) de farinha de mandioca, beiju, goma e frutas como banana, abacaxi, cupuaçu e manga. A comunidade tem uma fazenda comunitária, localizada a 3 km da sede da aldeia, onde são criados bovinos e caprinos. Os gastos com trabalhadores da fazenda são pagos pelas famílias que vivem na comunidade.

A atividade de turismo na comunidade do Bananal teve início há mais de dez anos, seguindo o exemplo de seus “parentes” da Venezuela, que há muito tempo vivem do turismo. Assim, a comunidade participou de diversos cursos de capacitação, como: Atendimento ao turista, condutor de visitantes, boas práticas na manipulação de alimentos, dentre outros, realizados pelo SEBRAE, IFERR e Departamento de Turismo . A divulgação dos atrativos da comunidade é feito por meio de mídias sociais. Geralmente os visitantes são pesquisadores e estudantes de turismo do IFERR, de universidade do Estado do Amazonas e do Instituto de Pesquisa da Amazônia - INPA. Os principais atrativos são a cultura indígena, cachoeiras, serras, fauna e flora. Nas figuras 7 e 8 pode-se ter uma vista parcial da comunidade Bananal.



Figura 7 - Comunidade Bananal
Fonte: Pesquisa 2012.



Figura 8 - Vista da Comunidade Bananal.
Fonte: Pesquisa 2012.

4.2.2 Nova Esperança

Desde sua demarcação, a reserva São Marcos sempre teve a presença de não índios dentro da reserva, o que motivou o surgimento de conflitos pelas disputas de terra. Após a homologação da TI São Marcos e a saída dos não índios da reserva, a Comunidade Nova Esperança se instalou, em 1996, numa área onde viviam cerca de dez agricultores que fizeram grandes desmatamentos para trabalhar a pecuária extensiva. Com a saída dos mesmos, a comunidade herdou uma quantidade de área sem mata nativa, os leitos de igarapés com alto grau de ações antrópicas e poucas caças também (SILVA³, 2012).

As famílias que residem na Comunidade Nova Esperança são formadas por três etnias: Taurepang, Wapixana e Macuxi. São os povos com maior tempo de contato com a sociedade envolvente. Seus principais traços culturais sofreram profundas mudanças, na língua, na construção de suas habitações, hábitos alimentares, etc. Os Macuxi representam 50% da população, seguido dos Wapixana 40% e, por último, os Taurepang, 10%. Todavia, em termos de representação política e administrativa, os Wapixana lideram a comunidade, por terem sido os fundadores da mesma.

Em 2000 as lideranças indígenas se reuniram para elaborar um planejamento de curto, médio e longo prazo para a comunidade. Assim, foi criada a ONG PRONESP – Programa de Desenvolvimento Sustentável de Nova Esperança. Ao realizar, por meio da ONG, um diagnóstico da comunidade, verificou-se vários aspectos positivos como a boa localização, o fato de a comunidade não apresentar vícios de paternalismo, potencial para o ecoturismo, lagos perenes que poderiam ser adaptados para a criação de peixes, dentre outros.

A comunidade decidiu investir no turismo, e no primeiro trimestre de 2001 participou de uma oficina de sensibilização realizada por consultor do PROECOTUR - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, do Ministério do Meio Ambiente. Posteriormente, participou do 7º edital do PPP- Programa de

³ Referência a entrevista com Silva, A., residente da comunidade Nova Esperança. Entrevista concedida em 04/06/2012.

Pequenos Projetos, gestado pelo ISPN-Instituto Sociedade, População e Natureza. O programa é financiado pelo Small Grants Programme (SGP), vinculado ao Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) da Organização das Nações Unidas. A execução dos projetos apoiados pelo PPP-ECOS se deu por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com interveniência do Escritório de Serviços de Projetos das Nações Unidas (UNOPS). O PRONESP teve aprovado um projeto para realizar a capacitação dos moradores da comunidade, de forma que os mesmos tivessem preparados para receber os turistas.

Assim, o PRONESP capacitou os moradores selecionados, realizou oficinas de artesanato, educação ambiental, gestão de resíduos e da água. Daí por diante a comunidade, ao longo dos últimos dez anos vem trabalhando no turismo. Atualmente, os moradores trabalham para melhorar a infraestrutura na comunidade, com construção de pousada, restaurante e expansão das lojas de artesanatos. Os principais atrativos turísticos da comunidade são: as inúmeras trilhas ecológicas existentes, sendo a principal delas denominada Trilha do Coatá. Cujas caminhadas são feitas em meio à mata nas proximidades da aldeia. Um percurso de 7km onde é possível encontrar sítio arqueológico, conforme Figura 10, espécies nativas de flora, plantas medicinais e presenciar o canto de várias espécies de aves, além dos macacos Coatá, que dão nome à trilha e são abundantes na localidade. Durante o percurso os condutores contam histórias e lendas aos turistas, referindo-se a diversos atrativos da trilha, a exemplo da Toca do Curupira, mostrado na Figura 10. A comunidade pretende, em breve, instalar um pesque e pague indígena, no qual serão utilizados, ao invés de linha e anzól, canoa, arco e flecha.



Figura 9 – Inscrições rupestres, sítio arqueológico na trilha do Coatá, Nova Esperança.
Fonte: Pesquisa 2012.



Figura 10 - Toca do “Curupira” Trilha em Nova Esperança.
Fonte: Pesquisa 2012.

4.2.3 Boca da Mata

Na comunidade indígena Boca da Mata, vivem 513 pessoas e pouco mais de 25% são funcionários públicos. Na aldeia convivem Taurepang, Makuxi e Wapichana. Os tuxauas se alternam entre as três etnias. Diferentemente, dos Taurepang da Venezuela, os índios que vivem no Brasil adaptaram-se à vida na mata, plantam roças e, comercializam a produção no município de Pacaraima (RR); algumas vezes, em Boa Vista (RR) e em Santa Elena, Venezuela (SOUZA⁴, 2012). Já os Taurepang da Venezuela, vivem basicamente do turismo na Gran Sabana.

O desenvolvimento do turismo na comunidade, data do final da década de 1990, época em que teve início o Programa de Municipalização do Turismo - PNMT, do Ministério do Turismo. Na ocasião, quinze pessoas participaram das oficinas do programa. Posteriormente, a comunidade recebeu outros cursos de capacitação para o turismo, promovidos pelo Departamento de Turismo de Roraima, IFERR, SEBRAE e Ministério do Meio Ambiente. Atualmente 50 pessoas estão participando do curso de Técnico em Turismo, que é ministrado na própria comunidade, pelo SENAC. O indígenas acreditam que o turismo é uma oportunidade de negócio que favorece o desenvolvimento local nas comunidades.

Segundo Souza (2012), a cultura indígena adquiriu diversos traços da cultura não indígena, como se observa no modelo residencial, que atualmente são construídos em alvenaria, sendo os tijolos fabricados na própria comunidade. As casas são organizadas em quadras e delimitadas por ruas. As construções tradicionais em formato circulares, cobertas de palha de buriti não são muito utilizadas atualmente. Apenas um grande barracão, utilizado para reuniões e assembleias, mantém o formato arredondado e a cobertura de palha, conforme Figura 11. Quase todas as residências são abastecidas de energia elétrica e água encanada. Na comunidade existem duas escolas, sendo uma de educação infantil e ensino fundamental e a outra de ensino médio. Esta última possui laboratório de informática com acesso a internet.

Os principais atrativos da comunidade são: cachoeiras; corredeira do rio Surumu, propícias à prática de *rafting* e canoagem; pesca e trilhas na mata.

⁴ Referência a entrevista com Souza, P. F. Ex Tuxaua de Boca da Mata, entrevista concedida em 22/05/2012.



Figura 11 – Foto Boca da Mata.

Fonte: Marcelo Seixas, disponível em <http://www.flickr.com/photos/mseixas/5736949403/>.

O modo como o turismo é operacionalizado é similar nas três comunidades. O turista chega até a comunidade e é recepcionado pelos guia/condutores locais. Em alguns casos, são conduzidos para assistir uma apresentação de dança realizada pelos jovens ou pelos anciãos da comunidade. Depois, recebem instruções sobre o que é permitido ou não na comunidade; sobre os cuidados quanto aos animais peçonhentos; sobre o trajeto das trilhas; horário das refeições, dentre outras informações. A partir de então, o turista (individual ou grupo) são conduzidos aos atrativos, onde podem observar e fotografar a fauna e a flora, bem como, apreciar os banhos nas diversas cachoeiras.

Quando retornam das trilhas, geralmente no horário do almoço, a mesa está posta com diversos pratos da culinária indígena, que inclui a Damorida (caldeirada de peixe regado a diversos tipos de pimenta); o beiju (feito da mandioca); o caxiri (bebida feita da batata doce ou do cajú); o pajuarú (feito da mandioca), dentre outras opções.

Depois da refeição os turistas são levados para conhecer o artesanato indígena, que é comercializado na comunidade. Algumas vezes são oferecidas

oficinas de confecção de artesanato, na qual o turista participa desde a coleta da matéria prima até as técnicas de trançado. Ao final do dia, o turista deixa a comunidade. Alternativamente, quando o turista pernoita na comunidade, geralmente à noite, são feitas rodas em torno de uma fogueira e os anciãos contam as lendas e ensinam a língua materna.

4.3 ANÁLISE DA POLÍTICA INDIGENISTA RELACIONADA AO TURISMO INDÍGENA

Segundo Souza e Barbosa (2011) “a legislação indígena esteve pautada em três paradigmas, o do extermínio, o da integração e, só depois do advento da Constituição Federal de 1988, o de reconhecimento de direitos originários e ampliação de garantias”. Durante o período colonial, reconheceu-se a existência de povos diferenciados denominados indígenas, e contra eles declarou-se guerra, exerceu-se a escravidão e legislou-se com fins de integrá-los, de modo que cedessem às propostas dos colonizadores, por meio do casamento, da catequese ou pela integração como “trabalhadores livres” (MARÉS, 2001).

De acordo com Oliveira e Freire (2006), em 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que esteve em vigência até o ano de 1967, quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em vigor até os dias atuais. Antes disso, nas Constituições de 1824 e 1891, os índios sequer foram citados. Assim, pode-se dizer que as políticas indigenistas somente tiveram início a partir de 1910, quando a União passou a legislar e se envolver diretamente com a questão indígena (OLIVEIRA E FREIRE, 2006). O Artigo nº 22 da C.F./88 afirma que “legislar sobre as populações indígenas é competência privativa da União”.

Oliveira e Freire (2006) comentam que uma definição jurídica foi formalizada pelo Código Civil de 1916 e Decreto nº 5.484/1928, e passaram a ser tutelados pelo Estado brasileiro. Segundo os autores, “um regime tutelar estabelecido para as populações autóctones que foi hegemônico de 1910 até a Constituição Federal de 1988, perdurando em certa medida até os dias atuais em decorrência da força de

inércia dos aparelhos de poder e estruturas governativas” (OLIVEIRA; FREIRE 2006).

A Fundação Nacional do Índio – FUNAI (Lei nº 5.971/67) é o órgão que executa, atualmente, a tutela indígena em nome da União. A partir de 1973, o Estatuto do Índio (Lei n. 6.001/1973) passou a regular a situação jurídica dos índios e das comunidades indígenas.

4.3.1. A tutela do Estado sobre os povos indígenas

Até a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), os povos indígenas eram considerados incapazes, viviam sob a figura jurídica da tutela. Para Souza Filho (2001) “tutela”, é definida como um conjunto de ações e processos exercidos pelo Estado para a proteção de determinados bens e direitos. É um meio jurídico de proteger uma incapacidade individual. A tutela foi exercida, a princípio, pelo Serviço de Proteção Indígena (SPI), criado em 1910 e após sua extinção, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) criada em 1967, pela Lei nº 5.371 de 1.967.

Da mesma forma que as demais constituições anteriores, a atual também estabelece a competência privativa da União para legislar sobre as populações indígenas (Art 22, ss). Além de disposições esparsas sobre estas populações, a CF 88 dedica o Capítulo VIII da seção dedicada á ordem social (Título VIII). Ao indígena é reconhecida sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (art. 231). Uma importante inovação no campo da política indigenista está consubstanciada nesse Capítulo ao estabelecer que os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. Esse dispositivo inaugura um novo modo de entender a tutela exercida pelo poder público sobre estas populações. Verifica-se, portanto, que após a promulgação da C.F./88, o modelo indigenista se modificou, deixando de lado o propósito integracionista em favor de uma postura que

valoriza a diversidade cultural (BRASIL, 2003), e favorece o desenvolvimento de atividades econômicas pelos povos indígenas, como se observa no artigo citado.

O Estatuto do Índio, instituído pela Lei nº 6.001 de 1973, portanto antes da C.F.1988, continua em vigor, já apresentava um avanço com respeito à questão da tutela do Estado sobre as populações indígenas, comparativamente à legislação anterior. Conforme o Estatuto, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos, cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, estender aos índios os benefícios da legislação comum, sempre que possível a sua aplicação (art. 2º, I), bem como assegurar aos índios a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência.

O Estatuto considera nulos os atos praticados entre o índio não integrado e qualquer pessoa estranha à comunidade indígena quando não tenha havido assistência do órgão tutelar competente (art. 8º, grifo nosso). Pelos termos do Estatuto, são válidos os atos praticados pelos índios integrados, ou seja, aqueles que são incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem usos, costumes e tradições características da sua cultura (art. 4º, III). O regime de tutela do Estado continua valendo para os “não integrados” (art. 7º). Porém, qualquer índio poderá requerer ao Juiz competente a sua liberação do regime tutelar previsto na Lei, investindo-se na plenitude da capacidade civil, desde que preencha os requisitos seguintes: idade mínima de 21 anos; conhecimento da língua portuguesa; habilitação para o exercício de atividade útil, na comunhão nacional; e razoável compreensão dos usos e costumes da comunhão nacional.

Assim, entende-se que a tutela não é uma situação permanente, podendo deixar de existir segundo a vontade de cada indígena. Ou seja, a tutela não se aplica, portanto aos atos praticados por indígena que revele consciência e conhecimento do ato praticado reconhecido pelo Juiz após instrução sumária, ouvidos o órgão de assistência ao índio e o Ministério Público (art. 9º § único). Pode-se supor, portanto, que as parcerias entre comunidades indígenas e agências de turismo, por exemplo, não estão em desacordo com a legislação, tendo em vista que

ambas as partes (indígena e empresário) revelam ter conhecimento e interesse mútuo na parceria, embora o Estatuto não faça qualquer menção à prática do turismo em terras indígenas. O que é correto, pois essa possibilidade deve valer para qualquer atividade econômica. De fato, consoante a CF 88 (art. 231), o Estatuto estabelece que cabe aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes (art. 22). O usufruto compreende o direito à posse, uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas, bem como ao produto da exploração econômica de tais riquezas e utilidades. (Art. 24, grifo nosso).

Como visto, são reconhecidos e salvaguardados os direitos de serem e permanecerem índios. Marés (2001) mostra que a partir da C.F./88, “o direito brasileiro constituído passou a reconhecer o direito dos indígenas de continuarem a ser índios sem a necessidade de integração na sociedade nacional e lhes reconhece titularidade de direitos coletivos”. A C.F./88 garante o uso das terras habitadas pelos índios, assim como, sua utilização para atividades produtivas, de forma a promover seu bem estar. Nesse contexto, assim como a agricultura, a caça e a pesca, o turismo poderia estar incluído. Ela não proíbe, em momento algum, o exercício do turismo como atividade econômica em terras indígenas. Dessa forma, entende-se que os povos indígenas podem fazer uso dos recursos disponíveis em suas terras para garantir a sobrevivência das populações indígenas atuais e futuras, o que pressupõe o atendimento dos requisitos da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Com efeito, o Decreto 7.747 de 2.012, que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), tem por objetivo garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente (art. 1º). Uma das diretrizes da PNGATI refere-se à contribuição para a manutenção dos ecossistemas nos biomas das terras indígenas por meio da proteção, conservação e

recuperação dos recursos naturais imprescindíveis à reprodução física e cultural das presentes e futuras gerações dos povos indígenas (art. 3º, V). Com respeito ao turismo, a PNGATI estabelece objetivos específicos da PGTATI, estruturados em sete eixos, sendo que o eixo 5 refere-se ao uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas. Entre os objetivos específicos desse eixo, está o apoio às iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impacto socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades (art. 4º, V, g).

A PNGATI fala em etnoturismo ou turismo étnico. As políticas públicas para o turismo não incluem essa modalidade de turismo, que se disseminou amplamente em países como Austrália, Nova Zelândia, Canadá, dentre outros. No Brasil ainda não ganhou força menos por falta de iniciativas dos povos indígenas, e mais pela ausência de sensibilidade dos gestores e planejadores das políticas públicas de turismo, que não tem dado o devido apoio, valorização e incentivo à cultura indígena brasileira.

Grosso modo, etnoturismo pode ser definido como turismo voltado para viagens para colocar os turistas em contato com grupos étnicos, para que aqueles possam conhecer seus usos e costumes. Em geral, é uma expressão usada como sinônima de turismo, mas essa generalização é equivocada, pois qualquer grupo étnico específico pode ser incluído, por exemplo, os caiçaras no litoral do Estado de São Paulo constituem grupos étnicos que mantêm cultura própria, que podem ser os elementos de atração para o turismo receptivo em seus territórios. O mesmo pode-se dizer dos descendentes de italianos na Serra Gaúcha ou dos descendentes de alemães no vale do Itajaí.

Essa modalidade de turismo também é consistente com o ecoturismo, basta ver quantas vezes a legislação indígena fala em meio ambiente. Lascuráin (1983 apud Kinker, 2002), a quem se atribui o uso pioneiro da palavra ecoturismo, entende que esta modalidade envolve viagem a áreas relativamente preservadas com objetivo específico de lazer, de estudar ou admirar paisagens, fauna e flora, assim como qualquer manifestação cultural existente. A EMBRATUR define ecoturismo

como um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. Conforme Zeppel (2006) o ecoturismo é visto como uma forma de manter os ecossistemas e se apresenta como uma alternativa economicamente viável ante a exploração madeireira e mineração.

Observa-se que não há qualquer vedação legal no que se refere à prática de atividades econômicas no território indígena. O turismo pode ser uma opção que, além de possibilitar um incremento na renda, pode promover o resgate e a valorização da cultura indígena, bem como, a preservação do meio ambiente, tendo em vista que cultura e meio ambiente são os principais elementos do turismo indígena.

A C.F./88 também possibilitou aos povos indígenas a criação de organizações devidamente legalizadas que os represente, de modo que possam captar recursos financeiros próprios (art. 232). Marés (2006) comenta que a Constituição Federal de 1988 garante a auto-organização e autonomia, que abrange não só as formas de poder interno, mas as de representação e as de direito, bem como, as de solução de conflitos.

4.3.2 As Convenções da OIT

A Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos Povos Indígenas (UNIC, 2008) é outro documento que pode contribuir para o desenvolvimento do turismo em terras indígenas, pois afirma que os povos indígenas têm o direito de buscar livremente seu desenvolvimento econômico, cultural e social (art. 3º). Além disso, os povos indígenas, “no exercício do seu direito à autodeterminação, têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas a seus assuntos internos e locais, assim como a disporem dos meios para financiar suas funções autônomas” (UNIC, 2008).

Outros documentos importantes são as convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT, criada em 1919 pelos países industrializados. A partir da Segunda Guerra Mundial com a adesão maciça de países em desenvolvimento a OIT torna-se efetivamente um órgão multilateral. As suas convenções e recomendações são voltadas para as relações de trabalho de qualquer organização, cuja elaboração é feita por meio de uma estrutura tripartite, envolvendo empregadores, empregados e governos. Essas convenções, como ensina Sussekind (1998), são tratados multilaterais abertos, de caráter normativo. No Brasil, sua adoção se faz mediante decreto legislativo, e só após se faz a ratificação pelo Presidente da República por meio de decreto.

Desde 1921, a OIT realiza estudos sobre as condições de trabalho das populações indígenas, tendo instituído, a partir de 1926 uma Comissão de Peritos em Trabalho Indígenas, que deu continuidade ao trabalho, cujo objetivo era criar uma série de normas internacionais sobre a questão. Tal estudo gerou a Convenção nº 107 de 1957, que tratava especificamente de populações indígenas e tribais, principalmente nas questões de direitos à terra, condições de trabalho, saúde e educação. Essa Convenção foi aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo 20 de 1.965 e promulgada pelo Decreto 58.824 de 1.966.

Posteriormente, a OIT elaborou a Convenção nº 169, considerando os pactos sociais e culturais relacionados com os direitos humanos aprovados em 1966 no âmbito da ONU, elaborou a Convenção 169 aprovada em 1989, na qual fez uma ampla revisão na Convenção nº 107, além de incluir novas disposições concernentes aos direitos humanos e as relações de trabalhos. Esse documento deixa claro o direito dos povos indígenas de definir suas prioridades de desenvolvimento, tendo em vista que as mesmas afetam suas vidas, crenças, valores e a terra que ocupam. Os Estados membros devem se comprometer e adequar sua legislação e desenvolver ações que visem à sua aplicação. A Convenção 169 estabelece a responsabilidade dos governos de desenvolver, em conjunto com os povos indígenas, ação coordenada e sistemática para proteger seus direitos e garantir o respeito a sua integridade (art. 2º). Essa ação deve incluir medidas que assegurem a esses povos a igualdade dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população; a plena

efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais; e ajudem a eliminar as diferenças socioeconômicas em relação aos demais membros da comunidade nacional.

A Convenção 169 estabelece que os povos devem ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento. Deve-se levar em consideração, nos planos de desenvolvimento econômico, a melhoria das condições de vida, níveis de saúde e educação dos povos indígenas. Assim, os projetos de desenvolvimento devem ser concebidos de maneira que promova essa melhoria.

A Parte III da Convenção nº 169, que trata de contratação e condições de emprego, pode contribuir de maneira favorável na discussão sobre a prática do turismo nas terras indígenas. Pois cabe aos governos adotarem medidas que permitam uma proteção efetiva aos trabalhadores pertencentes a esses povos, conforme leis e regulamentos nacionais aplicáveis aos trabalhadores em geral (art. 20). Nesse contexto, deve ser assegurada a oportunidade de formação profissional aos povos indígenas iguais às disponíveis aos demais cidadãos (art. 21). Os programas especiais de formação deverão estar baseados no entorno econômico, nas condições sociais e culturais e nas necessidades concretas dos povos interessados (art. 22). Deve ser prestada, quando solicitada, assistência técnica e financeira adequada, considerando-se as técnicas tradicionais, bem como, as características culturais desses povos, observada a importância do desenvolvimento sustentável e equitativo (art. 23).

Dessa forma, a Convenção OIT nº 169 garante e demais dispositivos analisados possibilitam a regulamentação do turismo em áreas indígenas, observadas a vontade desses povos, respeitando seus direitos e sua identidade social e cultural. Inclusive o direito ao desenvolvimento econômico, de forma que sejam capazes de mitigar dificuldades financeiras entre os membros da comunidade. Ressalta-se que a capacitação, também previstas nos instrumentos citados, é garantida aos povos indígenas, e fornece o conhecimento necessário à condução da atividade. Vale mencionar que a referida Convenção foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 143 de 2002 e promulgada pelo Decreto 5.051 de 2004.

4.3.3 Posicionamento da FUNAI/Roraima em relação ao turismo indígena

Nessa seção será abordado o posicionamento da FUNAI acerca do turismo indígena, bem como, sua atuação diante das comunidades que já atuam nessa atividade. Além disso, serão mencionadas as ações da FUNAI no que se refere ao Programa Federal de Etnodesenvolvimento.

Entende-se por etnodesenvolvimento, a capacidade social que os povos indígenas têm de se desenvolver, considerando o aproveitamento de sua cultura e experiências históricas. Com projetos definidos de maneira autônoma, de acordo com os valores e aspirações da comunidade (BATALLA ET AL, 1982 APUD VERDUM, 2002).

Outra definição é proposta por Stevenhagen (1987) que diz que o etnodesenvolvimento, especialmente para os povos indígenas, significa satisfazerem as necessidades humanas há tempos negadas e equidade na distribuição de recursos e dos benefícios do crescimento. O autor menciona ainda, o termo eco-etnodesenvolvimento, que se trata de um desenvolvimento integral, endógeno, sustentável e específico de um determinado povo em harmonia com seu ecossistema para preservar a vida e a própria cultura (STEVENHAGEN, 1987).

Como mencionado anteriormente, a FUNAI é o órgão responsável por estabelecer diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista. Já o Decreto nº 4.645 de 2003 que aprova seu Estatuto, que a finalidade da FUNAI é exercer, em nome da União, a tutela dos índios e das comunidades indígenas não integradas à comunidade nacional (Art. 2º).

No entendimento de alguns dos entrevistados⁵ da FUNAI em Roraima, quanto ao papel daquele órgão,

Tudo o que envolve povos indígenas é responsabilidade da FUNAI. As responsabilidades podem ser definidas divididas em

⁵ Foram entrevistados 10 servidores da FUNAI, para preservar suas identidades serão designados com as letras EF, acompanhadas de números que vão de 1 a 10.

ações: ações que a FUNAI fiscaliza, ações que a FUNAI acompanha e outras que própria FUNAI executa. (EF-1).

De alguma forma a FUNAI está relacionada aos assuntos indígenas. A saúde, por exemplo, tem uma secretaria especial, e suas ações são acompanhadas, executadas e fiscalizadas pela FUNAI. (EF-2).

Observa-se que a tutela, conforme o Estatuto se reserva aos índios e as comunidades indígenas “não integradas”. Segundo artigo 4º do Estatuto do Índio, indígenas “não integrados” ou “isolados” são aqueles que vivem em grupos desconhecidos ou de que se possuem poucas e vagas informações. Pelas falas dos entrevistados, na prática, a FUNAI não faz distinção quanto aos indígenas serem ou não integrados.

Quanto ao desenvolvimento de atividades econômicas em terras indígenas, a FUNAI argumenta que as propostas econômicas, historicamente eram feitas para que os índios fossem integrados na sociedade nacional, entretanto, conforme Ent-F1 “a Constituição Federal de 1988 já aboliu isso. A proposta é que a atividade econômica seja apropriada para garantir a autonomia e sustentabilidade dos povos indígenas, e principalmente, mantê-los como índios”. Nesse sentido,

deve-se favorecer que os índios que tenham suas políticas, seus planos, suas formas de ver o mundo, que toda iniciativa de atividades econômicas sejam apropriadas para eles, de forma que os indígenas possam continuar existindo culturalmente como povos como etnias. (EF-7).

Nesse contexto, o Código Civil (Lei 10.406/2002), excluiu os povos indígenas da condição de relativamente incapazes e determina que a capacidade dos índios será regulada por legislação especial. Assim, não cabe a FUNAI impor ou proibir qualquer atividade econômica aos povos indígenas, o interesse deve partir deles próprios. A FUNAI/Roraima parece entender e apoiar esse entendimento.

Atualmente nós (FUNAI) temos o núcleo de apoio às atividades produtivas, nós estamos apoiando criação de gado, produção de semente, alimentos e uma serie de coisas. Mas o que eu

acho essencial é que o projeto venha deles, da comunidade indígena, que essas iniciativas partam deles. Que todas as iniciativas econômicas nasçam da própria comunidade indígena. Que a FUNAI apoie, não só a FUNAI, mas também a Secretaria de Estado do Índio. A FUNAI é contra algumas coisas que considera imposição. Acho que o índio não ter ser grande produtor agropecuarista não, não tem que atender ao agronegócio, não. Tem que produzir pra comer. A menos que eles queiram, pois se eles quiserem, eu não sou ninguém pra impedir. (EF-4).

Nesse entendimento, questionou-se o posicionamento da FUNAI a respeito do turismo indígena. Tendo em vista que não existe regulamentação específica para turismo em terras indígenas. Destacaram-se dois argumentos:

A área pública é diferente da esfera privada. As terras indígenas são áreas públicas, são terras da União. Na esfera pública, o que a lei não permite, não é permitido. Diferentemente do privado, onde o que a lei não proíbe é permitido. Numa área pública, o que a lei não regulamenta, não deixa as regras bem claras, não é possível. A legislação não diz que é proibido, o problema é que não tem nenhuma regulamentação, então isso gera um impasse. Mas já existem muitas iniciativas de turismo (em Roraima), e eu inclusive sou a favor, mas turismo e também da mineração, porém, são duas atividades que não possuem regulamentação, por isso, não é possível fazer. (EF-1)

Nós (FUNAI) de maneira alguma podemos impedir o turismo indígena. Se o fizéssemos, estaríamos ferindo a própria Constituição Federal de 1988. Inclusive, existe na FUNAI/Brasília um Grupo de Trabalho na Coordenação de Etnodesenvolvimento que está tratando da regulamentação dessa temática e tem como meta concluir a regulamentação do etnoturismo e do ecoturismo indígena até 2014. (EF-2).

Observou-se que dentro do mesmo órgão existem posicionamentos contraditórios, bem como, desconhecimento do que vem acontecendo em âmbito nacional. Mesmo que a legislação afirme que os indígenas são plenamente capazes e que a eles pertence o usufruto de suas terras, há quem diga que não é possível trabalhar com turismo, mesmo sendo da vontade das comunidades. Tudo graças ao

vazio jurídico existente acerca dessa temática. Fato é que a atividade continua acontecendo, sem a participação ou monitoramento dos órgãos indigenistas federal e estadual.

Considerando que o turismo não é regulamentado, é cabível questionar quais atividades econômicas poderiam colaborar para o desenvolvimento econômico das comunidades indígenas, e que teriam o apoio da FUNAI. Os membros da FUNAI são a favor de ampliar e melhorar as atividades que os indígenas vêm praticando desde os seus ancestrais.

É importante incentivar e melhorar a agricultura, o plantio da mandioca; a criação de gado, herdados dos fazendeiros quando deixaram as reservas; o plantio de pimenta, algumas delas existem somente na região e fazem parte, assim como a farinha, da alimentação desses povos; e a produção de mel. Essas são excelentes alternativas econômicas, e aí naturalmente, eu tenho certeza que o turismo também pode ser uma excelente alternativa econômica para as populações indígenas do Estado de Roraima a partir da sua regulamentação. (EF-1).

Como órgão público, o que a lei não permite não pode ser feito. Claro que eu respeito sempre a comunidade, a dinâmica da comunidade, da associação, da organização, de tudo, enquanto não houver uma regulamentação [...]. (EF-2).

Ainda sobre a questão da sustentabilidade econômica dos povos indígenas, a FUNAI como órgão indigenista deveria acompanhar e monitorar as decisões das comunidades quanto a introdução de novas atividades, pois, mesmo com supressão da tutela a partir da C.F./88, ainda cabe àquele órgão garantir os direitos dos indígenas. Alguns membros da FUNAI mencionam que, “as comunidades indígenas têm que ter autonomia. A tutela inclusive acabou com a C.F./88, então a FUNAI não tem mais tutela sobre o índio, só em alguns de índios mais isolados como os índios Yanomami, temos mais autonomia” (EF-5). Entretanto, na prática, observou-se que a FUNAI, em parte até incentiva a introdução do turismo, mas por outro lado deixa os indígenas e agências de turismo que querem fazer parcerias com os indígenas, em uma situação de desconfiança e temor, dado que a atividade ainda não possui regulamentação. Outro servidor da FUNAI argumenta que:

Os índios têm associações que politicamente podem se organizar, contratar, fazer o que eles quiserem dentro do que a lei permite, como qualquer cidadão brasileiro. O que eles têm de vantagem sobre os demais, é que eles têm direito a aposentadoria especial, direito a uma educação diferenciada, uma saúde diferenciada e respeito às questões culturais. E tudo isso é regulamentado tanto para saúde quanto para a educação, e nós temos que avançar para o turismo, mineração entre outras coisas. (EF-1).

Observa-se, atualmente, um movimento de descentralização e de auto-organização dos povos indígenas por meio da criação de associações, ONGS, cooperativas, dentre outras organizações com personalidade jurídica que possibilite acesso a financiamentos, celebrar convênios e conseguir atrair recursos de diversas fontes. Muitas dessas organizações foram criadas para representar os índios nos movimentos de em favor da demarcação e homologação das terras indígenas.

Após a homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR), Decreto de 15 de abril de 2005, as organizações indígenas passaram a trabalhar no desenvolvimento das comunidades, melhorando e aumentando sua produção para comercializar o excedente. Além disso, a questão indígena desperta também o interesse de agências multilaterais e ONGs internacionais, muitas tem financiado projetos que visam o desenvolvimento das comunidades, outras atuam na saúde e na educação. Conforme menciona Verdum (2002) tais organizações passam a ser proponentes e gestoras de atividades e políticas locais de melhoria ambiental e de saúde, de educação, capacitação, de produção e geração de renda, assumindo responsabilidades que até então eram responsabilidades da FUNAI.

A demarcação e homologação das terras indígenas são importantes, mas é imprescindível assegurar aos povos indígenas o acesso ao desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida. Nesse contexto, a FUNAI (2011) concorda que é preciso garantir aos povos indígenas, um adequado processo de desenvolvimento, respeitando a realidade e os anseios de cada povo. O Estado tem a função de facilitar, fomentar e possibilitar que as escolhas das comunidades torne-se realidade. E dessa maneira se criam condições para o fomento ao desenvolvimento local, com base comunitária (VERDUM, 2002).

A própria FUNAI está ciente e aborda as necessidades de reestruturação daquele órgão indigenista, de maneira que se viabilize “a substituição do velho modelo de indigenismo, caracterizado pelo paternalismo e clientelismo, por um novo indigenismo em que as diferentes realidades sejam contempladas por diferentes formas de planejamento e experiências indigenistas” (FUNAI, 2011). E que proporcione aos povos indígenas autonomia sobre suas vidas, pois como lembram Santos e Godoy (2008), os valores centrais que vigoram como lema dos povos indígenas Macuxi, Taurepang, Patamona, Ingaricó e Wapixana são: terra, identidade e autonomia.

Outro ponto a destacar foi a respeito da aplicação das políticas vigentes. O que a FUNAI e Secretaria de Estado do Índio tem feito sobre com relação ao desenvolvimento local das comunidades. A FUNAI mencionou como mote principal a criação dos Territórios da Cidadania.

A principal política foi a criação do território da cidadania e existe todo um esforço do governo federal para concentrar as políticas públicas no território da cidadania que reúne Raposa Serra do Sol e São Marcos, que é quase metade das terras da população indígena do Estado de Roraima. Todas as políticas como o programa Bolsa Família, a inseminação artificial, a produção agrícola, tudo passou por uma discussão dentro do território da cidadania, do colegiado território da cidadania, então nossa política nesse campo é fortalecer as ações do território da cidadania. (EF-1).

O Executivo Federal lançou em 2007 o Programa Território da Cidadania (PTC), cujo objetivo é superar a pobreza e as desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, com integração de políticas públicas a partir de planejamento territorial; ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas; ampliação da oferta e universalização de programas básicos de cidadania (MDA/SDT, 2011). O Programa contempla, de forma coordenada, ações de 22 ministérios e órgãos federais, que atuam em parceria com estados, municípios e a sociedade civil em 120 Territórios da Cidadania. Sendo que dois destes territórios

estão localizados no estado de Roraima, são eles: Terra Indígena São Marcos e Raposa/Serra do Sol.

Dessa forma, o Plano Territorial de Etnodesenvolvimento Indígena (PTEI) foi lançado em maio de 2010, no Centro *Makunaimi* localizado na terra indígena São Marcos em Pacaraima (RR). O Território da Cidadania envolve as terras indígenas São Marcos e Raposa/Serra do Sol, que abrangem quatro municípios, além da capital Boa Vista. Nessas TIs vivem indígenas pertencentes às etnias Macuxi, Ingarikó, Wapichana, Taurepang, Patamona e Sapará, com uma população estimada de 27 mil indígenas (RORAIMA, 2010).

O plano foi desenvolvido por um colegiado formado por instituições federais como FUNAI e Ministério do Desenvolvimento Agrário, ONGs, associações e conselhos indigenistas, lideranças indígenas, governo do Estado, EMBRAPA, Universidade Federal, dentre outros, totalizando 36 instituições. Sua elaboração teve início em 2009 e foi finalizado em 2010, tendo como objetivos promover o desenvolvimento econômico sustentável da região; o acesso a políticas públicas de cidadania e ao crédito produtivo. Tem como prioridade a participação social e a integração das diversas esferas dos governos (RORAIMA, 2010).

O plano está estruturado em três partes, sendo a primeira um histórico e contexto geral dos povos indígenas, em seguida o diagnóstico territorial e por fim o plano territorial. O documento foi elaborado coletivamente pelos próprios indígenas, garantindo, portanto, o respeito à cultura e a sua forma de vida. Além disso, é relevante mencionar que o PTEI enfatiza as dimensões cultural, econômica, social e político institucional, enfatizando a dimensão cultural como norteadoras das demais dimensões. O plano não destacou a dimensão ambiental.

O plano versa sobre as seguintes atividades econômicas: agricultura; pecuária do gado de corte; criação de animais de pequeno porte, como aves, suínos e caprinos; a produção de artesanato e; ainda experimentalmente, a piscicultura. Mas em nenhum momento menciona o desenvolvimento do turismo, ainda que alguns dos principais atrativos turísticos do estado de Roraima estejam em áreas indígenas.

Antes da homologação das terras indígenas, locais como Lago do Caracaranã, Pedra Pintada e Cachoeira do Macaco, por exemplo, estavam entre os atrativos mais visitados do Estado. Entretanto, após a homologação das terras indígenas Raposa/Serra do Sol esses locais foram fechados para visitação. Atualmente os indígenas das duas TIs estão se organizando para introduzir o turismo nas comunidades e reabrir os atrativos para visitação.

Nesse contexto, existe atualmente, uma recorrente pressão dos indígenas sobre a FUNAI (órgão Federal) e Secretaria do Índio (órgão Estadual) quanto à regulamentação do turismo indígena. Tal movimento fez com que esses órgãos indigenistas agendassem uma Audiência Pública com os povos indígenas para a regulamentação da atividade. Segundo Oliveira⁶ (2012), “a regulamentação irá acontecer, mas não será de uma só vez. Cada situação será analisada caso a caso, e vai depender da vontade da maioria, até para manter a integridade cultural e a preservação do meio ambiente”.

No período em que as entrevistas foram feitas, ainda estava em vigência o Decreto nº 1.141/1994, que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, tendo sido revogado pelo Decreto nº 7.747 de 05 de junho de 2012. O atual Decreto menciona o apoio ao etnoturismo e ao ecoturismo, conforme a decisão das comunidades indígenas, bem como, a realização de estudos prévios, diagnósticos de impacto e capacitação destes indígenas para a gestão do turismo.

Cabe aqui uma definição para o termo etnoturismo, dado que nos capítulos anteriores falou-se acerca do segmento ecoturismo. Segundo o Ministério do Turismo, o etnoturismo refere-se a atividades turísticas decorrentes da busca por experiências autênticas em contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos.

Nesse tipo de turismo, o turista busca estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. (BRASIL, 2004).

⁶ Referência a entrevista com Oliveira, H. (2012), Secretário de Estado do Índio.

O Decreto acima mencionado pode ser considerado um avanço para o desenvolvimento das comunidades indígenas que já trabalham com turismo e para outras que desejam incluir a atividade em sua rotina. Pois a partir dela, os indígenas podem ter mais autonomia na gestão da atividade, bem como, cobrar providências aos órgãos indigenistas quanto à adequação para atender a legislação em vigor. Devendo-se atentar para o fato de que burocracias complicadas, ainda que bem intencionadas, não obstruam o desenvolvimento do ecoturismo.

4.4 ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS

A partir da realização de entrevistas nas três comunidades indígenas, os dados foram transcritos, depois sistematizados e formaram uma base de dados. Em seguida esses dados foram categorizados, totalizando seis categorias, a saber: 1. Caracterização do turismo nas comunidades indígenas; 2. Desenvolvimento do turismo nas comunidades indígenas; 3. Influência do turismo na dimensão ambiental; 4. Influência do turismo na dimensão sociocultural; 5. Influência do turismo na dimensão econômica e 6. Infraestrutura para o turismo. Posteriormente, as subcategorias e unidades de registro foram codificadas e analisadas.

A primeira categoria, presente na Tabela 1, refere-se à Caracterização do turismo nas comunidades indígenas, e está dividida em cinco subcategorias, dentre as quais: CT_1. Tempo de atuação no turismo; CT_2. Quantidade de atores envolvidos no turismo; CT_3. Divulgação do turismo; CT_4. Apoio dos Governos Federal, Estadual, Municipal e FUNAI e CT_5. Potencial para o turismo.

Tabela 1 - Caracterização do turismo nas comunidades indígenas (CIs).

CATEGORIA 1	SUBCATEGORIAS	TEMAS ABORDADOS	E1	E2	E3	E4	E5	...	E40	TOTAL		
Caracterização do turismo nas CIs	CT_1. Tempo de atuação no turismo	Entre 1 e 5 anos.								1		
		Entre 6 e 10 anos	x	x						17		
		Mais de 11 anos.					x	x	x	15		
		Não sabem ao certo.			x	x				7		
	CT_2. Quantidade de atores envolvidos	Até 10 pessoas envolvidas diretamente.	x	x			x		x	15		
		Mais de 10 pessoas envolvidas diretamente.			x	x		x		23		
		Não sabem ao certo.								2		
	CT_3. Divulgação do turismo	Feita pelos próprios moradores	x	x			x	x		8		
		Turistas indicam a outros (boca a boca).								12		
		Mídias sociais (facebook, twitter).								3		
		Agência de turismo.								4		
		Material impresso / guia turístico.								2		
		Não sabe informar ou não é divulgado					x			x	13	
	CT_4. Apoio dos Governos Federal, Estadual e Municipal e FUNAI	Regulamentação e apoio ao turismo	x	x	x	x	x	x	x	x	28	
		Melhoria na infraestrutura em geral (estradas, energia elétrica, saneamento).		x	x		x		x		17	
		Acesso a linhas de crédito e financiamento para o turismo.						x		x	12	
		Autonomia nas decisões quanto a introdução de atividades econômicas nas comunidades.	x			x					10	
		Elaboração e implementação de política pública para o turismo. Tanto em nível nacional, quanto em nível local.		x				x			6	
		CT_5. Potencial para o turismo	Levantamento de potencialidades realizado entre 1999 e 2000.	x			x					7
			Experiência de outras comunidades, como as da Venezuela e Guiana.		x	x	x		x	x		13
			Moradores perceberam que a comunidade tinha potencial.	x					x			20

Fonte: Pesquisa 2012.

No que se refere ao CT_1. Tempo de atuação no turismo, 17 respondentes informaram que tem entre seis a dez anos de atuação, conforme explica o entrevistado E31, “há pelo menos dez anos, desde quando recebemos o primeiro curso de Municipalização do turismo. Só que precisamos encontrar o caminho para dar continuidade, porque potencial nós temos”. O entrevistado mencionou o Programa de Municipalização do Turismo, criado e executado pelo Ministério do Esporte e Turismo. O programa foi concebido no ano de 1994 e, tinha como objetivo à conscientização, sensibilização, estímulo e capacitação de monitores municipais, de modo que despertassem e reconhecessem a importância e a dimensão do

turismo como gerador de emprego e renda, além de conciliar o crescimento econômico com a preservação e conservação do patrimônio natural, histórico e cultural, e contaria com a participação e gestão das comunidades (BRASIL, 2004). Pelo menos duas das três comunidades pesquisadas, participaram das oficinas do programa.

Outros 15 entrevistados responderam que tem mais de 11 anos de atuação no turismo, conforme menciona E24 “A discussão para introduzir e incorporar o turismo/ecoturismo como uma possível atividade de geração de renda, teve início em 2001. No ano seguinte, iniciamos as primeiras operações” (E24). Um total de 7 pessoas informaram que não sabem ao certo.

Na subcategoria quantidade de atores envolvidos no turismo - CT_2, verificou-se que 23 pessoas responderam que existem mais de 10 pessoas envolvidas diretamente no turismo; 15 pessoas afirmaram que o grupo que lidera o turismo na comunidade é composto por 10 pessoas e 2 pessoas afirmaram não saber ao certo. O resultado revela que são relativamente poucas as pessoas diretamente ligadas ao turismo, entretanto, vários entrevistados afirmaram, que demais membros da comunidade participam de maneira indireta da atividade, como exemplifica E18, “efetivamente somos 10 pessoas, trabalhando diretamente. Mas tem outras pessoas que atuam em áreas como fornecimento de bebidas e comidas típicas” (E18). O entrevistado E15 argumenta que,

“diretamente estão envolvidas sete pessoas, mas dependendo da quantidade de turistas ou grupos, outras pessoas participam. Assim, indiretamente devem participar umas cinquenta, porque é rotativo, então provavelmente umas cinquenta pessoas que atuam em diversas áreas. Mas não é todo dia, depende do fluxo de turistas. Esse fluxo ainda é pequeno, a comunidade não vive só do turismo, justamente por não ter turistas todos os dias” (E15).

Com relação a subcategoria CT_3. Divulgação do turismo obteve-se os seguintes temas e respostas: 8 pessoas afirmaram que a divulgação é feita pelos próprios moradores, como confirma E31 “A divulgação é feita por nós mesmos. Quando vamos à cidade, aproveitamos para ir até as escolas de turismo e convidamos os alunos que se interessam em fazer visitas técnicas”(E31). Depois, 12

respondentes disseram que os próprios turistas divulgam a comunidade a outras pessoas, conforme pontuam os entrevistados E5, “A divulgação é feita pelos próprios turistas, que quando gostam do passeio divulgam pra outras pessoas” (E5); e E21 “Através da divulgação boca a boca. Os turistas levam a notícia sobre os atrativos para outros visitantes e então começa a aparecer mais pessoas” (E21).

Outros responderam que a divulgação é feita pela agência de turismo (4 pessoas); por meio de redes sociais como *facebook* e *twitter* (3 respondentes) e; material impresso e guia turístico (2 entrevistados). Conforme os entrevistados E14 e E19,

“Temos divulgado por meio de guia turístico, no site da agência de turismo e por meio de mídias sociais” (E14).

“Temos contato direto com agência de turismo, que traz o turista até a comunidade. Na comunidade os turistas são recebidos pelos condutores, que repassam as orientações necessárias.” (E19).

Na subcategoria CT_4. Apoio dos Governos Federal, Estadual, Municipal e FUNAI, o tema mais relevante foi: Regulamentação e apoio ao turismo indígena, abordado por 28 respondentes. O entrevistado E17, por exemplo, diz que “o Governo e FUNAI poderiam ajudar com regularização do turismo, poderiam apoiar a atividade no Estado e cooperar com as comunidades indígenas” (E17). Já o tema “melhoria na infraestrutura das comunidades indígenas, especificamente estradas, energia elétrica e saneamento”, foi mencionado por 17 pessoas. Como o entrevistado E5 que faz a seguinte afirmação: “Gostaríamos de ter mais apoio do Governo Federal no sentido de regulamentar o turismo; do Governo Estadual para providenciar melhorias na nossa estrada e facilitar o acesso a financiamento para o turismo” (E5). No mesmo sentido, o entrevistado E6 diz que,

“O governo federal poderia regularizar a situação do turismo indígena, pra que a gente tenha mais segurança ao trabalhar. O governo estadual tem que melhorar a infraestrutura, como pontes, estradas e saneamento, pra que a gente não fique isolado durante o período das chuvas” (E6).

O tema acesso a linhas de crédito e financiamentos para o turismo foi citado por 12 pessoas. Já a temática autonomia nas decisões foi mencionado por 10 pessoas, como se observa na fala do entrevistado E16 “Governos e FUNAI deveriam apoiar mais nossa vontade de trabalhar com turismo, porque foi uma maneira muito boa que encontramos de gerar emprego e aumentar a renda. O índio não quer depender do governo, não, quer ter autonomia sobre sua vida” (E16).

Por fim, 6 pessoas mencionaram a “elaboração e implementação de política pública para o turismo”. Nesse contexto, cabe mencionar a fala do respondente E15,

“Precisamos, acima de tudo, do apoio dos governantes tanto federal, estadual, como municipal e também da FUNAI. Que todos eles tivessem a mesma consciência que nós temos hoje, que é necessário o desenvolvimento econômico, sociocultural e ambiental de cada comunidade indígena, porque dessa forma, nós (índios e brancos) estaremos nos ajudando mutuamente, principalmente na área de preservação ambiental. Nós precisamos de infraestrutura e da regulamentação do turismo, pois sem a regulamentação a gente vai ficar se sentindo como se tivesse trabalhando de maneira ilegal” (E15).

A subcategoria CT_5 Potencial para o turismo apresentou três temas, são eles: Levantamento das potencialidades realizado entre 1999 e 2000, com 7 respondentes; experiência de outras comunidades, como as da Venezuela e Guiana, apresentando 13 menções e, os próprios moradores perceberam o potencial da comunidade, com 20 respondentes.

Quanto ao levantamento de potencialidades da comunidade, os respondentes fizeram as seguintes afirmações:

“Foi através de um levantamento feito em 1999, sobre o potencial para atividades econômicas da comunidade” (E17).

“Através de um levantamento realizado na comunidade pelo órgão estadual de turismo, que destacou diversos atrativos. Esse foi o impulso que faltava para dar início a ideia de se trabalhar com o turismo na comunidade” (E19).

“Em 2001 foi realizado um levantamento etnoambiental, por uma comissão de moradores da comunidade. Foram levantados possíveis atividades de geração de renda que poderiam ser trabalhadas. Assim, identificou-se então a piscicultura, artesanato, fruticultura, mandiocultura e turismo/ecoturismo” (E24).

Outros, como dito anteriormente, se inspiraram na experiência de comunidades indígenas da Venezuela e Guiana, como comentaram os respondentes E14 e E22,

“Nossa comunidade tem atrativos muito parecidos com a dos indígenas da Venezuela, e eles trabalham com turismo lá. Estão se desenvolvendo. Então pensamos em fazer o mesmo, pois temos trilhas, cachoeiras e outros atrativos para os turistas” (E14).

“Percebemos ao explorar as matas e igarapés da comunidade. Aqui se assemelha muito com a Guiana, onde tem ecoturismo indígena, e aí pensamos trabalhar nisso também” (E22).

A categoria seguinte aborda o Desenvolvimento do turismo nas comunidades indígenas, divide-se em cinco subcategorias, a saber: DT_1. O que o turismo representa para a comunidade; DT_2. Dificuldades encontradas no desenvolvimento do turismo; DT_3. Posicionamento da FUNAI com relação ao turismo indígena; DT_4. Influência do turismo no desenvolvimento local sustentável e DT_5. Capacitação para o turismo, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Desenvolvimento do turismo nas comunidades indígenas (CIs).

CATEGORIA 2	SUBCATEGORIAS	TEMAS ABORDADOS	E1	E2	E3	E4	E5	...	E40	TOTAL	
Desenvolvimento do turismo nas CIs	DT_1. O que o turismo representa	Alternativa de desenvolvimento econômico para as comunidades indígenas.	x	x	x				x	x	20
		Autonomia e controle para a comunidade aproveitar suas potencialidades.						x			12
		Emprego e renda para a comunidade.					x				11
	DT_2. Dificuldades encontradas	Infraestrutura insuficiente.			x		x	x	x		20
		Falta apoio e incentivo do poder público e órgãos indigenistas.				x				x	12
		Condições de acesso precárias.	x								9
		Burocracias quanto a regulamentação do turismo.								x	9
		Falta de planejamento para a atividade.									6
	DT_3. Posicionamento da FUNAI	A comunidade tem autonomia para escolher o que fazer. A FUNAI não pode impedir.			x						11
		Não impede, mas também não apoia o turismo.	x				x				10
		Nas primeiras tentativas de implantar o turismo, a FUNAI alegou que era proibido.				x		x	x		9
		A FUNAI não proíbe, mas tem a preocupação com relação a organização e a forma como o turismo vai ser desenvolvido.								x	7
		FUNAI sempre coloca barreiras diante do turismo, alega que a legislação não permite.			x						6
	DT_4. Influência do turismo no desenvolvimento local sustentável	Desde que seja bem planejado e organizado, respeitando a cultura indígena. Precisa ter apoio do poder público.					x	x			19
		Influencia porque gera mais emprego e renda para a comunidade. E os investimentos em infraestrutura podem beneficiar a coletividade.			x	x					12
		As experiências dos indígenas da Venezuela com o turismo, resultaram em melhores condições de vida para as comunidades.								x	10
		Influencia no sentido de ajudar a preservar o meio ambiente e valorizar nossa cultura e língua materna.	x								5
		Maioria dos que atuam no turismo tem capacitação.					x		x	x	15
	DT_5. Capacitação para o turismo	Capacitação acontece desde 1995, iniciaram com as oficinas de Municipalização do turismo da EMBRATUR.			x	x					10
		Os que atuam na coordenação do turismo já fizeram vários cursos. Mas precisam de atualização.	x					x			10
Os jovens precisam de capacitação.										6	

Fonte: Pesquisa 2012.

Na primeira subcategoria perguntou-se aos respondentes, DT_1. O que o turismo representa para a comunidade. Os temas mais frequentes foram os seguintes: Turismo é uma alternativa para o desenvolvimento econômico das comunidades indígenas, citada por 20 pessoas; O turismo traz autonomia e controle para as comunidades aproveitarem suas potencialidades, comentado por 12 pessoas e; Turismo gera emprego e renda para a comunidade, relatado por 11 pessoas.

Conforme se verifica na fala do entrevistado E11, “o turismo representa o nosso futuro, nosso desenvolvimento, porque é uma forma da gente ter mais autonomia e aproveitar todas as potencialidades da nossa comunidade e gerar mais empregos”. Nesse contexto, o respondente E14 corrobora que o turismo,

“É um passo muito importante para as comunidades indígenas, pois além de abrir uma nova frente de trabalho, reduz a migração dos jovens da comunidade para a cidade em busca emprego. E possibilita, principalmente, não ter a perda em massa da nossa cultura, que já está bastante fragilizada devido, entre outras coisas, a migração para buscar trabalho” (E14).

Por fim, o entrevistado E24 afirma que,

“Tenho uma posição favorável, embora com diversos critérios e ressalvas. No Brasil temos mais de 600 terras indígenas. Muitas em fases distintas de regularização. Dessa forma, o primeiro critério é pensar a atividade apenas em áreas já regularizadas (demarcada/homologada). A segunda observação também se refere a qual(ais) povo(s) estamos falando, já que, igualmente a questão das terras, estes passam do processos diversos de interação com a sociedade envolvidas. Assim, o mais coerente é trabalhar com povos que possuem maior compreensão da realidade não indígena e que, capacitados, possam gerar o(s) empreendimento(s). Entretanto, por suas particularidades, o turismo entre os povos indígenas precisa ter um foco extremamente definido: mostrar a(s) cultura(s) indígena, ou seja, estamos falando de um turismo essencialmente étnico. Não uma cultura forjada, criada para o mercado, mas, ela em sua essência, no seu cotidiano”.

A subcategoria seguinte, DT_2. Dificuldades encontradas no desenvolvimento do turismo. O tema mais frequente, mencionado por 20 pessoas, foi infraestrutura insuficiente para se trabalhar no turismo. Conforme explicam os entrevistados a seguir:

“A maior dificuldade é com relação a infraestrutura da própria comunidade. Ainda falta muita coisa, como banheiros, restaurante, alojamentos. A gente tem que organizar melhor essas coisas, pra poder dar um bom atendimento para os turistas” (E7).

“A infraestrutura é necessária, principalmente a energia elétrica. Por conta disso é que não construímos ainda o nosso restaurante, essencial para o tipo de atividades e serviços que oferecemos. Precisamos também construir nossas pousadas, mas dependemos também da energia, para oferecer maior conforto aos turistas. Como complemento vem o centro de recepção, que será bem organizado, com estrutura de recepção, espaço de primeiros socorros, etc. Tudo interligado a internet. Para nós, que já temos articulação com o mundo, essa comunicação é básica” (E24).

Outros temas recorrentes foram: a falta de apoio e incentivo do poder público e dos órgãos indigenistas, com 12 respondentes; condições precárias de acesso e burocracias quanto a regulamentação do turismo, abordados por 9 pessoas cada um. A falta de planejamento para a atividade, foi comentada por 6 entrevistados.

A subcategoria seguinte reflete a opinião dos respondentes quanto ao Posicionamento da FUNAI diante do turismo nas comunidades indígenas (DT_3). Essa etapa gerou cinco temas, a saber:

- A comunidade tem autonomia para escolher o que fazer, mencionado por 11 pessoas;
- A FUNAI não impede, mas também não apoia o turismo, conforme informado por 10 entrevistados;
- Nas primeiras tentativas de implantar o turismo, a FUNAI alegou que era proibido, comentado por 9 pessoas;

- A FUNAI não proíbe, mas tem a preocupação com relação a organização e a forma como o turismo vai ser desenvolvido, mencionado por 7 entrevistados;
- FUNAI sempre coloca barreiras diante do turismo, alega que a legislação não permite, relatado por 6 seis respondentes.

A próxima subcategoria é sobre a influência do turismo no desenvolvimento local sustentável - DT_4. Os temas mais comentados foram:

- O turismo tem influência positiva no desenvolvimento local das comunidades, desde que seja bem planejado, organizado e respeite a cultura indígena, conforme mencionaram 19 respondentes;
- O turismo pode influenciar no desenvolvimento, tendo em vista que é um gerador de emprego e renda para a comunidade, e os investimentos em infraestrutura tendem a beneficiar a coletividade, de acordo 12 entrevistados.
- As experiências dos indígenas da Venezuela com o turismo, que resultaram em melhores condições de vida para as comunidades, conforme citado por 10 respondentes.
- A influência do turismo no desenvolvimento local sustentável é principalmente no sentido de ajudar a preservar o meio ambiente e valorizar a cultura e língua materna, conforme mencionaram 5 respondentes.

Observou-se que vários respondentes tem uma visão positiva quanto aos benefícios do turismo. Nesse contexto, o entrevistado E3 afirma que,

“A comunidade já percebeu que o turismo traz benefícios, e está cada vez mais engajada com essa ideia. É mais dinheiro, mais emprego, mais infraestrutura pra comunidade. Todos ganham, porque ficou acertado que um percentual dos ganhos do turismo vai ser investido em melhorias pra toda a comunidade” (E3).

O entrevistado E11 comentou que “já enxergo esse desenvolvimento porque através do turismo as pessoas sempre tem um dinheiro extra. O turismo também tem melhorado o interesse nos mais jovens de ficar e trabalhar na comunidade”.

Na sequência, apresenta-se a subcategoria DT_5. Capacitação para o turismo. Maioria dos respondentes já passou por diversas capacitações, conforme comentaram 15 pessoas. Outras 10 pessoas disseram que a capacitação acontece desde 1995 e iniciaram com as oficinas do PNMT. Novamente 10 entrevistados responderam que, os que atuam na coordenação do turismo já fizeram vários cursos, mas precisam de atualização. Por fim, 6 respondentes disseram que os jovens querem trabalhar no turismo e precisam de capacitação. Conforme fala dos entrevistados E8, E17 e E27, a seguir:

“Maioria das pessoas que estão ligadas ao turismo tem capacitação. Mas tem muitos jovens que já querem trabalhar no turismo e nunca participaram de nenhum curso. Então precisamos de mais capacitação” (E8).

“Sim. A capacitação foi uma das melhores coisas que aconteceram aqui. Porque os moradores receberam orientações para que não degradem o meio ambiente, para receber bem e conduzir os turistas. As pessoas da comunidade tem consciência de como podemos trabalhar sem degradar o meio ambiente (E17).

“Recebemos muitos cursos em anos anteriores, mas acontece que muita gente se mudou da comunidade e muita gente chegou. Por isso, precisamos capacitar esse pessoal que quer trabalhar no turismo. Inclusive, já temos 50 jovens da comunidade matriculados em um curso técnico de turismo e hospitalidade que está acontecendo aqui mesmo na comunidade” (E27).

A terceira categoria aborda o Turismo e sua influência na dimensão ambiental, também dividida em cinco subcategorias, são elas: Inf.A_1. Necessidade de preservação de locais históricos ou arqueológicos; Inf.A_2. Consciência da importância de conservar o meio ambiente; Inf.A_3. Gerenciamento de resíduos sólidos; Inf.A_4. Controle de locais, que por sua fragilidade, são vedados aos turistas e Inf.A_5. Turismo tem afetado comportamento da fauna local, como mostra a Tabela 3.

Na subcategoria Inf.A_1, foram abordados dois temas principais, sendo o primeiro, manter as trilhas limpas e delimitadas para causar menos danos ao ambiente, com 22 menções; e o segundo, cuidados redobrados no sítio arqueológico, de modo que turistas e visitantes não deixem marcas, rabiscos ou assinaturas nas rochas que contém inscrições rupestres, comentado por 10 pessoas.

Tabela 3 - Influência do Turismo na dimensão ambiental

CATEGORIA 3	SUBCATEGORIAS	TEMAS ABORDADOS	E1	E2	E3	E4	E5	...	E40	TOTAL	
Turismo e dimensão ambiental	Inf.A_1. Preservação de locais históricos ou arqueológicos	Manter as trilhas limpas e delimitadas para causar menos dano possível.	x	x	x	x	x	x		22	
		Cuidados no sítio arqueológico para que não deixe marcas ou assinaturas nas rochas.				x				x	10
	Inf.A_2. Consciência da importância de conservar o meio ambiente	O índio sempre teve essa consciência, por depende da terra, do meio ambiente para viver.	x								18
		Consciência que o meio ambiente é um dos nossos principais atrativos.			x				x		14
	Inf.A_3. Gerenciamento de resíduos sólidos	Turistas e visitantes são orientados a não deixar lixo na comunidade.					x	x		x	8
		O lixo é jogado em um buraco e depois é queimado.	x					x	x	x	25
	Inf.A_4. Locais vedados aos turistas.	O lixo é colocado em um buraco e depois é enterrado.			x	x	x				15
		Nenhum lugar é vedado a visitação.			x				x	x	26
	Inf.A_5. Turismo e fauna local.	Turistas e visitantes só se dirigem aos atrativos se estiverem acompanhados de um condutor indígena.			x	x				x	15
		Não tem afetado porque são grupos pequenos e a frequência dessas visitas é baixa.	x	x	x			x			12
	Não.						x	x	x	28	

Fonte: Pesquisa 2012.

Com relação a subcategoria Inf.A_2 Consciência da importância de conservação do meio ambiente, três temas se destacaram:

- O índio sempre teve essa consciência, porque depende da terra, do meio ambiente para viver, mencionado por 18 entrevistados;
- Consciência de que o meio ambiente é um dos principais atrativos da comunidade, dito por 14 respondentes;

- Turistas e visitantes são orientados a não deixar lixo na comunidade, com 8 menções.

O respondente E19 falou que: “Com certeza, temos trabalhado muito essa questão. Frequentemente temos cursos de educação ambiental. Entendemos que a terra é nossa herança e dela temos que cuidar e manter” (E19). O entrevistado E29 complementa que “sim, na verdade sempre tivemos essa consciência, pois temos um modo de vida compatível com a conservação do meio ambiente”.

Outra subcategoria abordada foi a Inf.A_3. Gerenciamento de resíduos sólidos. Como os próprios respondentes informaram, é feito de maneira precária. Os temas resultantes são muito similares, como se apresenta a seguir: 25 entrevistados afirmaram que o lixo é jogado em um buraco e posteriormente queimado; 15 pessoas responderam que o lixo é colocado em buraco e depois é enterrado. Em função da deficiência no gerenciamento do lixo, as comunidades recomendam que os resíduos gerados pelos turistas sejam levados com eles ao final da visita. Tendo em vista que a comunidade não tem como acondicionar o lixo adicional. A esse respeito, o entrevistado E24 comenta,

“Não existe um sistema criado para isso ainda, cada família recolhe o seu, deposita num buraco cavado e mensalmente queima... no caso do lixo produzido pelos visitantes o lixo volta com eles, não fica na aldeia” (E25).

Na sequência, foi abordada a subcategoria Inf.A_4. Locais, que por sua fragilidade, são vedados aos turistas. Maioria, 26 respondentes afirmaram que nenhum lugar é vedado a visitação. De outro lado, 15 pessoas mencionaram que turistas e visitantes somente se dirigem aos atrativos quando acompanhados de um condutor indígena.

Quanto a subcategoria Inf.A_5 Aumento de turistas tem afetado o comportamento da fauna local, os entrevistados afirmaram que não tem afetado. Justificam que por trabalharem com grupos pequenos e com baixa frequência de visitas, a atividade não tem prejudicado a fauna da região.

Na Tabela 4 é apresentada a quarta categoria, Influência do turismo na dimensão sociocultural. As subcategorias são: Inf.SC_1. Volume de turistas recebidos; Inf.SC_2. Recomendação para que o turista não participe de alguma manifestação religiosa ou cultural; Inf.SC_3. Tradição cultural tem sido afetada pelo turismo; Inf.SC_4. Participação dos residentes nas atividades turísticas; e por fim, Inf.SC_5. Aumento na produção de artesanato.

Tabela 4 - Influência do Turismo na dimensão sociocultural

CATEGORIA 4	SUBCATEGORIAS	TEMAS ABORDADOS	E1	E2	E3	E4	E5	...	E40	TOTAL	
Turismo e dimensão sociocultural	Inf.SC_1. Volume de turistas na comunidade	Grupos pequenos, entre 8 e 12 pessoas.	x	x						16	
		Não tem capacidade para receber grupos grandes.			x	x	x	x	x	24	
	Inf.SC_2. Recomendação para que o turista não participe de manifestação religiosa ou cultural.	Nenhuma				x				x	32
		Turistas não são permitidos aos sábados, porque são Adventistas do Sétimo Dia.	x	x	x		x	x			8
	Inf.SC_3. Tradição cultural afetada pelo turismo.	Não.	x	x	x	x	x	x	x	x	40
		Participam como condutor de visitantes; na área de hospedagem; no setor de comidas e bebidas típicas e na comercialização de artesanato.	x			x				x	20
	Inf.SC_4. Participação dos residentes no turismo.	Diretamente participa a equipe do turismo.		x			x	x			13
		Os idosos contam as lendas e histórias de antepassados; os artesãos ensinam os turistas a fazer artesanato; as mulheres trabalham na cozinha; os jovens fazem apresentação de dança.				x					7
	Inf.SC_5. Aumento na produção de artesanato.	Aumentou em função do turismo.						x	x		10
		Aumentou. Não produz o suficiente para atender a demanda.		x	x	x				x	9
		Interesse nos jovens em aprender fazer o artesanato.									8
		Não teve aumento.									6
		Não aumentou. Só é procurado nas festas da comunidade.	x								7

Fonte: Pesquisa 2012.

Na subcategoria Inf.SC_1, foram salientados dois temas. No primeiro, mencionado por 16 pessoas, a comunidade recebe grupos pequenos, entre oito e doze pessoas. O tema seguinte traz a afirmação de que a comunidade não tem capacidade para receber grupos grandes, citado por 24 pessoas.

Nesse sentido, o respondente E3 afirma que, “Não tem como receber um grande número de turistas porque não temos infraestrutura adequada, além disso, evitamos danos ao meio ambiente. Preferimos grupos pequenos de até dez pessoas” (E3). Já o entrevistado E21, comenta que “recebemos em torno de quatro grupos por mês. Geralmente é um grupo por semana, essa é nossa capacidade de atender, devido nossa infraestrutura ser limitada” (E21).

Quanto a subcategoria Inf.SC_2. Recomendação para que o turista não participe de manifestação religiosa ou cultural, maioria dos respondentes, 32 pessoas, afirmaram que não há nenhuma recomendação desse tipo. Contudo, 8 pessoas comentaram que a única recomendação é que não são permitidos turistas aos sábados, em função de serem Adventistas do Sétimo Dia. Da mesma forma, na Inf.SC_3 Tradição cultural afetada pelo turismo, todos os entrevistados informaram que não, o turismo não afetou nenhuma tradição cultural.

Na subcategoria Inf.SC_4. Participação dos residentes no turismo obteve-se os seguintes temas:

- Participam na condução de visitantes, na área de hospedagem, no setor de comidas típicas e na comercialização de artesanato, conforme mencionaram 20 respondentes.
- Diretamente participa somente a equipe do turismo, conforme dito por 13 pessoas;
- Os idosos contam histórias e lendas; artesãos ensinam técnicas de trançado aos turistas; jovens fazem apresentação de danças, de acordo com resposta de 7 entrevistados.

A categoria a seguir, Inf.SC_5. Aumento na produção de artesanato, gerou cinco temas. Sendo que os dois primeiros ponderam que houve aumento em função do turismo (10 respondentes), entretanto, não se produz o suficiente para atender a demanda (9 entrevistados). No terceiro tema, abordado por 8 pessoas, os jovens passaram a se interessar em aprender as técnicas de artesanato. Por outro lado, no tema seguinte, 6 pessoas afirmaram que não houve aumento na produção de artesanato. E 7 pessoas comentaram que não houve aumento, somente no período de festas é que o artesanato é procurado.

Conforme comenta o entrevistado E6, “sim houve aumento, mas foi por causa do turismo, porque eles querem levar uma recordação daqui. Isso foi bom porque os jovens começaram se interessar mais em aprender confeccionar o artesanato” (E6).

A categoria 5 aborda o Turismo e a dimensão econômica. As subcategorias são: Inf.E_1. Melhoria na qualidade de vida; Inf.E_2. Parceria com agência de turismo; Inf.E_3. Frequência de turistas na comunidade; Inf.E_4. Atividades econômicas desenvolvidas e Inf.E_5. Dependência econômica do turismo, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 - Influência do Turismo na dimensão econômica

CATEGORIA 5	SUBCATEGORIAS	TEMAS ABORDADOS	E1	E2	E3	E4	E5	...	E40	TOTAL	
Turismo e dimensão econômica	Inf.E_1. Melhoria na renda e qualidade de vida.	Melhou para toda a comunidade, pois um percentual da renda do turismo é revertido em benefícios da coletividade.	x						x	11	
		Sim, porque é mais uma alternativa de renda.				x				11	
		Quase que semanalmente o turismo movimenta a comunidade.		x	x						9
	Inf.E_2. Parceria com agência de turismo.	Só melhorou para as pessoas que trabalham no turismo.						x		x	9
		Não temos parceria.	x	x		x					20
		Temos parceria com agência.				x				x	15
	Inf.E_3. Frequência de turistas na comunidade.	Somente depois de melhorar a infraestrutura da comunidade.						x			5
		Semanal.	x							x	8
		Quinzenal.							x		14
	Inf.E_4. Atividades econômicas desenvolvidas.	Algumas vezes dois ou três grupos na mesma semana, outras vezes apenas um grupo por mês.		x	x	x	x				18
		Agricultura, pecuária, pesca e turismo	x	x	x	x	x				22
	Inf.E_5. Dependência econômica do turismo.	Agricultura, turismo, comércio e funcionalismo público							x	x	18
		Não depende do turismo.	x	x						x	14
		Depende de todas as atividades desenvolvidas na comunidade.				x				x	16
		Depende da agricultura.				x	x				10

Fonte: Pesquisa 2012.

Analisando-se a subcategoria Inf.E_1 Melhoria na qualidade de vida, verificou-se que nos três primeiros temas, os respondentes concordam que: o turismo trouxe melhorias para toda a comunidade; que o turismo representa mais uma alternativa de renda e; quase que semanalmente o turismo movimenta a comunidade, totalizando 31 respondentes. Contudo, 9 entrevistados afirmaram que

o turismo só melhorou a qualidade de vida daqueles que trabalham diretamente na atividade. Como é possível constatar na fala dos respondentes E6 e E7,

“Tem melhorado sim. Isso é notório, porque toda semana, geralmente, tem um grupo, e a gente se reveza no atendimento, então, cada equipe tem oportunidade de ganhar com o turismo” (E6).

“Eu vejo que tem trazido recurso pra comunidade toda e individualmente também. Assim como dei o exemplo dos indígenas da Venezuela, eles trabalham para própria família e também pra comunidade. Isso é fundamental para a melhoria das comunidades. A gente consegue, aos poucos, juntar um dinheirinho pra construir os banheiros, casa de apoio, que a gente precisa. Além de ajudar os mais jovens, que ao invés de trabalharem na agricultura, tem a opção de trabalhar no turismo; é mais uma opção ‘pros’ mais jovens se empregarem. Aqui deveria ser como na Venezuela, que foi demarcada a área deles trabalharem com turismo. Por exemplo, a comunidade San Francisco de Juruani, são nossos parentes, eles trabalham com turismo e tem a sua própria agência. Tem a cooperativa e todos trabalham, ganham e ninguém atrapalha” (E7).

No que consiste a subcategoria Inf.E_2. Parceria com agência de turismo, 18 entrevistados disseram que não tem parceria; 19 pessoas afirmaram que tem parceria; enquanto que 03 respondentes afirmaram que somente irão trabalhar em parceria quando melhorarem a infraestrutura da comunidade, conforme se observa no comentário do respondente E24,

“Não, a decisão da comunidade é só estabelecer parceria com agência de turismo e hotéis da cidade quando estiverem em operações outros atrativos previstos, como a introdução do pesque-pague indígena nos lagos naturais da comunidade. Aí o investimento na divulgação será intensificado” (E24).

Com relação à subcategoria Inf.E_3. Frequência de turistas na comunidade, 8 pessoas responderam que é semanal; 14 respondentes mencionaram que é

quinzenal; e 18 entrevistados afirmaram que a frequência varia, algumas vezes a comunidade recebe de dois a três grupos por semana, outras vezes apenas um grupo por mês.

Na subcategoria Inf.E_4. Atividades econômicas desenvolvidas nas comunidades apresentam-se diversas atividades como agricultura, pecuária, pesca, comércio, turismo e funcionalismo público. Seguindo-se para a subcategoria Inf.E_5 Dependência econômica do turismo, verificou-se que os temas mais mencionados foram: não dependem do turismo, citado por 14 respondentes; depende de todas as atividades que adotaram na comunidade, mencionado por 16 pessoas e; depende da agricultura, foi a opção escolhida por 10 respondentes.

A sexta categoria aborda a Infraestrutura para o turismo e apresenta as seguintes subcategorias: Infra_1. Melhorias após o turismo; Infra_2. Infraestrutura existente é suficiente para atender aos turistas; Infra_3. Serviço de utilidade pública na comunidade; Infra_4. Necessidade de melhoria na infraestrutura; Infra_5. Acesso a comunidade, conforme mostra a Tabela 6.

Na subcategoria Infra_1. Melhorias após o turismo ocorreram quatro temas, a saber: Dinheiro que vem do turismo, citado por 16 pessoas; Construção do centro de convivência e Organização da comunidade, relevante para 14 respondentes cada um; Introdução de novas atividades, como a piscicultura e fortalecimento do artesanato, mencionado por 10 entrevistados.

Nesse contexto, os respondentes E3, E7 e comentam,

“A gente conseguiu construir o centro de convivência, que é onde nos reunimos para receber os turistas e onde servimos algumas das refeições. Outra coisa que mudou foi quanto a preservação da natureza e a limpeza das trilhas” (E3).

“Melhorou alguma coisa, pois agora a gente sempre pode contar com uma renda a mais no fim do mês, pois sempre temos um grupo de turistas aqui, pra gente trabalhar” (E7).

Tabela 6 - Infraestrutura para o turismo.

CATEGORIA 6	SUBCATEGORIAS	TEMAS ABORDADOS	E1	E2	E3	E4	E5	...	E40	TOTAL	
Infraestrutura para o turismo	Infra_1. Melhorias após o turismo	Dinheiro que vem do turismo.	x	x				x	x	16	
		Construção do centro de convivência.			x	x	x	x		14	
		Organização da comunidade.								x	14
		Introdução de novas atividades, como a piscicultura e fortalecimento do artesanato.									10
	Infra_2. Infraestrutura existente é suficiente para atender aos turistas	Infraestrutura é deficiente		x	x			x	x	x	26
		Capacidade para atender poucos turistas				x	x				11
		Falta orientação para acesso ao crédito para investir em infraestrutura				x	x	x			16
	Infra_3. Serviço de utilidade pública na comunidade	Bom		x				x			6
		Regular				x	x		x	x	19
		Ruim		x	x	x		x	x		15
	Infra_4. Necessidade de melhoria na infraestrutura	Construção de banheiros			x	x		x	x	x	30
		Construção de pousada / alojamento		x	x	x	x			x	24
		Construção de restaurante		x	x		x		x	x	20
		Espaço para comercialização de artesanato.				x		x		x	12
	Infra_5. Acesso a comunidade	Bom		x		x		x	x		25
		Razoável						x			5
		Ruim		x					x		15

Fonte: Pesquisa 2012.

A subcategoria seguinte questiona Infra_2. Se a infraestrutura existente na comunidade é suficiente para atender aos turistas. Assim, os respondentes afirmam que a infraestrutura é deficiente (26 entrevistados); o tema capacidade para atender poucos turistas, foi abordado por 11 pessoas e; o tema falta orientação para o acesso ao crédito e investimento em infraestrutura, foi lembrado por 16 pessoas.

O respondente E28 assevera que “como mencionei, nossa infraestrutura não atende a demanda, por isso tivemos que frear um pouco essas visitas” (E28). Já o entrevistado E1 afirma que a infraestrutura não é suficiente e que “a comunidade precisa construir alojamentos, banheiros, pra ter um apoio principalmente na época da chuva. No verão é bom, porque dá para fazer camping, utilizando barraca, mas nem todo mundo gosta de ficar em barracas...” (E1).

A próxima subcategoria, Infra_3. Serviços de utilidade pública, como abastecimento de água, energia elétrica, saúde pública e saneamento. Os temas presentes classificam-se em bom, regular e ruim. Apenas 6 pessoas afirmaram que o fornecimento dos serviços mencionados são bons. Contudo, para 19 entrevistados

se classificam como regulares; e para outros 15, são relacionados como ruim. Os entrevistados comentam que,

“Temos um posto de saúde que um agente todos os dias, mas médico, só a cada três meses. Temos energia elétrica somente durante doze horas por dia. Já a água tem em abundância. Saneamento também é um problema que tem que melhorar” (E1).

“Fornecimento de água é muito bom, mas energia só funciona durante metade do dia e saneamento é precário” (E9).

“Não estamos como gostaríamos, nem todos tem energia elétrica ou água encanada. O governo ficou de resolver, mas até agora nada. Então, por enquanto, nós mesmos vamos improvisando com motor de luz” (E24).

Na subcategoria Infra_4. Necessidade de melhoria na infraestrutura para o turismo foram citados diversos temas, a saber: construção de banheiros, reivindicado por 30 entrevistados; construção de pousada/alojamento, comentado por 24 pessoas; construção de restaurante, abordado por 20 pessoas; e por fim construção de um espaço para a comercialização de artesanato, sugerido por 12 respondentes.

“Os moradores da comunidade estão prontos para trabalhar com turismo, mas precisamos de melhorias na infraestrutura, construir alojamento, banheiros, restaurante... Estamos preocupados com isso, porque as pessoas vão chegando e não temos como acomodar” (E9).

“A princípio temos algumas metas dentro do nosso planejamento de trabalho. A construção das cabanas na comunidade, que está no planejamento desse ano até 2016 a gente começa a fazer a implantação dessas cabanas, tanto aqui fora como dentro da floresta. Outro ponto é o restaurante ecológico visto que já temos um pessoal capacitado esperando a implantação desse restaurante que vai gerar emprego direto para pessoas da comunidade” (E24).

Por fim a subcategoria Infra_5. Acesso à comunidade, cujos temas foram classificados como bom, razoável e ruim. Onde 25 respondentes afirmaram que o acesso é bom; 15 entrevistados concordaram que é ruim; e 5 pessoas mencionaram que é razoável. Duas das três comunidades pesquisadas tem acesso privilegiado, tendo em vista que fica à margem da BR-174, rodovia federal que liga o Amazonas ao Caribe venezuelano. Quanto a terceira comunidade, o acesso se dá por esta mesma rodovia, porém segue-se uma estrada de chão batido, distante 18km da rodovia, até a comunidade. Diante no exposto, os respondentes E1, E7 e E14 afirmam que,

“O acesso até a entrada da vicinal é asfaltado, mas daí por diante são 18 km de estrada em situação precária, o que dificulta um pouco o acesso. No inverno, por exemplo, é bem difícil chegar aqui na comunidade” (E1).

“O acesso pela rodovia (BR-174) é bom, mas a vicinal que dá acesso à comunidade está em situação precária e as pontes precisam ser trocadas. Esse é o ponto mais complicado, porque quando começa a chuva, por exemplo. Não dá pra qualquer veículo chegar até a comunidade” (E7).

“O acesso pode ser feito de carro ou de ônibus através da BR 174, que é asfaltada, depois tem mais 18 km até a comunidade, mas este trecho está precário e requer manutenção urgente” (E14).

No capítulo 5 será apresentada a discussão dos resultados referente a esta análise qualitativa.

4.5 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS

Nesta etapa segue a análise dos dados gerados por meio do questionário aplicado nas comunidades indígenas. A primeira parte refere-se aos dados sociodemográficos e a segunda etapa é referente à análise dos impactos do turismo nas dimensões social, cultural, ambiental e econômica na visão dos residentes.

4.4.1 Análise Sócio demográfica

Verificou-se que não há diferença considerável nos gênero dos respondentes. São do sexo feminino 48% dos respondentes, e os do sexo masculino totalizaram pouco mais de 51%, conforme Quadro 4.

		Frequência	Percentual	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	feminino	102	48,6	48,6	48,6
	masculino	108	51,4	51,4	100,0
	Total	210	100,0	100,0	

Quadro 4 - Gênero

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

No que se refere à situação de emprego dos respondentes, observou-se que 29,5% dos respondentes declararam que não estão empregados no momento; 23,7% informaram que são estudantes sem emprego ou subsídios, entretanto, alguns respondentes declararam que trabalham ocasionalmente no turismo. 12,5% dos respondentes são empregados em tempo parcial. Tanto os empregados em tempo integral, quanto os aposentados totalizaram 9,8% cada um. Enquanto que, os casualmente ou sazonalmente empregados totalizaram 8,5%. E por fim, os que marcaram a opção recebe pensão ou subsídios foram 1,3%, conforme Quadro 5.

		Frequência	Percentual	Valid Percent	Cumulativ e Percent
Valid	ETI - Empregado em tempo integral	22	9,8	9,8	9,8
	ETP - Empregado em tempo parcial	28	12,5	12,5	22,3
	CSE - Casualmente ou sazonalmente	19	8,5	8,5	30,8
	NEM - Não empregado no momento	66	29,5	29,5	60,3
	RPS - Recebo pensão ou subsídios	3	1,3	1,3	61,6
	APO - Aposentado	22	9,8	9,8	71,4
	EST - Estudante	53	23,7	23,7	95,1
	Outros	11	4,9	4,9	100,0
	Total	224	100,0	100,0	

* Respondentes marcaram mais de uma opção.

Quadro 5 - Situação de Emprego*

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

A renda, predominantemente, vem da agricultura conforme 39,5% dos respondentes. Nota-se que a segunda atividade é o turismo, com 33,1% das respostas, entretanto, ressalta-se que os respondentes não selecionaram a opção turismo como única atividade, ela sempre está acompanhada de alguma outra atividade. Na maioria dos casos, o turismo é a segunda fonte de renda dos respondentes, conforme se verifica no Quadro 6.

		Frequência	Percentual	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Agricultura	123	39,5	39,5	39,5
	Pesca	5	1,6	1,6	41,2
	Educação	29	9,3	9,3	50,5
	Comercio	6	1,9	1,9	52,4
	Turismo	103	33,1	33,1	85,5
	Outros	45	14,5	14,5	100,0
	Total	311	100,0	100,0	

* Respondentes marcaram mais de uma opção.

Quadro 6 - Renda*

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Observou-se que as comunidades indígenas onde a pesquisa foi aplicada, são compostas por uma população jovem, na faixa de 15 a 25 anos, com 32,38%. Pessoas com faixa etária entre 25 a 34 e 35 a 44, totalizaram pouco mais de 20%. E pessoas entre as faixas etárias 45 a 54, 55 a 64 e 75 ou mais, totalizaram menos de 10% cada uma, de acordo com o Quadro 7.

		Frequência	Percentual	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	15 a 25	68	32,4	32,4	32,4
	25 a 34	54	25,7	25,7	58,1
	35 a 44	42	20,0	20,0	78,1
	45 a 54	17	8,1	8,1	86,2
	55 a 64	12	5,7	5,7	91,9
	65 a 74	7	3,3	3,3	95,2
	75 ou mais	10	4,8	4,8	100,0
	Total	210	100,0	100,0	

Quadro 7 - Faixa Etária

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Vários respondentes comentaram que o turismo é uma atividade que pode fazer com que os jovens permaneçam nas aldeias. Pois existe uma forte tendência de os jovens deixarem a comunidade e migrarem para a cidade, em busca de emprego e melhores condições de vida. Maioria deles tem o segundo grau completo e muitos estão cursando nível superior e não querem mais trabalhar na agricultura, ficando essa atividade destinada aos mais velhos. Cerca de 50 pessoas da comunidade Boca da Mata, por exemplo, estão matriculados em um curso técnico de turismo e hospitalidade, ministrado pelo SENAC. É um indicador de que as pessoas estão investindo na atividade e pretendem atuar na área.

O Quadro 8, apresenta as áreas de atuação no turismo. Assim, 6 pessoas afirmaram trabalhar com acomodação; 36 respondentes atuam com restaurante/alimentação; 3 pessoas cuidam diretamente dos atrativos que estão dentro de suas áreas.

	Frequência	Percentual	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Acomodação	6	1,9	1,9	1,9
Restaurante/Alimentação	34	10,9	10,9	12,9
Atrativos	3	1,0	1,0	13,8
Guiamento	26	8,4	8,4	22,2
Artesanato	14	4,5	4,5	26,7
Outros	91	29,3	29,3	55,9
Total	174	55,9	55,9	

* Respondentes marcaram mais de uma opção.

Quadro 8 - Área do turismo em que atua*

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Quanto ao guiamento, estão envolvidas 26 pessoas; os artesãos totalizaram 13 respondentes e; 91 pessoas estão envolvidas em outras áreas de atuação, são em sua maioria idosos que trabalham contando histórias dos antepassados e lendas aos turistas, estão também incluídos aqueles que trabalham com fornecimento de matéria prima para o preparo de bebidas típicas.

No que se refere ao percentual da renda proveniente do turismo, verificou-se que a maioria dos entrevistados não sabe informar quanto da sua renda vem do turismo ou não possui renda no turismo, como se observa na Figura 11. Pode parecer contraditório este resultado, se comparado com o que foi apresentado no

Quadro 6, onde o turismo aparece como a segunda atividade mais praticada. Contudo, ressalta-se que menos da metade dos residentes das três comunidades, conseguem calcular quanto de sua renda é proveniente do turismo. A maioria, talvez pelo ritmo esporádico da atividade, não consegue precisar o percentual ganho com turismo.

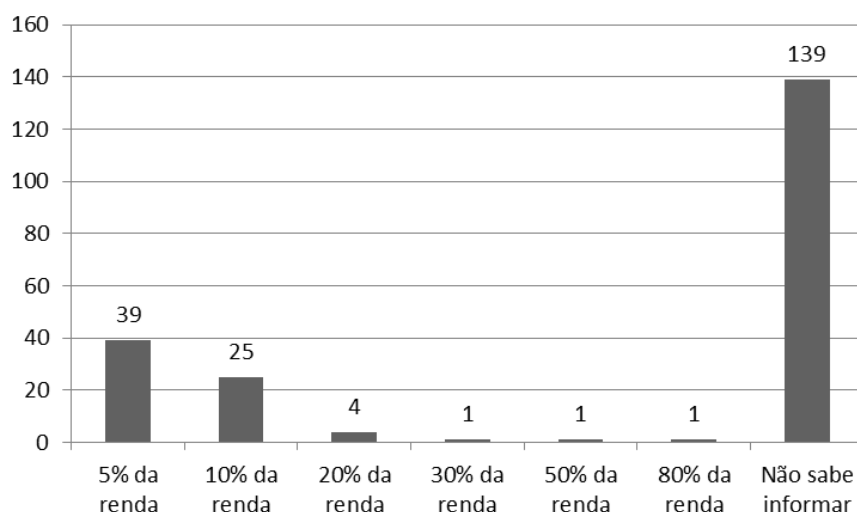


Figura 12 - Percentual de renda proveniente do turismo
Fonte: Pesquisa de campo (2012).

Três pessoas informaram que a renda proveniente do turismo está entre 30% a 80%. Quatro pessoas afirmaram que 20% de sua renda vêm do turismo; 25 pessoas afirmaram que os ganhos com o turismo giram em torno dos 10%. Por fim, 39 pessoas responderam que 5% de sua renda é oriunda das atividades de turismo.

4.4.2 Análise dos impactos do turismo nas dimensões social, cultural, ambiental e econômica.

Nesta fase, a Análise Fatorial Exploratória - AFE foi utilizada para analisar a unidimensionalidade das 40 afirmativas sobre sustentabilidade dispostas em cada uma das 4 dimensões estudadas na pesquisa, quais sejam: social, cultural, ambiental, econômica. No caso da AFE intrabloco, as dimensões são verificadas utilizando somente as variáveis em que foram propostas.

4.4.2.1 Análise Fatorial intrabloco dimensão Social

Na Tabela 7 são apresentadas as medidas resumo das análises, são elas: o número de dimensões estudadas, a percentagem de variância explicada e o alfa de *Cronbach* – utilizado para verificar a consistência da dimensão. No caso da AFE para dados categóricos, a medida alfa é utilizada para ajudar na escolha do número de dimensões a serem reduzidas, quando a dimensão apresenta alfa negativo, esta não deve ser selecionada para resumo dos dados.

Tabela 7 - Verificação unidimensionalidade Social

Dimension	Cronbach's Alfa	Variância Explicada	
		Auto Valores	% de Variância explicada
1	,797	3,535	35,346
Total	,797	3,535	35,346

Fonte: Pesquisa 2012.

Num primeiro momento, analisou-se o fato sobre as afirmações da dimensão social formar uma única dimensão, neste caso, uma análise obtendo 1 dimensão das 10 variáveis do constructo foi obtida. Esperava-se que a dimensão apresentasse alfa de Cronbach acima de 0,6 e % de variância acima de 0,5. Por meio da análise, percebeu-se que a primeira dimensão apresentou autovalor acima de 1 seguido de um Alfa de Cronbach de 0,797. Porém, o valor de % de variância explicada ficou em 0,35, número abaixo do esperado.

Uma medida para aumentar este valor foi retirar alguma afirmativa da dimensão, no caso, isto pode ser verificado através da análise da Tabela 8, em que se observou o grau de variância explicada de cada uma das dez variáveis da dimensão social.

Tabela 8 - Grau de variância explicada dimensão social

Variância Explicada		
Variáveis	Total (Vector Coordinates)	
	Dimension	Total
	1	
DIM_SOC1	.346	.346
DIM_SOC2	.313	.313
DIM_SOC3	.340	.340
DIM_SOC4	.257	.257
DIM_SOC5	.451	.451
DIM_SOC6	.383	.383
INV_DIM_SOC7	.323	.323
DIM_SOC8	.489	.489
DIM_SOC9	.432	.432
INV_DIM_SOC10	.202	.202
Active Total	3.535	3.535
% of Variance	35.346	35.346

Fonte: Pesquisa 2012.

Por meio da análise, percebeu-se que a primeira dimensão apresentou autovalor acima de 1 seguido de um Alfa de Cronbach de 0,695, além um valor de % de variância explicada em 0,52, número contido na faixa requerida. A Tabela 9 apresenta o resumo do processo.

Tabela 9 - Análise unidimensionalidade dimensão social

ACP	Alfa	Autovalor	% variância explicada	Variável a ser retirada
1	,797	3,535	35,346	10
2	,793	3,385	37,612	4
3	,785	3,196	39,950	7
4	,775	2,982	42,604	3
5	,759	2,720	45,337	1
6	,737	2,436	48,712	2
7	,585	1,781	44,533	6
8	,695	2,089	52,224	-

Fonte: Pesquisa 2012.

Através dos resultados da Tabela 10 obteve-se resultados significativos para formar a dimensão social, utilizando 4 das 10 afirmações propostas no questionário, isto é, alfas e % de variância acima de 0,5 e autovalor acima de 1. Esta dimensão apresentou os seguintes pesos.

Tabela 10 - Pesos dimensão social

Carga dos Fatores	
	Dimension
	1
DIM_SOC2	,718
DIM_SOC5	,728
DIM_SOC8	,735
DIM_SOC9	,709

Variable Principal Normalization.

Fonte: Pesquisa 2012.

4.4.2.2 Análise Fatorial intrabloco dimensão cultural

Num segundo momento, analisou-se o fato de a dimensão cultural ser unidimensional. Para isso, foi utilizado o mesmo procedimento realizado na dimensão social, ou seja, buscou-se obter uma dimensão que apresentasse valor Alfa acima de 0,6, variância explicada acima dos 50% e autovalor acima de 1. A Tabela 11 apresenta o processo resumido.

Tabela 11 - Análise unidimensionalidade dimensão cultural

ACP	Alfa	Autovalor	% variância explicada	Menor variância explicada	Variável a ser retirada
1	0,723	2,863	28,64	0,127	3
2	0,720	2,779	30,88	0,207	6
3	0,711	2,644	33,05	0,204	4
4	0,704	2,523	36,04	0,256	2
5	0,692	2,362	39,36	0,310	5
6	0,672	2,163	43,25	0,335	8
7	0,651	1,953	48,82	0,409	1
8	0,622	1,709	56,96	-	-

Fonte: Pesquisa 2012.

Por meio dos resultados da Tabela 12 obteve-se resultados significativos para formar a dimensão cultural utilizando 3 das 10 afirmações propostas no questionário, ou seja, alfas e % de variância acima de 0,5 e autovalor acima de 1. Esta dimensão apresentou os seguintes pesos.

Tabela 12 – Pesos dimensão cultural

Carga dos Fatores	
	Dimensão
	1
INV_DIM_CUL7	,780
INV_DIM_CUL9	,749
INV_DIM_CUL10	,734

Variable Principal Normalization.

Fonte: Pesquisa 2012.

4.4.2.3 Análise Fatorial intrabloco dimensão ambiental

Posteriormente, analisou-se o fato sobre a dimensão ambiental ser unidimensional, utilizou-se o mesmo procedimento realizado na dimensão social. Buscou-se obter uma dimensão que apresentasse valor Alfa acima de 0,6, variância explicada acima dos 50% e autovalor acima de 1. A Tabela 13 apresenta o processo resumido.

Tabela 13 - Análise unidimensionalidade dimensão ambiental

ACP	Alfa	Autovalor	% variância explicada	Menor variância explicada	Variável a ser retirada
1	0,844	4,162	41,62	0,020	9
2	0,854	4,147	46,08	0,150	10
3	0,859	4,030	50,37	0,245	1
4	0,862	3,835	54,78	0,281	5
5	0,868	3,612	60,20	0,425	7
6	0,867	3,266	65,31	0,482	6
7	0,869	2,874	71,85	-	-

Fonte: Pesquisa 2012.

Verifica-se por meio dos resultados da Tabela 14, resultados significativos para a dimensão ambiental utilizando 4 das 10 afirmações propostas no questionário, ou seja, alfas e % de variância acima de 0,5 e autovalor acima de 1. Esta dimensão apresentou os seguintes pesos.

Tabela 14 - Pesos dimensão ambiental

Carga dos Fatores	
	Dimensão
	1
INV_DIM_AMB2	,770
INV_DIM_AMB3	,893
INV_DIM_AMB4	,871
INV_DIM_AMB8	,851

Variable Principal Normalization.

Fonte: Pesquisa 2012.

4.4.2.4 Análise Fatorial intrabloco dimensão econômica

Da mesma forma, analisou-se o fato sobre a dimensão econômica ser unidimensional, utilizando-se do mesmo procedimento realizado nas dimensões anteriores. Buscou-se obter uma dimensão que apresentasse valor Alfa acima de 0,6, variância explicada acima dos 50% e autovalor acima de 1. A Tabela 15 apresenta o resumo do processo.

Tabela 15 - Análise unidimensionalidade dimensão econômica

ACP	Alfa	Autovalor	% variância explicada	Menor variância explicada	Variável a ser retirada
1	0,797	3,538	35,38	0,258	1
2	0,788	3,34	37,11	0,27	6
3	0,779	3,18	39,21	0,305	10
4	0,766	2,91	41,58	0,321	2
5	0,751	2,675	44,58	0,34	7
6	0,737	2,435	48,71	0,357	8
7	0,725	2,193	54,84	-	-

Fonte: Pesquisa 2012.

Através dos resultados da Tabela 16 obtiveram-se resultados significativos para formar a dimensão econômica. Utilizando 3 das 10 afirmações propostas no questionário, ou seja, alfas acima de 0,6 e % de variância acima de 0,5 e autovalor acima de 1. Esta dimensão apresentou os seguintes pesos.

Tabela 16 - Pesos dimensão econômica

Carga dos Fatores	
	Dimensão
	1
DIM_ECO3	,737
DIM_ECO4	,899
DIM_ECO5	,785

Variable Principal Normalization.

Fonte: Pesquisa 2012.

4.4.3 Comparação de Grupos

Mediante ao fato de que os *scores* das dimensões não apresentaram distribuição normal (Teste de Kolmogorov-Smirnov, Apêndice 1), foi utilizada a prova não paramétrica de Mann-Whitney para testar as diferenças entre dois grupos.

Nas Tabelas 17 e 18 foram comparadas as opiniões quanto a sustentabilidade no turismo, em cada dimensão, por gênero e atividade econômica.

Tabela 17 - Análise das dimensões por gênero

Sexo	Feminino	Masculino	Asymp. Sig. (p)
D. Social (mean-rank)	99,430	111,240	0,149
D. Cultural (mean-rank)	102,470	108,360	0,448
D. Ambiental (mean-rank)	102,220	108,600	0,360
D. Econômica (mean-rank)	104,980	105,990	0,890

Fonte: Pesquisa 2012.

Através das análises, percebe-se que os respondentes do sexo masculino demonstraram maior grau de positividade em relação a sustentabilidade no turismo como é visto na Tabela 17 através dos valores de *mean-rank* de cada dimensão. Porém, ao observar os valores de *p* (Asymp. Sig), percebe-se que não existe diferença significativa (para que a diferença seja significativa, Asymp. Sig. menor que 0,05) entre os respondentes, ou seja, percebe-se que a opinião dos gêneros quanto a sustentabilidade é indiferente.

Também foram analisadas as diferenças entre as opiniões nos grupos divididos por atividade econômica. A princípio, as diferenças analisadas foram entre as atividades de agricultura e depois as atividades de turismo. Diante disto, pode-se demonstrar como os respondentes opinaram a respeito de quais dimensões estudadas possuem importância significativa na sustentabilidade no turismo.

Através das análises, percebe-se que os respondentes atuantes na área de agricultura demonstraram maior grau de positividade em relação a sustentabilidade no turismo na dimensão cultural, como é visto na Tabela 18 com o valor de *mean-rank* de 107,46.

Tabela 18 - Análise das dimensões por atividade (agricultura)

Agricultura	Não	Sim	Asymp. Sig. (p)
D. Social (mean-rank)	116,310	97,850	0,026
D. Cultural (mean-rank)	102,720	107,460	0,547
D. Ambiental (mean-rank)	113,630	99,750	0,050
D. Econômica (mean-rank)	110,490	101,970	0,250

Fonte: Pesquisa 2012.

Porém, ao observar o valor de *p*, percebe-se que não existe diferença significativa entre os respondentes.

Observa-se que existiram diferenças significativas nas dimensões social e ambiental, com os valores de 0,026 e 0,05 respectivamente. Percebe-se que os respondentes atuantes na área de turismo demonstraram maior grau de positividade em relação a sustentabilidade no turismo na dimensão cultural, como é visto na Tabela 19 com o valor de 120,96.

Tabela 19 - Análise das dimensões por atividade (turismo)

Turismo	Não	Sim	Asymp. Sig. (p)
D. Social (mean-rank)	122,670	87,660	0,000
D. Cultural (mean-rank)	90,620	120,960	0,000
D. Ambiental (mean-rank)	108,250	102,640	0,421
D. Econômica (mean-rank)	105,300	105,700	0,956

Fonte: Pesquisa 2012.

Ao observar o valor de Asymp. Sig., percebe-se que existe diferença significativa entre os respondentes, ou seja, para as pessoas que trabalham na área de turismo, o impacto no desenvolvimento da comunidade é maior na dimensão cultural. Observa-se que existiram diferenças significativas na dimensão social com valor de 0,000. Porém, os menores valores de “*mean rank*” foram relacionados com a área de turismo, isto é, 87,66, o que demonstra que as demais áreas possuem maior positividade em relação à sustentabilidade na dimensão citada.

A presente etapa foi realizada para atender ao terceiro objetivo proposto nesta pesquisa: analisar os impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais do turismo nas comunidades indígenas na perspectiva dos residentes. O resultado da análise fatorial (pela análise de componentes principais para dados categóricos) confirmou o pressuposto teórico da existência de quatro fatores (social, cultural, ambiental e econômica), ou seja, todos os itens que as compõem remetem ao mesmo tópico. Assim, os fatores social, ambiental e econômico ficaram com quatro variáveis, após as retiradas. Já o fator cultural ficou com três variáveis formando a dimensão. Ressalta-se que se procedeu a eliminação de alguns dos itens do questionário, com o intuito de melhorar o poder de explicação de cada fator.

Para realizar os testes de comparação de grupos foram utilizadas as dimensões social, cultural, ambiental e econômica. Os *scores* foram estimados conforme as categorias encontradas nas análises fatoriais, o que gerou as variáveis das dimensões citadas. Após a exposição e a análise dos dados, apresenta-se a discussão dos principais resultados encontrados, cotejando-os com a literatura.

CAPÍTULO 5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 POLÍTICA INDIGENISTA E TURISMO

Com relação às políticas públicas indigenistas e a atividade de turismo, os resultados deste estudo mostraram a ausência de clareza e regulamentação quanto à atividade em terras indígenas.

Apesar de a C.F./88 garantir aos povos indígenas o direito ao desenvolvimento, não estabelece as diretrizes, tampouco deixa claro a quem pertence a responsabilidade de garantir este direito, tendo em vista a desorganização do processo de descentralização da política pública indigenista. Conforme afirma Michi (2007), as políticas públicas indigenistas são fragmentadas e dispersas entre diversos órgãos governamentais, como FUNAI, Ministério da Saúde (MS), Ministério da Justiça (MJ), Ministério do Meio Ambiente (MMA), dentre tantos outros. O que dificulta a atuação e garantia de direitos aos povos indígenas.

Só recentemente por meio do Decreto 7.747, que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), é que a legislação brasileira mencionou apoio às atividades de etnoturismo e ecoturismo indígena (art. 4º, V, g), entretanto, as diretrizes de como deve ocorrer, e a quem cabe a responsabilidade de executar esta política, não foi mencionada na legislação. Verificou-se ainda, o desconhecimento dos órgãos descentralizados quanto à alteração no Decreto mencionado.

Em relação a FUNAI, principal órgão indigenista no âmbito do Executivo Federal, foram consideradas diversas dificuldades em sua atuação, como orçamento reduzido; incertezas jurídicas; pessoal insuficiente; dentre outras (EF-1; 4 e 9). Dada a ausência de um cenário jurídico claro no processo de introdução do turismo em terras indígenas, bem como, na indefinição das atribuições da FUNAI, verifica-se uma limitação para o efetivo desenvolvimento e defesa dos direitos dos povos indígenas.

Tal argumento pôde ser constatado durante as entrevistas com os indígenas das três comunidades pesquisadas, que afirmaram que um dos principais entraves quanto ao efetivo desenvolvimento do turismo, seria a falta de envolvimento do poder público Federal, Estadual e Municipal. O governo tem um papel fundamental no sustento da atividade. Conforme Bagul (2005), na maioria das experiências de turismo indígena espalhados pelo mundo, o governo intervém com planos de incentivos e política pública, ou seja, existe todo um aparato por trás dessas iniciativas.

Esse resultado se contrapõe à ideia de que os mecanismos regulatórios do Estado deveriam ser dispensados por sua ineficiência e inflexibilidade. Os próprios indígenas são favoráveis a uma participação efetiva do poder público, não no sentido paternalista/assistencialista, mas no sentido de promover a regulamentação da atividade e, de forma permanente, monitorar os impactos advindos do turismo. De forma a garantir o etnodesenvolvimento dos povos indígenas, que para Verdum (2002), é a capacidade social de se desenvolver considerando o aproveitamento de sua cultura e experiências históricas. Observa-se que os indígenas desejam um desenvolvimento que permita acrescentar autonomia, controle e liberdade para os povos indígenas. Sobre a questão da autonomia, Souza (1997) evidencia que o turismo, segundo a perspectiva do desenvolvimento social, pode ser considerado uma atividade econômica importante, mas que deve ser disciplinada segundo as necessidades das comunidades locais.

Ressalta-se que o que se pretende ao regulamentar o turismo não é burocratizar e aumentar os entraves para as comunidades indígenas, ao invés disso, é necessário criar normas claras, coerentes com o envolvimento das comunidades em sua elaboração, de modo que simplifiquem e tornem efetivo o desenvolvimento da atividade.

5.2 HISTÓRICO E ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TURISMO INDÍGENA

As três comunidades pesquisadas atuam no turismo há pelo menos dez anos. Duas delas participaram das oficinas do Programa de Municipalização do Turismo – PMNT, do Governo Federal ainda na década de 1990. A partir de então, passaram a atuar no turismo sem qualquer apoio do poder público, sendo essa, inclusive, uma das principais dificuldades em desenvolver a atividade.

Antes de continuar a discussão acerca da organização e gestão do turismo indígena nas comunidades pesquisadas, é pertinente relembrar a definição de turismo indígena. Que segundo Hinch e Butler (1996) é a atividade turística em que os povos indígenas estão diretamente envolvidos e têm controle sobre a atividade. Assim, o turismo que acontece nessas comunidades pode ser considerado turismo indígena, tendo em vista que eles próprios organizam e gerenciam a atividade, sem qualquer participação do Governo, ONGs ou qualquer outra instituição.

Os residentes das três comunidades concordam que o turismo é uma alternativa para o desenvolvimento econômico das comunidades, que proporciona novas oportunidades de emprego e renda, além de promover a autonomia e controle dos residentes no sentido de aproveitar as potencialidades culturais e naturais existentes. Essa afirmativa corrobora com a literatura, pois como comenta Sinclair (2003), as comunidades indígenas da República Cooperativista da Guiana, são ricas em recursos naturais e culturais, e consideram o turismo como atividade alternativa para gerar consideráveis ganhos econômicos. Em substituição às indústrias extrativistas, atualmente em declínio, que dominaram as suas economias por muitas décadas. O mesmo vem ocorrendo em comunidades indígenas do Brasil.

Entretanto, na Guiana a situação do turismo indígena é diferente do que ocorre no Brasil. Naquele país a atividade possui legislação própria, o segmento é reconhecido e recebe incentivos do poder público (SINCLAIR, 2003). Na Venezuela, da mesma forma que na Guiana, o turismo indígena possui regulamentação, e os povos indígenas da fronteira Venezuela/Brasil vivem basicamente do turismo.

Quanto a organização do turismo, as comunidades possuem algumas similaridades. Observou-se que nas três comunidades existe uma equipe que coordena e opera as atividades de turismo. As equipes são compostas por dez a quinze pessoas, a maioria possui formação de condutor de visitantes, e trabalham

em regime de escala. Esses dados caracterizam o turismo indígena nas comunidades em questão, pois conforme Parker (1993) apud Zeppel (2006) o turismo indígena ou aborígine é aquele em que o produto turístico é de propriedade, emprega ou é operado pelos povos indígenas.

Ryan e Aicken (2005) mencionaram que pode ocorrer de os indígenas tornarem-se reféns de grupos de empresários. Durante a pesquisa, percebeu-se que tal fato não ocorre nas comunidades pesquisadas. A única comunidade que trabalha em conjunto com empresários (agência de turismo) é a CI Bananal, e como eles mesmos mencionaram existe uma parceria entre a comunidade e a agência. Essa última divulga a comunidade em seu site, fecha pacotes e leva grupos pré-agendados até a comunidade. Nesse caso, não existe o que Ryan e Aicken chamam de patronagem, o que existe é uma relação de parceria entre a comunidade e agência em questão. As demais comunidades decidiram não fazer qualquer parceria com agências, uma pelo fato de não ter infraestrutura suficiente para atender a demanda que pode ser gerada, a partir de do aumento na divulgação; e a outra porque pretende ter sua própria agência.

Outro aspecto importante a mencionar é a questão da infraestrutura turística nas comunidades indígenas. Segundo os residentes, o turismo só não deslanchou ainda, por não terem condições de investir em infraestrutura turística básica, como pousada e restaurantes. Os indígenas reclamam que não têm apoio do poder público no sentido de orientá-los acerca de acesso ao crédito para o turismo; que a atividade sequer entra na pauta de discussão das políticas públicas do Estado.

Embora o Executivo Federal, por meio do Ministério do Turismo, destaque o ecoturismo como um segmento que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações locais, como afirma Brasil (2006). Na prática, segundo os residentes, não existe nenhum incentivo ao ecoturismo indígena, apesar de todo o potencial existente e da vontade das comunidades. Essas continuam aquém do alcance das políticas públicas nacionais para a expansão do negócio turismo. Nesse contexto, Lohmann e Netto (2008) mencionam que as políticas públicas devem ser elaboradas tanto para fomentar o turismo interno, quanto para competir no concorrido mercado

internacional, mas em ambas as situações, devem ser compostas por: planejamento, estratégias, objetivos e ações específicas para o setor.

5.3 IMPACTOS SOCIAIS, CULTURAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS DO TURISMO INDÍGENA NA PERSPECTIVA DOS RESIDENTES.

Como dito anteriormente, o turismo indígena vem ocorrendo sem a participação de qualquer órgão do poder público. Nesse contexto, não existe um planejamento da atividade em nível Municipal ou Estadual. A atividade ocorre há pelo menos dez anos e não se tem notícia de estudos de impactos de qualquer natureza, contrariando as recomendações existentes na literatura, como as da OMT (2004), que afirmam que o turismo requer monitoramento constante dos impactos, introduzindo medidas preventivas ou corretivas sempre que necessário. Outros autores mencionam que os processos de gestão do turismo deve se basear num conceito que permita a identificação de soluções eficiente e eficazes, incluindo política, planejamento e desenvolvimento de forma a garantir que os benefícios do turismo sejam distribuídos equitativamente entre todas as partes interessadas (DOUGLAS, 2006; RUHANEN, 2006; LIM E COOPER, 2009).

Com base no exposto, o que se pretendia com esta etapa da pesquisa, era verificar a opinião dos residentes quanto à sustentabilidade do turismo, verificando os impactos positivos advindos dessa atividade nas dimensões social, cultural, ambiental e econômica. Assim, diante dos resultados da comparação por grupos, percebeu-se que o turismo pode impactar positivamente as comunidades indígenas quanto às dimensões social, ambiental e cultural, segundo a opinião dos residentes, o que é consistente com as afirmações de autores como Kalson (2009) que afirma que o TBC, além de ser capaz de contribuir para o desenvolvimento sustentável, pode trazer efeitos imediatos tanto para as comunidades receptoras quanto para os visitantes.

Para os atuantes da área de agricultura impactos positivos ocorrem na dimensão social, principalmente nas afirmações de que os residentes podem frequentar as áreas naturais com poucos turistas presentes (questão 2); o turismo é desenvolvido de acordo com os valores da comunidade (questão 5); o turismo tem efeito positivo na qualidade de vida individual (questão 8) e; o aumento no número de turistas não é um fator para os residentes não deixarem a comunidade (questão 9).

Para os atuantes da área de turismo os impactos positivos ocorrem na dimensão cultural, principalmente nas afirmações: não houve aumento de queixas contra os turistas (questão 17 invertida); os moradores não se sentem intimidados com a presença dos turistas (questão 19 invertida) e; o turismo não tem causado conflitos éticos na comunidade (questão 20 invertida). Como mencionado anteriormente, talvez esse fato se deva ao baixo número de visitantes. Daí a importância de monitoramento e indicadores, como mencionado anteriormente. Visto o desejo dos indígenas em ampliar o fluxo de turistas nas comunidades.

Para os atuantes nas demais atividades econômicas, os impactos positivos ocorrem na dimensão ambiental, principalmente nas afirmações de que o turismo não promove a violação das normas locais (questão 22 invertida); o turismo não piorou a qualidade da água (questão 23 invertida); o turismo não ocasionou o desaparecimento da fauna (questão 24) e; de que o turismo não ocasionou o desaparecimento da flora (questão 28).

Resultados apontam que os impactos advindos do turismo, segundo a opinião dos residentes, foram positivos até o momento. Pode-se inferir que a atividade é sustentável nas dimensões social, cultural e ambiental. Entretanto, essa afirmação seria prematura, dado que existiram evidências, a partir de outros dados coletados e observados nessa pesquisa, de que a atividade não possui um planejamento adequado a curto, médio e longo prazo, bem como, não conta com apoio do poder público no sentido de regulamentar e prover incentivo à atividade. Outro ponto a destacar, é com relação à sustentabilidade econômica, que não apresentou resultado representativo. Uma das razões para este resultado pode ser o fato de as comunidades operarem com número reduzido de visitantes. Talvez esse resultado fosse diferente se houvesse um fluxo maior de turistas nesses destinos.

Nesse contexto, considera-se necessário o permanente monitoramento da atividade nas terras indígenas. Tendo em vista que, segundo Butler (1999) mesmo que a atividade seja focada no turismo sustentável em qualquer uma de suas dimensões e seja desenvolvido por residentes locais, sem a utilização de indicadores precisos, confiáveis e monitoramento, não se pode confirmar a sustentabilidade de qualquer destino turístico. A OMT (2002) reforça ainda, que os princípios de sustentabilidade, referem-se aos aspectos ambientais, econômicos e socioculturais do desenvolvimento do turismo. Um equilíbrio adequado deve ser estabelecido entre estas dimensões para garantir a sua sustentabilidade em longo prazo. O que, conforme resultado analisado, ainda não ocorre em todas as dimensões nas comunidades pesquisadas.

5.4 INFLUÊNCIAS DO TURISMO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Não é de hoje que se tem visto na literatura, que o turismo pode influenciar no desenvolvimento local de comunidades, dependendo do modo como é planejado e organizado. Rome (1999), por exemplo, afirma que o ecoturismo é uma estratégia muito utilizada em áreas protegidas, como é o caso das terras indígenas, tanto para apoiar a conservação, como para oferecer oportunidades de geração de renda às populações locais. Ainda segundo a autora, o ecoturismo é visto como uma abordagem positiva para promover o desenvolvimento local sustentável em áreas naturais de todo o mundo.

Verificou-se que essas três comunidades têm sido, ao longo dos anos, protagonistas, ainda que emergentes, de seu próprio desenvolvimento. Nesse contexto, cabe lembrar a definição de turismo de base local. Dado que a atividade tem demandado a mobilização das lideranças locais, bem como, a cobrança pela regulamentação e elaboração de projetos de desenvolvimento do turismo indígena junto às autoridades locais. Como comenta Buarque (1996), o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar todas as potencialidades locais, a fim de que possa

contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, no contexto social, econômico e ambiental, tornando-se assim, consistente e sustentável.

As comunidades perceberam seu potencial para o turismo, umas por meio de levantamento de potencialidades, outras pelas similaridades com destinos turísticos já consolidados em países vizinhos. Em ambos os casos, verifica-se que além do potencial para o turismo, os residentes concordam e querem desenvolver a atividade. Esse argumento se ajusta ao significado de turismo de base comunitária, que para Butts e Singh (2010) é uma forma de envolver as comunidades na gestão dos seus recursos ambientais e culturais, bem como, nas práticas que contribuem e dão incentivos a essas atividades, ou seja, o TBC se baseia na participação ativa da comunidade local.

Em outras palavras, os sujeitos locais (no caso os indígenas), são os responsáveis pelos seus próprios projetos de desenvolvimento local. Entretanto, necessitam do apoio do poder público, como mencionado anteriormente, especificamente no que consiste a regulamentação do turismo em terras indígenas, bem como, na criação de políticas públicas de incentivo à atividade. Tais políticas públicas devem ser criadas em conjunto com as comunidades, a fim de evitar o que aborda Byrd (2007), que as decisões sobre o desenvolvimento do turismo são feitas de cima para baixo, onde “especialistas” ou o poder público tomam as decisões que muitas vezes não refletem os interesses e opiniões da comunidade local. Assim, é pertinente lembrar que, no caso das comunidades indígenas os benefícios da atividade são maximizados que orientados por seus próprios líderes.

CAPÍTULO 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo responder a questão de pesquisa, como o turismo pode influenciar no desenvolvimento local sustentável dos povos indígenas de Roraima? Partiu da premissa de que o turismo pode influenciar no desenvolvimento local sustentável de comunidades indígenas. Dentro desta lógica, procurou-se identificar os aspectos político-legais do turismo em terras indígenas; descrever o histórico e a organização do turismo indígena e analisar os impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais do turismo nas comunidades indígenas sob a ótica dos residentes.

Verificou-se que o turismo indígena vem ocorrendo na Reserva São Marcos (RR), precisamente nas comunidades Bananal, Nova Esperança e Boca da Mata há pelo menos dez anos. O turismo que ocorre nessas comunidades é fruto da organização dos residentes, que aproveitam suas potencialidades culturais, naturais e a realização de eventos locais para atrair visitantes, gerar emprego e renda para os moradores.

Como mencionado acima, a atividade é organizada pelos próprios moradores. Em cada uma das comunidades existe uma equipe que coordena o turismo e geralmente trabalham em regime de escala. Existe um rodízio de pessoas que atendem a demanda de turistas, de forma que todos os envolvidos participem da atividade. Entretanto, como a demanda de turistas é pequena, existe um descontentamento por parte de membros da equipe, tendo em vista que o trabalho não é contínuo, mas sazonal. A equipe que recepciona um grupo no início do mês, por exemplo, não raro só volta a atender no mês seguinte.

No que se refere a política indigenista e sua relação com o turismo, observou-se um vazio legislativo sobre a regulamentação da atividade. Um aspecto positivo que pode ser citado é a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, instituída recentemente por meio de Decreto presidencial. O referido documento menciona que as atividades de etnoturismo e ecoturismo devem ser apoiadas, entretanto, não deixa claro a forma como se deve proceder, nem o órgão

responsável. Outro fato preocupante é o desconhecimento dos próprios indígenas quanto à existência deste Decreto.

No que se refere ao aspecto econômico, pôde-se constatar, de maneira geral, um incremento na renda das comunidades indígenas. Como mencionado por vários residentes, este aumento na renda é percebido mais individualmente do que coletivamente. Verificou-se que a maioria não sabe informar ou não tem renda proveniente do turismo. Assim, não se pode precisar os ganhos anuais advindos da atividade. Tal fato dificulta o planejamento de ações futuras, bem como, investimentos em infraestrutura.

A infraestrutura incipiente foi um dos entraves ao desenvolvimento do turismo, seguida da ausência de regulamentação da atividade. Os indígenas acreditam no turismo como sendo uma alternativa que pode lhes garantir o desenvolvimento local, contudo, a atividade não tem proporcionado os resultados esperados, principalmente, em função de não ter apoio do poder público. Os indígenas reivindicam apoio, no sentido da elaboração de políticas públicas de incentivo ao turismo, ao mesmo tempo almejam informações sobre acesso ao crédito para investir em infraestrutura. Dado que as comunidades não possuem infraestrutura adequada para receber turistas. Uma delas, inclusive, decidiu interromper as visitas em função da deficiência neste tópico. As demais reduziram ao mínimo possível o número de visitantes.

Existe aí um contrassenso, de um lado as comunidades querem se desenvolver por meio do turismo aproveitando seu potencial; e por outro lado não conseguem por não possuírem os meios necessários para transformar o potencial em produto turístico consolidado. Em outras palavras, a renda proveniente do turismo não é suficiente para garantir investimento em infraestrutura; ao mesmo tempo não podem receber um fluxo maior de turistas, embora aumentasse a renda, porque não possuem infraestrutura que suporte o aumento da demanda.

O turismo em TI, no contexto legal, deve seguir as regras da legislação vigente, tendo em vista que o território indígena é definido como área protegida. Por outro lado, é urgente a demanda das populações indígenas por melhorias na qualidade de vida, emprego e renda, por meio de atividades alternativas que, ao

mesmo tempo em que ajudam no desenvolvimento destas populações, sejam menos danosas aos recursos naturais e culturais das comunidades.

No aspecto sociocultural, os povos indígenas perceberam melhorias na autoestima, na valorização da cultura e um aumento no interesse dos mais jovens em aprender a língua materna. As festas típicas e o artesanato também passaram a ser mais procurados. Pode-se afirmar que o ponto alto da demanda de turistas é durante a Feira de Empreendedores Indígenas, que acontece anualmente no município de Pacaraima (RR) e reúne todas as comunidades da Reserva São Marcos. Trata-se de uma oportunidade para a comercialização de comidas e bebidas típicas; gêneros alimentícios como frutas e legumes produzidos nas comunidades, bem como, o artesanato indígena. A feira promove ainda com uma programação cultural, com apresentação de danças e rituais festivos com trajes típicos. Além disso, promove reuniões e palestras acerca de temas variados, como saúde, negócio, agricultura, piscicultura, turismo, dentre outros.

Já no aspecto ambiental verificou-se o interesse em conservação do meio ambiente, na redução das queimadas, manutenção das trilhas e limpeza nos arredores da comunidade. De modo geral, as três comunidades possuem rios e matas preservadas e com abundância de animais silvestres, possíveis de se observar com facilidade. Constataram-se também problemas de saneamento básico e gerenciamento dos resíduos sólidos nas comunidades pesquisadas. Como forma atenuar os problemas dos resíduos sólidos, uma das comunidades recomenda que os turistas levem de volta todo o lixo produzido, esta ação é acordada previamente com os turistas, que geralmente estão de acordo com esta medida.

Os povos indígenas das comunidades pesquisadas reivindicam autonomia e controle sobre suas atividades e suas terras, e o turismo pode concorrer para isso. As comunidades Bananal, Nova Esperança e Boca da Mata, podem ser consideradas como um destino turístico indígena emergente no Estado de Roraima, sendo necessário para isso, a intervenção do poder público e órgãos indigenistas, cada um atuando em sua área, dando suporte ao planejamento, monitoramento da atividade, além de orientação na questão de acesso ao crédito. De modo que o turismo se torne uma atividade sustentável para as comunidades em todos os aspectos, quais sejam, social, cultural, ambiental e econômico.

Com base no exposto, sugere-se que sejam priorizadas ações que visem transformar as iniciativas existentes em destinos de excelência em turismo indígena, criando assim, condições para que outras comunidades se inspirem nesses modelos.

Verificou-se que a aplicação de um instrumento internacional, ainda que adaptado, aparentemente pode não ter sido tão significativa como se esperava para analisar a sustentabilidade da atividade, dado que tais indicadores somente verificaram as condições aparentes e retrataram unicamente as opiniões dos residentes. Assim, considera-se pertinente a elaboração de indicadores para a gestão do turismo indígena, envolvendo em sua construção os atores sociais representativos e as comunidades locais. Indicadores que tratem de questões preventivas e não somente corretivas, para dessa maneira, minimizar os possíveis impactos negativos do turismo. Em outras palavras, sugere-se desenvolver um sistema de indicadores capaz de medir e acompanhar a evolução da sustentabilidade do turismo indígena. Pois, como abordado na literatura, os indicadores são essenciais para o monitoramento das atividades turísticas, bem como, para a gestão do processo de desenvolvimento por meio do turismo.

Como sugestão para estudos futuros, considera-se relevante um estudo comparativo em outras comunidades indígenas, tanto no contexto nacional como internacional. Durante a pesquisa, percebeu-se que os termos autonomia e controle estavam muito presentes, como um objetivo a ser conquistado pelos indígenas. Assim, sugere-se o aprofundamento na literatura sobre esta temática.

Concluindo, este estudo apresentou uma análise de como o turismo em área indígena, especificamente no Estado Roraima, pode influenciar no desenvolvimento local, segundo a literatura e os próprios indígenas. Verificou-se que o turismo pode contribuir para o desenvolvimento local na medida em que gera emprego, renda e autonomia para as comunidades indígenas.

Espera-se que os achados desta pesquisa possam contribuir para melhor compreender essa atividade ainda pouco estudada do Brasil. Mas que representa um importante seguimento da atividade econômica e uma grande oportunidade para a consecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, ou seja, a promoção

de uma atividade que gera bem estar para as populações de acolhimento, com respeito ao meio ambiente e aos usos e costumes das populações locais que se mostram afinadas com as propostas deste tipo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ACERENZA, M.A. *Administração do turismo: conceituação e organização*. Tradução: Gracila Rabuske Hendges. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDRELLO, G. Instituto Socioambiental / *Povos Indígenas no Brasil*. 2004.
<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/taurepang/print>, Acessado em: 16/10/2012.

BAGUL, A.H.B.P. *Community-based ecotourism development and local community participation*. In: 3rd Global Summit on Peace through Tourism - Education Forum, 2-5 October, Pattaya, Thailand, 2005.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luis Alvaro Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: 1977.

BRANDAO, C. N., BARBIERI, J. C., REYES JUNIOR, E. *O Campo de Estudo do Turismo Sustentável em Comunidades Indígenas*. In: XIII Anais ENGEMA - Encontro Nacional sobre de Gestão Empresarial e Meio Ambiente. São Paulo: 2011.

BERG, B.L. *Qualitative research methods for the social science*. 5th ed. Allyn and Bacon, 2004.

BOLNICK, S. *Promoting the culture sector through job creation and small enterprise development in SADC countries: the ethno-tourism industry*. Geneva, International Labour Office, 2003.

BRAMWELL, W. e LANE, B. Sustainable tourism: an evolving global approach. *Journal of Sustainable Tourism*. v.1 n.1, p.1-5. 1993.

BRASIL. I Encontro de Estudos da Questão Indígena. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2003. Disponível em: <
http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/pr_paula.pdf >. Acesso em: 06 ago. 2012.

BRASIL. *Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional – Relatório Brasil, 2009*. Barbosa, L.G.M.B (org.). Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.484/1928. Regula a situação dos índios nascidos em território nacional. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, DF, 27 de junho de 1928.

_____. Lei nº 5.971/1967. Autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 05 de dezembro de 1967.

_____. Lei nº 6.001/1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 21 de dezembro de 1973.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Projeto de Lei nº 2.057/1991. Dispõe sobre o Novo Estatuto do Índio. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, DF, 09 de novembro de 1991.

_____. Decreto Legislativo nº 312/1991. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena São Marcos, no Estado de Roraima. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 29 de outubro de 1991.

_____. Decreto Legislativo nº 1.141/1994. Dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 05 de maio de 1994.

_____. Decreto nº 143/2002. Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 21 de junho de 2002.

_____. Lei nº 10.406/2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 11 de janeiro de 2002, p.1.

_____. Decreto nº 7.747/2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 21 de junho de 2012.

_____. *Sociedades Indígenas e a ação do governo*. Brasília: Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio, 1996.

_____. *Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas*. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

_____. *Ministério do Turismo. Segmentação do turismo: marcos conceituais*. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

_____. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – Uma viagem de inclusão*. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. *Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo*. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. *Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas*. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BOSCH, T.V.M.; KAMBIZ, M.E. *Towards a shared systems model of stakeholders in tourism development in the Cat Ba biosphere reserve of Vietnam*. School of Agriculture and Food Sciences. The University of Queensland, Australia, 2010.

BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

BUTLER, R.; HINCH, T. *Tourism and indigenous people: issues and implications*. Oxford. Burlington: Elsevier, 2007.

BUTLER, R. W. Sustainable tourism: A state-of-the-art review. *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*. v.1, n.1, p. 7-25, 1999.

BUTTS, T.; SINGH, S. Sustainable tourism as a tool for conservation and protection of the Amazon rainforest in Guyana? *Sustainable tourism*. v. 2, n. 2, p.173-185, 2010.

BYRD, E. T. Stakeholders in sustainable tourism development and their roles. *Tourism Review*. v. 62, n 2, 2007.

CIEGIS, R. et al. Theoretical Reasoning of the Use of Indicators and Indices for Sustainable Development Assessment. 2009. *The Economic Conditions of Enterprise Functioning*. v.3. 2009.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. 2 ed. Tradução de *Our common future*. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.

CNUMAD. *Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 3-14 jun. 1992. Disponível em: <http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html>, acessado em 23 de janeiro de 2012.

CONVENÇÃO nº 107 concernente à proteção e integração das populações indígenas e outras populações tribais e semitribais de países independentes. Genebra: OIT, 1957.

CONVENÇÃO nº 169 *Sobre povos indígenas e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho*. Brasília: OIT, 2011.

CORDIOLI, S. *Enfoque participativo: um processo de mudança*. Porto Alegre: Gênese, 2001.

CORIOLOANO, L.N.M.T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. *PASSOS - Revista de Turismo y Patrimônio Cultural*. v. 1, n. 2, p. 161-171. 2003.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, R.C.A. *Políticas públicas de turismo no Brasil: Significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais*. In: Políticas públicas e o lugar do turismo. Maria José de Souza (org.). Brasília: Universidade de Brasília; Ministério do Meio ambiente, 2002.

CSD - Commission on Sustainable Development. *Tourism and sustainable development sustainable tourism: a non-governmental organization perspective*. Seventh Session 19-30 April 1999, New York. Disponível em: <http://www.gdrc.org/uem/eco-tour/ngo4.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2011.

DECLARAÇÃO das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Nações Unidas, UNIC/Rio/023-Mar.2008. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2012.

DENCKER, A.F.M. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

DREDGE, D.; JENKINS, J. Destination place identity and regional tourism policy. *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*. v. 5, n. 4, p.383-407, 2003.

DOUGLAS, C. H. Small island states and territories: sustainable development issues and strategies – challenges for changing islands in a changing world. *Sustainable Development*. v.14, p. 75-80, 2006.

FARRELL, T.A.; MARION, J.L. Identifying and assessing ecotourism visitor impacts at eight protected areas in Costa Rica and Belize. *Environmental Conservation*. v. 28, n.3, p. 215-225. 2001.

FENNELL, D.A. *Ecoturismo*. São Paulo: Contexto, 2002.

FIELD, A. *Discovering statistics using SPSS*. 2ed. Sage: London, 2005.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução: Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRAGOSO, A. Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: Um ensaio baseado em experiências investigativas. *Revista Lusófona de Educação*, v. 5, p. 63-83, 2005.

FULLER, D. et al. Poverty, Indigenous Culture and Ecotourism in Remote Australia. *Society for International Development*. v.50, n. 02, p.141-148, 2007.

HAIR JR, J.F. *Fundamentos de métodos de pesquisas em administração*. Tradução: Lane Belon Ribeiro. Porto Alegre: Bookman, 2005.
Harron S and B. Weiler. *Ethnic Tourism*. In Weiler B and CM Hall (eds) Special Interest Tourism. London: Belhaven Press, pp 83-94. 1992.

HIMBERG, N . *Community-based ecotourism as a sustainable development option in the Taita Hills, Kenya*. 134. Master's thesis. Faculty of Science, Department of Geography, University of Helsinki, Kumpula, 2006.

HINCH, T.; BUTLER, R. (1996). *Indigenous tourism: A common ground for discussion*. London: International Thomson, Business Press.

HITCHOCK, M. Tourism and Ethnicity: Situational Perspectives. *International Journal of Tourism Research*. v. 1. p.17-32. 1999.

HUNTER, C. Sustainable tourism and the touristic ecological footprint. *Environment, Development and Sustainability*. v. 4, p. 7-20, 2002.

HUNTER, C e GREEN, H. *Tourism and the environment: a sustainable relationship?* London; New York: Routledge, 1995.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Indicadores de desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, 2008. IBGE. Censo 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=resultuniverso_censo2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População censo 2010*. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_oraima.pdf

IPEA. *Cadernos Comunidade Solidária*, v.6. jun.1998. Brasília: IPEA, 1996.

JAYAWARDENA, C. et al. Sustainable tourism development in Niagara Discussions, theories, projects and insights. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*. v. 20, n. 3. p. 258-277, 2008.

JOHNSTON, J.; TYRREL, J. Management exercises and trainer's note in sustainable tourism and dynamics. *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research*. v. 1 n. 4, 2007.

JARA, C.J. *A sustentabilidade do desenvolvimento local*. Brasília: Instituto do Desenvolvimento de Cooperação par a Agricultura (IICA); Recife; Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco-Seplan, 1998.

KAYAT, K. The nature of cultural contribution of a community-based homestay programme. *Tourismos: An International Multidisciplinary Journal of Tourism*. v. 5, n. 2, p. 145-159, 2009.

KIBICHO, W. Community-based tourism: A factor-cluster segmentation approach. *Journal of Sustainable Tourism*. v. 16, n. 2, p. 211-231, 2008.

KINKER, S. *Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais*. Campinas, SP: Papirus, 2002.

LI, Y. Exploring community tourism in China: The case of Nanshan cultural tourism. *Journal of Sustainable Tourism*. v. 12, n. 3, p. 175-193, 2004.

LIM, C. E COOPER, C. Beyond Sustainability: Optimising Island Tourism Development. *International Journal of Tourism Research*. v. 11, p.89–103, 2009.

LANDORF, C. Managing for sustainable tourism: a review of six cultural world heritage sites. *Journal of Sustainable Tourism*. v. 17, n. 1, Jan. 53–70, 2009.

LÉLÉ, S. *Sustainable development: a critical review*. World Development. London: Pergamon Press, v. 19, n. 6, 1991.

LEVINE, D.M.; BERENSON, M.L.; STEPHAN, D. *Estatística: teoria e aplicações usando o Microsoft Excel em português*. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LOHMANN, G; NETTO, A.P. *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. São Paulo: Aleph, 2008.

LOPEZ-GUZMÁN, T; CAÑIZARES, S.S.; PAVÓN, VÍCTOR. Community-based tourism developing countries: A case study. *Tourismos: An International Multidisciplinary Journal of Tourism*. v.6, n.1, p.69-84, 2011.

MALDONADO, C. *O turismo rural comunitário na América Latina*. In: Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Bartholo, Sansolo e Bursztyn (orgs), Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MONDADORI, M. G.; LADEIRA, W. J. Validação de um instrumento quantitativo em pesquisa de empreendedorismo e inovação: um estudo no contexto dos recursos tangíveis e intangíveis. *Anais do Encontro da Anpad, XXXI, 2007*, Rio de Janeiro: Enanpad, Setembro, 2007.

MARÉS, C.F.S.F. *O renascer dos povos indígenas para o direito*. Curitiba: Museu Nacional/Fundação Ford, 2001.

MC'ALPIN, M. Conservation and community-based development through ecotourism in the temperate rainforest of southern Chile. *Policy Sci.* n. 41, Dez. p. 51–69, 2008.

MEULMAN, J. J.; HEISER, W. J. *SPSS Categories 14.0*. SPSS Inc. Chicago, 2005.

MITCHELL, G. Problems and fundamentals of sustainable development indicators. *Sustainable Development*. v. 4, n.1, 1996.

MICHI, L. N. *O papel do Estado nas parcerias comerciais entre povos indígenas amazônicos e empresas na comercialização de produtos florestais não madeireiros*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MILLER, Graham. *Monitoring for a sustainable tourism transition: the challenge of developing and using indicator*. CABI, 2005.

MURPHY, P.E.; MURPHY, A.E. *Strategic management for tourism communities: bridging the gaps*. Aspects of tourism. Channel View Publications, 2004.

NIZIC, M.K. et al. Challenges to sustainable development in island tourism. *South East European Journal of Economics and Business*. v.5, n. 2, nov, 2010.

NOTZKE, C. Indigenous Tourism Development in Southern Alberta, Canada: Tentative Engagement. *Journal of Sustainable Tourism*. v. 12, n. 1, 2004.

OLIVEIRA, J. P. O. ; Freire, C. A. R. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OMT. *Programa de Municipalização do Turismo – Manual de municipalização do turismo*. 2.ed. Brasília: EMBRATUR; OMT, 2001.

OMT. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca, 2001.

OMT/PNUMA. *Documento Conceitual – Ano Internacional do Ecoturismo*. OMT, 2002.

OMT – Organização Mundial do Turismo. *Tourism highlights*, 2005 edition. WTO: Madrid, 2005. Disponível em: <<http://www.world-tourism.org/facts/wtb.html>>. Acesso em 28 de agosto de 2009.

PARKS, H e ALLEN, C. The Development of a Framework for Studying Ecotourism. *International Journal of Management*. v. 26, n. 1, April, 2009.

PATTERSSON, R. Sami tourism in northern Sweden: Measuring tourists' opinions using stated preference methodology. *Tourism and Hospitality Research*. v. 3, n. 4, p. 357-369, 2002.

PONTES, A. C. F. *Análise de variância multivariada com a utilização de testes não paramétricos e componentes principais baseados em matrizes de postos*. 2005. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11134/tde09082005123633/publico/AntonioPontes.pdf>>. Acesso em: 15/07/2012.

REID, S.; RUHANEN, L., DAVIDSON, M. *Legal basis for state and territory tourism planning*. National Library of Australia, 2010.

RESOLUÇÃO da Assembleia Geral 41/128, *Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento*, 4.12.1986. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/decl_direito_ao_desenvolvimento.pdf>. Acesso em 13/05/2012.

ROBERTS, TRIBE, Sustainability indicators for small tourism enterprises – an exploratory perspective. *Journal of Sustainable Tourism*. v. 16, n. 5, 2008.

RORAIMA. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. Anuário Estatístico de Roraima 2009. Boa Vista: CGEES/SEPLAN/Roraima, 2009, 125p.

RORAIMA. Secretaria de Estado do Índio. Programa Territórios da Cidadania. *Plano de Etnodesenvolvimento do Território Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos - PTEI*. Roraima, 2010. 222 p. (Relatório PTEI 2010).

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo, 1993.

SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. *Turismo de base comunitária no espaço rural brasileiro*. In: Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Bartholo, Sansolo e Bursztyn (orgs), Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANTOS, R. M. R.; GODOY, M. G. G. O centro indígena de formação e cultura da raposa serra do sol: da evangelização à formação de lideranças. *Pesquisa em Debate*. ed. 9, v. 2, Jul/dez, 2008.

SCHEYVENS, R. Ecotourism and the empowerment of local communities. *Tourism Management*. v. 20, p. 245-249, 1999.

SIMMONS, D. *Eco-tourism : product or process*. In: Conference, Landcare Crown Research Institute, Te Papa, Wellington, 1999.

SIMPSON, M.C. Community benefit tourism initiatives: A conceptual oxymoron? *Tourism Manangement*. v.28, p.1-18. 2008.

SINCLAIR, D. (2003). Developing indigenous tourism: Challenges for the Guianas. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*.v.15, n 3, p. 402-407. 2003.

SMITH, T. Welfare, enterprise, and aboriginal community: the case of the western australian kimberley region. *Australian Economic History Review*. v. 46, n. 3, 2006.

SIEGEL, S. *Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento*. São Paulo: McGraw-Hill, 1975.

SIQUEIRA, R. C. M; MACHADO, V. F. M. Direito dos povos indígenas ou direito para os povos indígenas? *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*. n. 6, p. 15-37, jun./dez. 2009.

SPINOLA, Carolina de Andrade. O ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em espaços naturais em espaços naturais protegidos: objetivos conflitantes? *Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE*. Salvador, v. 13, p. 50-59, 2006.

SOFIEL, T.H. B. *Empowerment for sustainable tourism development*. Pergamon, 2003.

SOUZA, M. N.; BARBOSA, E. M. Direitos indígenas fundamentais e sua tutela na ordem jurídica brasileira. In: **Âmbito Jurídico**. Rio Grande, XIV, n. 85, fev 2011. Disponível em: [HTTP://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura_id=8978&revista_caderno=9](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura_id=8978&revista_caderno=9). Acesso em: 02 ago. 2012.

STEVENHAGEN, Rodolfo. *Etnocidio o etnodesarrollo: el nuevo desarrollo*. Desarrollo nº 12. 1987.

SWARBROOKE, J. (2000). *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. Vol.1. Tradução de *Sustainable tourism management*. Oxon: CABI. São Paulo: Aleph, 2000.

United Nations (UN). *Declaration on the Right to Development - A/RES/41/128*. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r128.htm>. acesso em: 26 de outubro de 2011.

United Nations (UN). *Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies - 2001*. UN: New York. 2001.

United Nations (UN). *Cuenta satélite de turismo: Recomendaciones sobre el marco conceptual - 2008*. New York. 2008.

UNEP. *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*. Rio de Janeiro, 3-14 jun. 1992. Disponível em: <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&l=en>, acessado em 23 de janeiro de 2012.

UNWTO. *Making tourism more sustainable: a guide for policy makers*. United Nations Environment Programme and World Tourism Organization. France; Spain. 2005.

VERDUM, R. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). In: SOUZA LIMA, A. C.; BARROSO-HOFFMANN, M. (orgs.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: Bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

WASSERMAN, S. & FAUST, K. *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge University Press. Cambridge: 1994.

- WEAVER, B. e LAWTON, L.J. Overnight ecotourist market segmentation in the Gold Coast Hinterland of Australia. *Journal of Travel Research*. v.40. p. 270-280. Feb. 2002.
- WEAVER, D. Indigenous tourism stages and their implications for sustainability. *Journal of Sustainable Tourism*. v. 18, n. 1,p. 43-60. Jan. 2010.
- WTO. Final report -Workshop on Sustainable Tourism Indicators for the Islands of the Mediterranean Kukljica, Island of Ugljan, Croatia 21-23 March. 2001.
- WTO. *Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: a Guidebook*. World Tourism Organization, Madrid, Spain, 2004.
- YIN. R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- Zeppel,H. *Indigenous ecotourism: sustainable development and management*. CABI. 2006.
- ZHOU, S. e IKEDA, T. A Study on the Current State and Development Trend of Green Tourism in Hunan Province. *Journal of Asian Architecture and Building Engineering*. v.54, maio, 2010.

APÊNDICE 1 – TESTE DE NORMALIDADE

Análise das distribuições dos construtos

	Tests of Normality					
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Escore dimensão social	,371	210	,000	,692	210	,000
Escore dimensão cultural	,289	210	,000	,754	210	,000
Escore dimensão ambiental	,464	210	,000	,505	210	,000
Escore dimensão econômica	,434	210	,000	,483	210	,000

a. Lilliefors Significance Correction

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS INDÍGENAS

Perguntas Gerais:

1. O que o turismo representa para as comunidades indígenas?
2. Há quanto tempo a comunidade vem trabalhando com turismo?
3. Quais as dificuldades encontradas para se trabalhar com o turismo?
4. A FUNAI tem de alguma forma, dificultado o desenvolvimento do turismo?
5. Quantas pessoas estão envolvidas na operacionalização do turismo?
6. Você acredita que o turismo pode proporcionar o desenvolvimento sustentável nas comunidades indígenas?
7. Como é feita a divulgação do turismo indígena?
8. Como o governo federal, estadual e municipal, bem como o setor privado pode melhorar seu apoio ao turismo na comunidade?
9. Como a comunidade percebeu o potencial turístico da comunidade?
10. A comunidade já recebeu ou tem recebido capacitação para trabalhar no turismo?

Perguntas dimensão ambiental:

11. Existe necessidade de preservação de locais históricos ou arqueológicos?
12. A comunidade tem consciência da importância de conservar o meio ambiente?
13. Como é feito o gerenciamento dos resíduos sólidos na comunidade?
14. Existe controle de locais, que por causa da sua fragilidade, são vedados aos turistas?
15. O aumento no número de turistas tem afetado o comportamento dos animais?

Perguntas dimensão sociocultural:

16. Qual o volume de turistas que podem ser recebidos pela comunidade?
17. Existe alguma recomendação da comunidade para que o turista não participe de alguma manifestação religiosa ou cultural?
18. Alguma tradição cultural tem sido afetada pela visita de turistas?
19. De que forma os residentes participam das atividades turísticas?
20. Houve aumento na produção e comercialização de artesanato?

Perguntas dimensão econômica:

21. O turismo efetivamente tem colaborado para a melhoria na renda e na qualidade de vida da comunidade?
22. A comunidade tem parceria com agência de turismo? Como ela acontece?
23. De que maneira a comunidade tem atraído visitantes para a comunidade?
24. Quais as atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade e como está organizada?
25. A comunidade é economicamente dependente do turismo?

Perguntas referentes a infraestrutura:

26. Que melhorias ocorreram na comunidade depois de iniciar o turismo?
27. A infraestrutura existente na comunidade é suficiente para atender aos turistas?
28. Como estão os serviços de utilidade pública na comunidade, incluindo saúde, abastecimento de água, fornecimento de energia e saneamento?
29. Que melhorias na infraestrutura da comunidade são necessárias para melhor atender o turismo?

30. Como se dá o acesso à comunidade? Quais os meios de transporte disponíveis para isso?

APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA DO ÓRGÃO INDIGENISTA

1. Qual é o papel/função da FUNAI diante dos povos indígenas?
2. Qual o posicionamento da FUNAI quanto ao desenvolvimento de atividades econômicas em TIs?
3. Que projetos a FUNAI tem hoje visando o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas?
4. Quais as expectativas da FUNAI, depois da homologação das TIs, com relação a melhorias na qualidade de vida Dos povos indígenas?
5. De que maneira a FUNAI se posiciona com relação ao desenvolvimento do turismo em TIs?
6. A FUNAI tem conhecimento de que comunidades que já praticam essa atividade?
7. Existe algum impedimento legal quanto ao desenvolvimento do turismo em comunidades indígenas?
8. A FUNAI apoia as comunidades que desejam introduzir o turismo como fonte de renda ?
9. Em função da homologação de áreas indígenas, alguns dos principais atrativos turísticos se encontram nessas áreas, qual(is) os procedimentos a serem adotados, caso as comunidades tenham interesse em reabrir esse pontos turísticos para visitação e, dessa forma, garantir um incremento na renda?
10. Em vários países, como Austrália, Nova Zelândia, Venezuela, Panamá, Chile, dentre outros, o turismo indígena é regulamentado e, em vários casos, tornou-se a principal fonte de renda das comunidades indígenas. Existe algum projeto para a regulamentação do turismo em áreas indígenas em RR?
11. Caso o desenvolvimento do turismo seja vontade da comunidade, o que compete à FUNAI ?
12. De que maneira, no entendimento da FUNAI, o turismo deveria ser implantado (ou está sendo) nas CIs?
13. Em se tratando de turismo indígena, qual a opinião da FUNAI com relação às parcerias entre povos indígenas e agências de turismo?
14. Algumas lideranças indígenas afirmam que não podem trabalhar com o turismo, pois a FUNAI não permite. Como a FUNAI se posiciona quanto a essa afirmação?
15. Para que o desenvolvimento sustentável ocorra, é necessário que se planeje e realize atividades de baixo impacto ambiental, social e cultural na CIs, em sua opinião o turismo se enquadra nesse contexto?
16. Como é a relação da FUNAI com outras associações, ONGs indigenistas?
17. Como é o relacionamento entre CIR e lideranças indígenas?
18. Para praticar o turismo indígena (visitar comunidades indígenas) é necessário autorização da FUNAI?
19. O turismo indígena, em sua opinião, pode promover resgate e valorização da cultura e servir como fonte alternativa de renda?
20. Já foi realizado algum levantamento acerca do impacto do turismo nas comunidades indígenas?

APÊNCIDE 4 – QUESTIONÁRIO IMPACTOS DO TURISMO

**O presente questionário é parte da pesquisa de dissertação de mestrado intitulada:
TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
SUSTENTÁVEL: ESTUDO MULTICASOS EM TRÊSCOMUNIDADES INDÍGENAS DE
RORAIMA.**

Parte I. Dados Demográficos	
1	Sexo: () Masculino () Feminino
2	Qual a sua situação de emprego? () Empregado em tempo integral; () Empregado em tempo parcial; () Casualmente ou sazonalmente empregado; () Não empregado no momento; () Recebe pensão ou subsídios; () Aposentado; () Estudante (sem emprego ou subsídio); () Outro. Especifique: _____
3	Sua renda é proveniente principalmente de que atividade? () Agricultura; () Pesca; () Educação; () Comércio; () Turismo; () Outro. Especifique: _____
4	Aproximadamente que porcentagem de sua renda é proveniente do turismo? _____ % () Não sei.
5	Faixa Etária: () 15 a 25 anos () 25 a 34 anos () 35 a 44 anos () 45 a 54 anos () 55 a 64 anos () 65 a 74 anos () 75 anos ou mais.
6	Em que área do turismo você atua? () Acomodação () Restaurante / alimentação () Atrativos () Guiamento () Artesanato () Outros: Especificar _____

Parte II. Indicadores de Sustentabilidade do Turismo em áreas indígenas

Abaixo, há uma série de afirmações que serão utilizadas para conhecer a sua opinião quanto a sustentabilidade do turismo na comunidade. Utilizando uma escala de 1 a 5, com o 5 sendo “Concordo Totalmente” e o 1 sendo “Discordo Totalmente”, indique até que ponto você concorda ou discorda de cada afirmação.

Questões Dimensão Social		Concordo totalmente	Concordo	Não Concordo Nem Discordo	Discordo	Discordo totalmente
1	O turismo não reduziu a paz e a segurança inerentes ao meu estilo de vida na comunidade.	5	4	3	2	1
2	Como residente eu posso ir até as áreas naturais de minha escolha com muito poucos turistas presentes.	5	4	3	2	1
3	O desenvolvimento do turismo resulta em melhor infraestrutura	5	4	3	2	1
4	Por causa do turismo, há mais serviços disponíveis aqui na comunidade do que outras aldeias do mesmo tamanho.	5	4	3	2	1
5	Desenvolvimento do turismo ocorre de acordo com os valores da comunidade.	5	4	3	2	1
6	As informações que tenho disponíveis são suficientes para estar bem informado a respeito da direção que o turismo deve seguir na comunidade.	5	4	3	2	1
7	O turismo contribui para o aumento da criminalidade, alcoolismo e prostituição.	5	4	3	2	1
8	Turismo tem efeito positivo na comunidade como um todo.	5	4	3	2	1
9	Turismo tem efeito positivo na qualidade de vida individual.	5	4	3	2	1
10	O aumento no número de turistas é um fator para os residentes deixarem a comunidade.	5	4	3	2	1
Questões Dimensão Cultural		Concordo totalmente	Concordo	Não Concordo Nem Discordo	Discordo	Discordo totalmente
11	Turismo é um catalisador para a mudança social e cultural	5	4	3	2	1
12	Turismo mantém o estado de conservação do patrimônio cultural	5	4	3	2	1
13	A comunidade passou a valorizar cada vez mais a cultura e língua local.	5	4	3	2	1
14	Houve aumento na comercialização de artesanato em função do turismo.	5	4	3	2	1
15	Projeto e planejamento de estruturas físicas são estabelecidos em conformidade com as diretrizes e temas culturais.	5	4	3	2	1
16	Disposição para fornecer informações sobre modo de vida local aos turistas.	5	4	3	2	1
17	Aumento em queixas de residentes contra turistas.	5	4	3	2	1
18	Os idosos da comunidade participam das atividades relacionadas ao turismo.	5	4	3	2	1
19	Os indígenas se sentem intimidados com a presença dos turistas.	5	4	3	2	1
20	Turismo tem causado conflitos éticos na comunidade.	5	4	3	2	1

Questões Dimensão ambiental		Concordo totalmente	Concordo	Não Concordo Nem Discordo	Discordo	Discordo totalmente
21	Houve melhoria nos serviços ambientais tais como: gestão de resíduos e remoção de lixo.	5	4	3	2	1
22	Turismo promove a violação das normas locais.	5	4	3	2	1
23	Turismo piorou a qualidade da água.	5	4	3	2	1
24	Turismo ocasionou o desaparecimento de espécies animais (Fauna).	5	4	3	2	1
25	Periodicamente é realizada a identificação e correção dos problemas ambientais na comunidade.	5	4	3	2	1
26	Turismo colabora para a preservação da biodiversidade.	5	4	3	2	1
27	Comunidade tem consciência da importância da conservação do meio ambiente.	5	4	3	2	1
28	Turismo ocasionou o desaparecimento de espécie vegetal (Flora).	5	4	3	2	1
29	A eliminação de resíduos é feita de maneira ecológica e não poluente.	5	4	3	2	1
30	Comunidade colabora para limpeza e conservação de trilhas e eliminação da poluição visual.	5	4	3	2	1
Questões Dimensão Econômica		Concordo totalmente	Concordo	Não Concordo Nem Discordo	Discordo	Discordo totalmente
31	Houve aumento no número de empregos na comunidade.	5	4	3	2	1
32	Benefícios do turismo são sentidos pela comunidade como um todo.	5	4	3	2	1
33	Turismo colaborou para o aumento de capacitação e qualificação de pessoal.	5	4	3	2	1
34	Aumento na motivação para atividade econômica.	5	4	3	2	1
35	Existe compromisso com a rentabilidade do negócio e sustentabilidade econômica da comunidade.	5	4	3	2	1
36	A renda proveniente do turismo beneficia apenas uma minoria.	5	4	3	2	1
37	São muitas as oportunidades com turismo e ele é fundamental para a economia das comunidades indígenas.	5	4	3	2	1
38	O turismo beneficia economicamente toda a comunidade	5	4	3	2	1
39	Existe dependência econômica da comunidade em relação ao turismo.	5	4	3	2	1
40	A comunidade conseguiu um equilíbrio entre os ganhos econômicos do turismo e a proteção do ambiente.	5	4	3	2	1